

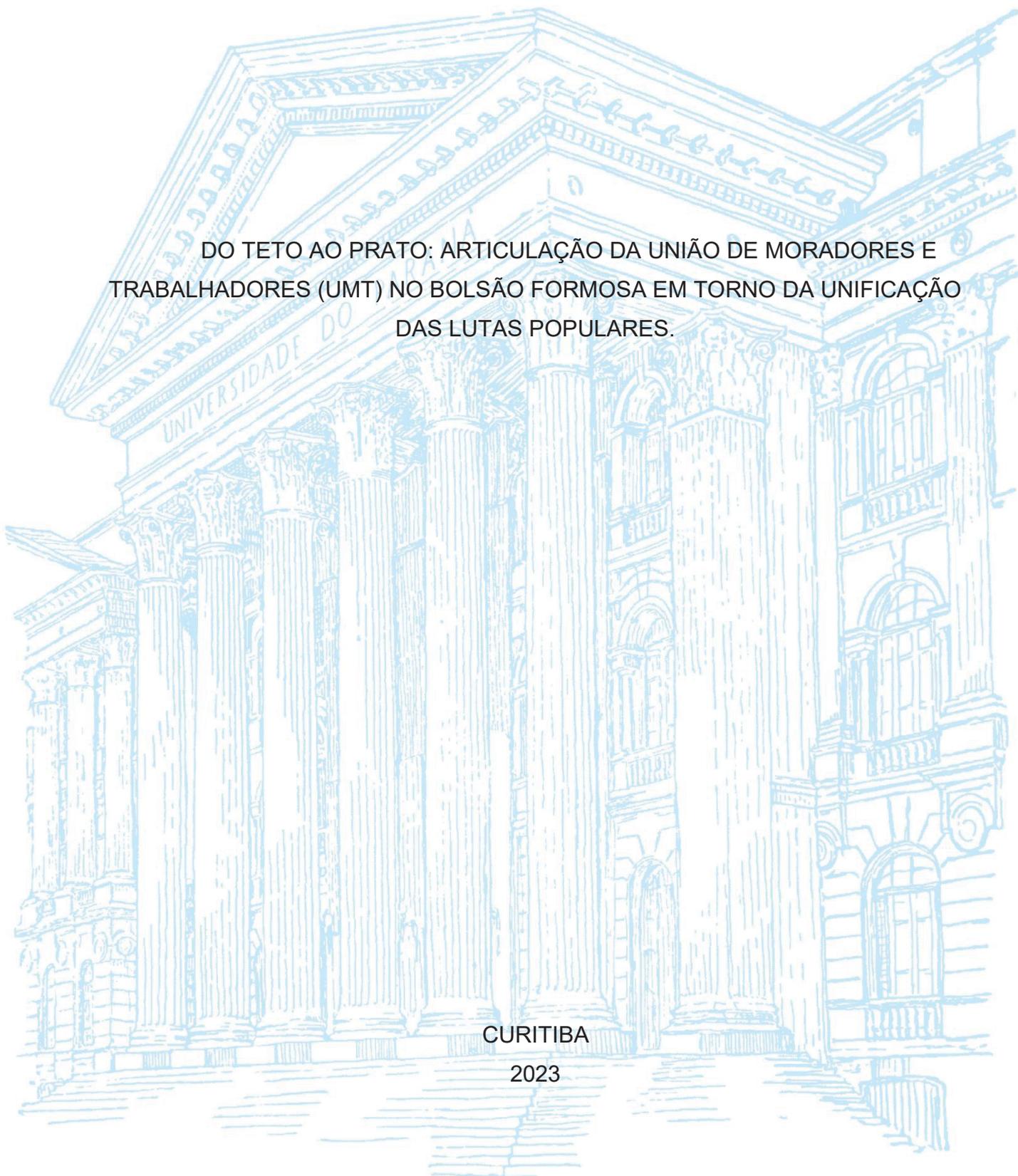
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA CLAUDIA ANTUNES BRIZOLA

DO TETO AO PRATO: ARTICULAÇÃO DA UNIÃO DE MORADORES E
TRABALHADORES (UMT) NO BOLSÃO FORMOSA EM TORNO DA UNIFICAÇÃO
DAS LUTAS POPULARES.

CURITIBA

2023



ANA CLAUDIA ANTUNES BRIZOLA

DO TETO AO PRATO: ARTICULAÇÃO DA UNIÃO DE MORADORES E
TRABALHADORES (UMT) NO BOLSÃO FORMOSA EM TORNO DA UNIFICAÇÃO
DAS LUTAS POPULARES

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Tarcisa Silva Bega
Coorientador: Prof. Dr. Marcelo Nogueira de Souza

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Brizola, Ana Claudia Antunes

Do teto ao prato : articulação da União de Moradores e trabalhadores (UMT) no Bolsão Formosa em torno da unificação das lutas populares. / Ana Claudia Antunes Brizola. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Tarcisa Silva Bega

Coorientador: Prof. Dr. Marcelo Nogueira de Souza

1. Movimentos sociais. 2. Favelas – Curitiba. 3. COVID-19, Pandemia de, 2020-. 4. União de Moradores e Trabalhadores do Bolsão Formosa. I. Bega, Maria Tarcisa Silva, 1953-. II. Souza, Marcelo Nogueira de. III. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. IV. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANA CLAUDIA ANTUNES BRIZOLA** intitulada: **DO TETO AO PRATO: ARTICULAÇÃO DA UNIÃO DE MORADORES E TRABALHADORES (UMT) NO BOLSÃO FORMOSA EM TORNO DA UNIFICAÇÃO DAS LUTAS POPULARES**, sob orientação da Profa. Dra. **MÁRIA TARCISA SILVA BEGA**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 07 de Dezembro de 2023.


MARIA TARCISA SILVA BEGA
Presidente da Banca Examinadora


RODOLFO BEZERRA DE MENEZES LOBATO DA COSTA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


GABRIELA BORTOLOZZO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


MARCELÓ NOGUEIRA DE SOUZA
Coordenador(a) Pós-Doc (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

*In memória de minha nona Odília Luiz da Silva Antunes, a mulher
que me inspira mesmo em espírito. À sua memória e à sua luta, que
jamais serão esquecidas.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente às mulheres da minha família, as quais são inspiração e espelhos para mim. Em especial à minha mãe Luciana, que me gerou feto, me gerou sensível, me gerou mulher e me ensinou a persistir e a sonhar, que transformou dos meus anseios, seus também. Que nos momentos mais difíceis acreditou em cada gota do meu esforço. A pessoa que sempre me lembrou de tudo que sou capaz. Obrigada por me dizer tantas vezes que conhecimento não ocupa lugar e sempre fazer de tudo para que eu tivesse acesso à educação. Obrigada por me dar asas e me ensinar a voar.

Ao meu pai Claudio, que mesmo com toda a distância física, sempre esteve presente e me incentivando a perseguir minhas vontades e sonhos. Aos familiares e amigas e amigos que acompanharam meus processos de formação e o percurso árduo do mestrado. Sou privilegiada por todo suporte que recebi.

Ao meu companheiro Dayson, o qual tem acompanhado minhas pequenas comemorações durante o processo, mas principalmente, me amparado nos momentos de angústia e ansiedade que a produção acadêmica nos causa. Obrigada por não me deixar desistir em cada “surto”, por todo suporte, amor e paciência que tem me oferecido nesse momento, sem você tudo seria mais difícil.

Às minhas melhores amigas Angela e Jheniffer por sempre me acolherem e refletirem sobre a vida comigo. Às amizades que fiz ao longo da formação, em especial a Bruna que me acompanha desde a graduação, com a qual compartilho as dores e delícias de aprender e praticar as Ciências Sociais. À Giovana, Maria Rita e Victor, por todas as trocas de conhecimento e vivências, por muitas vezes me impedirem de desistir no meio do caminho, sem vocês a conclusão desse trabalho não seria possível.

Agradeço às professoras e professores do departamento de Sociologia da UFPR, que iluminaram os caminhos para que com as lentes sociológicas pudéssemos enxergar o mundo de forma crítica, real, dolorida muitas vezes e socialmente necessária.

À minha orientadora Maria Tarcisa, a qual me acompanha desde a graduação, e me inspira com tanto conhecimento, didática e sensibilidade. Obrigada por me acolher na grande “família da Tata”, foi uma honra ser sua orientanda.

Ao grupo de pesquisa, ensino e extensão PDUR, do qual faço parte desde 2018, sendo elemento ímpar na minha formação, pois este é um grupo que nos potencializa enquanto estudantes e pesquisadoras, de forma democrática e enriquecedora. Agradeço à todas e todos os colegas pelas imensas trocas de saberes e experiência. Ao meu coorientador Marcelo, que na reta final me auxiliou e me deu o gás necessário para concluir a dissertação.

Ao professor Rodolfo e à colega Kamille por me incentivarem durante o processo seletivo.

Por fim, não menos importante, aos integrantes da UMT por compartilharem suas experiências comigo e me receberem de braços abertos, por tudo que tenho aprendido com vocês e principalmente, por toda prática social de cada uma e cada um. À todas as pessoas que de alguma forma travam a luta contra a desigualdade, acreditam e demonstram que um novo amanhecer é possível, que a sociedade não é, ela está, e é passível de mudanças. Avante.

Povo unido, povo forte!

*A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte*

*A gente não quer só comida
A gente quer bebida, diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer*

*Bebida é água
Comida é pasto
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?*

*A gente não quer só comer
A gente quer comer e quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer pra aliviar a dor*

(Comida – Titãs).

RESUMO

Os movimentos sociais são objeto de estudo nas Ciências Sociais de longa data. Na presente pesquisa investigamos como se articulam durante a pandemia, através do estudo de caso da União de Moradores e Trabalhadores na região do Bolsão Formosa, a fim de compreender suas dinâmicas e estratégias neste momento pandêmico, que aguça todas as desigualdades sociais, com o aumento da fragilidade social. Atravessamos três grandes esferas de estudo: movimento popular, desenvolvimento urbano e segurança alimentar durante a pandemia, entendendo estes dois últimos como contexto social para primeiro. Como objetivo principal buscamos compreender como se articulam ações de luta neste movimento aqui denominado preliminarmente como um novo movimento popular, a UMT, que passou a atuar na intersecção entre a comida e a moradia, diante da conjuntura de crise social, econômica, sanitária e alimentar, a partir da carência e não garantia do Estado desses direitos humanos fundamentais. Utilizamos uma estratégia multi metodológica mobilizando aplicação de questionário, levantamento de dados oficiais, notícias publicadas pela imprensa, entrevista, observação participante e pesquisa ação. Elaboramos três categorias principais de análise: experiência formativa; militante e voluntário. Concluímos que mesmo nos momentos de crise e emergência por sobrevivência não são os sujeitos mais afetados pela pauperização que se mobilizam, mas sim aqueles que possuem uma trajetória formativa; que as formas de organização popular acompanham as mudanças sociais e que ainda há muito o que ser explorado no universo dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Movimento social; pandemia; experiência de luta; União de Moradores e Trabalhadores.

ABSTRACT

Social movements have been an object of study in Social Sciences for a long time. In this research we investigated how they are articulated during the pandemic, through the case study of the UMT in the Bolsão Formosa region, in order to understand its dynamics and strategies in this pandemic moment, which exacerbates all social inequalities, with increased social fragility. We covered three major spheres of study: popular movement, urban development and food security during the pandemic, understanding the latter two as a backdrop to the first. As a main objective, we seek to understand how fighting actions are articulated in this movement, preliminarily called here as a new popular movement, the UMT, which started to act at the intersection between food and housing, in the face of the social, economic, health and food crisis. , based on the lack and failure of the State to guarantee these fundamental human rights. We used a multi-methodological strategy involving questionnaire application, official data collection, news, interview application, participant observation and action research. We created three main categories of analysis: training experience; activist and volunteer. We reached the conclusions that even in moments of crisis and emergency for survival, it is not the subjects most affected by pauperization who mobilize, but rather those who have a formative trajectory, the forms of popular organization accompany social changes and that there is still a lot to be done. be explored in the universe of social movements.

Keywords: Social movement; pandemic; fighting experience; UMT.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PERFIL DAS E DOS INTEGRANTES DA UMT	75
--	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ATO CAMPANHA DESPEJO ZERO NO 8 DE MARÇO EM 2023.	42
FIGURA 2: PARTICIPAÇÃO NO ATO DESPEJO ZERO NO 8 DE MARÇO EM 2023 ENQUANTO INTEGRANTE DA UMT.	43
FIGURA 3 - INFRAESTRUTURA URBANA DOS BAIROS DE CURITIBA DE ACORDO COM O IBEU (2010).....	68
FIGURA 4 – LOCALIZAÇÃO E EXTENSÃO DO BOLSÃO FORMOSA	70
FIGURA 5 – VILAS DO BOLSÃO FORMOSA.....	71
FIGURA 6: PANFLETO ENTREGUE EM UM DIA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALMOÇO.	99
FIGURA 7: EQUIPE DA COZINHA, PREPARAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO ALMOÇO. JULHO DE 2022.	106
FIGURA 8: CURSO DE COMUNICAÇÃO POPULAR REALIZADO EM 2020 NA AMAVMU (TEORIA).....	108
FIGURA 9: CURSO DE COMUNICAÇÃO POPULAR REALIZADO EM 2020 NA AMAVMU (PRÁTICA).	109
FIGURA 10: MILITANTE 6 COM O CERTIFICADO DE DOIS CURSOS.....	112

LISTA DE ABREVIATURAS

AMAVMU	- Associação Moradores e Amigos da Vila Maria e Uberlândia
APP	- Área de Preservação Permanente
CEFURIA	- Centro de Formação Urbano Rural Irmãos Araujo
CF	- Constituição Federal
CNA	- Comissão Nacional de Alimentação
FAO	- Food and Agriculture Organization
IA	- Insegurança Alimentar
INAN	- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
LOSAN	- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	- Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAC	- Programa de Aceleração de Crescimento
PAT	- Programa de Alimentação do Trabalhador
PBF	- Programa Bolsa Família
PDUR	- Pesquisa e Extensão em Políticas Sociais e Desenvolvimento Urbano
PENSSAN	- Rede Brasileira em Pesquisa e Soberania Alimentar e Nutricional
PFZ	- Programa Fome Zero
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	- Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONAN	- Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SAN	- Segurança Alimentar e Nutricional
UMT	- União de Moradores e Trabalhadores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CAMINHOS DA PESQUISA: DO OBSERVAR AO AGIR	14
1.1.1 Trajetória pessoal e sua influência na lapidação do objeto.....	17
1.1.2 Escolhas Metodológicas.....	22
2 MOVIMENTOS SOCIAIS ENQUANTO OBJETO DA SOCIOLOGIA	26
2.1 DO TEÓRICO AO EMPÍRICO	34
2.2 A ARTICULAÇÃO DE CAMPANHAS NACIONAIS DURANTE A PANDEMIA	39
3 SOBREVIVÊNCIA: A PAUTA EM COMUM	45
3.1 POLÍTICA NO PRATO: CONTEXTO DAS POLÍTICAS ALIMENTARES NO BRASIL E SEUS DESMONTES	48
3.1.1 Trajetória das Políticas de SAN no Brasil.....	50
3.1.2 Aumento da Insegurança Alimentar durante a Pandemia.....	57
3.2 DESENVOLVIMENTO URBANO: UM PROJETO PARA EXCLUSÃO	60
3.2.1 A cidade planejada: reprodução permanente da espoliação urbana.....	62
3.2.2 Conhecendo o Bolsão Formosa.....	69
4 O COZINHAR DAS EXPERIÊNCIAS COLETIVAS	75
4.1 A EXPERIÊNCIA FORMATIVA	78
4.1.1 Militante 1.....	79
4.1.2 Militante 2.....	82
4.1.3 Militante 3.....	84
4.1.4 Militante 4.....	85
4.1.5 Liderança comunitária.....	87
4.1.6 Militante 5.....	89
4.1.7 Voluntária 1.....	89
4.1.8 Militante 6.....	91
4.2 AUTOIDENTIFICAÇÃO: CATEGORIAS DE ANÁLISE	92
4.2.1 Militantes.....	92
4.2.2 Voluntários(as).....	95
5 UM OLHAR SOB MOVIMENTO	97
5.1 A COZINHA	97
5.2 AS FORMAÇÕES E OUTRAS AÇÕES	108
5.3 AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS	114
5.4 ALGUMAS DEFINIÇÕES E AMBIGUIDADES	118

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS	126
ANEXO 1 – CARTA APRESENTADA AO GOVERNO FEDERAL PELA CAMPANHA DESPEJO ZERO.....	130
ANEXO 2 – ESTATUTO UMT	133

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a estudar como os movimentos populares se articularam durante a pandemia da Covid 19, em um território periférico de Curitiba (PR), tendo como estudo de caso, a luta popular no Bolsão Formosa nos anos de 2020 a 2022. Tomamos como objeto de estudo, o movimento denominado União de Moradores e Trabalhadores (UMT), a fim de compreender suas dinâmicas e estratégias neste momento pandêmico, que aguça todas as desigualdades sociais, com o aumento da fragilidade social.

Este movimento foi criado em 2020, desenvolvendo inicialmente suas ações na zona sul da cidade de Curitiba, em particular no bairro Novo Mundo, no qual está localizado o Bolsão Formosa¹. Neste território se constituíram associações de moradores em áreas de ocupação que lutam há mais de 40 anos pela regularização fundiária e expedição das escrituras definitivas dos terrenos em que moram. A UMT atua nesse território, principalmente, por seus idealizadores e maioria das integrantes serem moradores do bairro e do seu entorno. A UMT tem como um de seus objetivos o fortalecimento e a unificação das lutas de associações de bairro. Identificamos como suas principais pautas: a luta por moradia (uma articulação a longo prazo) e a urgência por alimentação (ações concretas de caráter imediato do movimento).

Para trabalhar o movimento popular União de Moradores e Trabalhadores (UMT) e suas práticas, tomamos como questão de pesquisa: como é realizada a articulação do movimento social urbano durante a pandemia, em territórios periféricos na cidade de Curitiba/PR, partindo da demanda alimentar e da pauta por moradia? E por que se cria um movimento popular em locais onde já existiam associações de bairro? Nesse sentido, a pesquisa acaba atravessando três grandes esferas de estudo: movimento popular, desenvolvimento urbano e segurança alimentar durante a pandemia, entendendo estes dois últimos como pano de fundo para primeiro.

¹ O bolsão recebe esse nome por se referir aos bolsões de pobreza. Abordaremos sobre a região no terceiro capítulo.

Portanto, como objetivo principal buscamos compreender como se articulam ações de luta neste movimento aqui denominado preliminarmente como um novo movimento popular, a UMT, que passou a atuar na intersecção entre a comida e a moradia, diante da conjuntura de crise social, econômica, sanitária e alimentar, a partir da carência e não garantia do Estado desses direitos humanos fundamentais.

Derivando deste, os seguintes objetivos específicos: a) entender a relação entre o gerenciamento da insegurança alimentar e moradia durante a pandemia por parte do poder público e as dinâmicas de organizações sociais durante este período; b) compreender, teoricamente, como se constroem e articulam as mobilizações populares no espaço periférico de Curitiba; c) analisar as experiências de luta da União de Moradores e Trabalhadores em sua ação cotidiana no Bolsão Formosa, entre 2020 e 2022.

A partir de 2016, após o golpe que levou ao impeachment de Dilma Rousseff, as políticas sociais retrocederam e com elas o acesso à alimentação em quantidade e qualidade suficientes. O congelamento dos gastos públicos (via Ementa Constitucional 95/2016) resultou em grandes perdas de investimentos e precarização dos sistemas de segurança social: o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para o Plano Nacional de Educação (PNE) e a descontinuidades das políticas públicas do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Também, a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (maio de 2016), o enfraquecimento da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Dois programas - o Programa de Desenvolvimento Agrário de 2015, de caráter anti ambiental, colocou em risco o bioma do Cerrado e o Programa de Parcerias e Investimentos, que anuncia privatizações de empreendimentos para infraestrutura indicam a tendência política antissocial. Para fechar o ciclo rumo à noção de Estado Mínimo, foram aprovadas a Reforma da Previdência (PEC 287/2016, aprovada em 2019) e a aprovação da Reforma Trabalhista (2017), as quais influenciaram diretamente nas condições de acesso à alimentação digna.

Demandas como a alimentação e moradia, foram agravadas ainda mais com a pandemia. Contudo, esta situação limite, tem nome e base territorial, em se tratando de conglomerados urbanos: pessoas em situação de rua, trabalhadores informais e populações periféricas, em particular em territórios de ocupações urbanas. Nestes

territórios, pela ausência de políticas públicas de enfrentamento da pandemia, um conjunto heterogêneo de organizações religiosas, filantrópicas, ONGs de diferentes matizes e os movimentos unificados em torno das pautas da luta pela moradia e da superação da fome encontram o cenário propício para sua ação.

Alguns importantes achados de pesquisa serviram como norte para investigação: a) o aumento da demanda por serviços públicos de proteção social encontrou um processo de desestruturação do Estado, um cenário que criou novos circuitos para organização popular coletiva; b) o aumento da Insegurança Alimentar durante a pandemia serviu como mola propulsora para a mobilização popular, no entanto, são os agentes que não estão em situação de fome que fazem parte do movimento; c) a articulação coletiva se organiza em torno da alimentação, mas suas reivindicações ultrapassam a esfera do comer; d) há dentro do movimento duas categorias de atores (militantes e voluntários) que interferem no objetivo final da ação, pois um age de acordo com princípios políticos e de transformação social, e o outro age a partir de princípios assistencialistas e de ações imediatistas.

Realizamos a pesquisa de forma multi metodológica, mobilizando um conjunto de abordagens qualitativas e quantitativas que serão melhor detalhadas na sequência. Iniciamos a investigação com o trabalho de campo, utilizando a observação participante exercendo trabalho comunitário na cozinha, e depois passando para uma ação integrada junto ao Movimento enquanto parte da direção da UMT. Para tanto, até o momento, operamos em duplo sentido: com o estudo da política de segurança alimentar, em nível nacional, em seus avanços e retrocessos; e no mapeamento das áreas periféricas da região sul de Curitiba, definindo o Bolsão Formosa como *locus* de investigação, visto haver uma ação coordenada de um conjunto de organizações nacionais e movimentos sociais locais, atuando na produção e distribuição de alimentos, *in natura* e sob a forma de marmitas.

Esta constatação nos levou, durante o ano de 2022, primeiro a atuar como observadora participante, no auxílio na produção dos alimentos preparados na cozinha comunitária, o que me permitiu ganhar a confiança das pessoas que atuavam nesta lida e, ao mesmo tempo, me aproximar das lideranças dos diversos movimentos sociais ali presentes. Ao longo deste ano de campo foi possível estabelecer processos de interação e de negociação dos interesses tanto para a pesquisa quanto para o movimento. Aliando minha formação de socióloga com a colaboração na cozinha, foi

possível fazer um primeiro levantamento, sob a forma de questionário, dentro do princípio metodológico de pesquisa exploratória, visando conhecer as formas de autodenominação dos participantes, suas diversas funções no cotidiano da produção de refeições, na distribuição de produtos *in natura* para as famílias e qual a abrangência em termos de território e público atendido. A seguir detalharemos as escolhas metodológicas de pesquisa, e os processos de interação com o objeto.

1.1 Caminhos da pesquisa: do observar ao agir

Segundo Mills, o fazer da pesquisa sociológica se trata de realizar um artesanato intelectual: “[...] há uma combinação de experiência pessoal e atividades profissionais [...] você, como artesão, tentará reunir o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa” (MILLS, 2009, p. 22). Nesse sentido vou costurando experiências, paixões, conhecimentos, reflexividade, e abordagens teóricas que outros antes teceram, para amarrar os fios, as motivações, os impulsos intelectuais e produzir uma pesquisa, que vai se costurando conforme as decisões das linhas, das cores dos fios e dos tipos de agulhas. Para ao fim, se ter uma peça que será fruto de minhas mãos, mas também repleta de marcas de outras pessoas, pois entendo que a arte de pesquisar não se faz individualmente, mas sim em coletividade, mesmo que o trabalho de juntar todas as palavras seja de uma só pessoa, ela reúne contribuições de tantas outras. Por isso, passeio entre as primeiras pessoas ora do plural, ora do singular, na construção de um texto tecido por mim e por nós.

O primeiro interesse para o desenvolvimento da dissertação era realizar um estudo comparado envolvendo as questões de moradia durante a pandemia, em duas comunidades de ocupações: uma que já conhecíamos, o Bolsão Audi-União, localizada no bairro Uberaba, a qual já é estabelecida há mais de trinta anos e ainda passa por processos de regularização, e a outra se tratava de uma ocupação recente, formada no Natal de 2020, a Nova Guaporé II, localizada no bairro do Campo Comprido. Para a inserção na comunidade Nova Guaporé II, realizamos contato com militantes do Coletivo “Marmitas da Terra” (via grupo do WhatsApp) que atuaram com distribuição de alimentos em Curitiba e Região Metropolitana, tendo assim uma rede

de relações com diversas comunidades e ocupações. O Militante 1² respondeu minha mensagem fazendo o convite para a participação na cozinha comunitária realizada na Associação de Moradores e Amigos da Vila Maria e Uberlândia (AMAVMU)³, para que pudéssemos conhecer as pessoas que participavam nas ações das ocupações, além do interesse de que estivéssemos em ação conjunta na cozinha, a qual estava precisando aumentar a equipe de trabalho.

Após uma apresentação dessa primeira proposta de pesquisa ao PDUR⁴, e uma autoavaliação dos anseios de pesquisa, optou-se por excluir o primeiro território, o Bolsão Audi-União, justamente por esse ser um território já conhecido, e estarmos de fato instigadas com o movimento popular de ocupação que ocorreu durante a pandemia. Com sinceridade e autorresponsabilidade percebi que a formulação de um campo de investigação ancorado na comparação entre territórios, se tratava de uma questão de “ vaidade”, por pensar que assim tornaria o estudo “ mais interessante” pelo fato de ser uma pesquisa comparada. Após abandonar essa falsa ideia, o foco foi direcionado apenas a Ocupação Nova Guaporé II. Contudo, a via de acesso a esse território seria realizada através do contato com a cozinha comunitária que não estava inserida nessa ocupação, mas que contava eventualmente com a colaboração de moradoras da Nova Guaporé II.

No primeiro momento, a pretensão era estudar como a moradia enquanto direito está (ou não) inserida no espaço urbano excludente de Curitiba no contexto pandêmico. No entanto, o contato junto ao território da comunidade não estava sendo possível naquele momento, pois havia algumas questões mal resolvidas entre as lideranças da região, as quais não tive conhecimento em detalhes, portanto a inserção na comunidade Nova Guaporé II era sempre postergada. A atuação na cozinha comunitária foi *a priori* uma tentativa de se chegar à comunidade, o que de fato não ocorreu de forma efetiva, inviabilizando a inserção nesse campo.

Contudo, chamou-nos atenção o trabalho realizado na cozinha, sobretudo, o coletivo que o organizava, a União de Moradores e Trabalhadores (UMT). Não por

² Esta denominação será detalhada a seguir.

³ Associação localizada na Vila Uberlândia, pertencente ao Bolsão Formosa, no bairro Novo Mundo.

⁴ Grupo de Pesquisa e Extensão em Políticas Sociais e Desenvolvimento Urbano, o qual faço parte desde 2018, coordenado pela prof.^a Dra. Maria Tarcisa Silva Bega, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR.

acaso, a cozinha comunitária, tinha ligação com minha monografia de conclusão de curso nas Ciências Sociais, intitulada “Políticas Nacionais de Alimentação no Brasil: Avanços e Retrocessos e o Agravamento da Insegurança Alimentar na Conjuntura Atual”⁵, o que contribuiu para aumentar meu interesse.

Ao observar e participar do funcionamento da cozinha, a articulação da União de Moradores e Trabalhadores instigou-me a compreender como os movimentos sociais estavam se organizando naquele momento para, a partir da alimentação, debater e mobilizar outras pautas. Neste cenário, os acontecimentos foram concomitantes, a União de Moradores e Trabalhadores foi criada a partir da organização da cozinha comunitária, a qual foi articulada através das doações de marmitas realizadas pelo Coletivo Marmitas da Terra. Estudar um processo em andamento é tão encantador quanto desafiador e entre seus limites e possibilidades, iniciamos a pesquisa com observação participante e a concluo na forma de pesquisa-ação enquanto integrante do movimento.

A UMT foi criada em 2020 para mobilizar a doação de marmitas, e o funcionamento da cozinha comunitária. O Movimento iniciou com “um grupo de amigos” (como dizia o Militante 1⁶), e lideranças das associações do Bolsão Formosa. Ao decorrer desses três anos, foi integrando pessoas com diferentes interesses e pensamentos, em torno de pautas comuns. A cozinha foi o germe da UMT, no entanto ela não se limita a essa ação: desde 2020, já realizou cursos de formação na comunidade (comunicação popular e panificação), eventos como natal, páscoa e dia das crianças, as Feiras Populares de Saúde e Cultura e a articulação na campanha Despejo Zero. O principal objetivo da União de Moradores e Trabalhadores é a unificação das lutas populares, buscando não homogeneizar a luta, transformando-a em uma única pauta, mas na “união das diferenças”: fortalecer as reivindicações em

⁵ No trabalho de monografia, através da metodologia de linha do tempo, analisamos as políticas públicas desenvolvidas em torno da alimentação e nutrição no Brasil, explorando os aspectos de seus avanços e retrocessos num panorama geral sobre a Insegurança Alimentar e Nutricional no país, e seu agravamento com os desmontes das políticas sociais e a crise gerada pela pandemia. Em contrapartida ao cenário caótico, demonstramos como a organização da Campanha Nacional Periferia Viva se articulou com apoio de diversos movimentos sociais para realização de doação de alimentos produzidos pela agricultura familiar e pelos assentamentos do MST. A concretização da campanha na cidade de Curitiba, foi a criação do Coletivo Marmitas da Terra, o qual aparece na monografia e nessa dissertação. Já pretendia na monografia investigar a ação do movimento social, no entanto, por falta de prazos não consegui me aprofundar.

⁶ Para evitar idas e vindas no trabalho, garantindo a fluidez da narrativa, as informações fundamentais das pessoas entrevistadas serão apresentadas no capítulo 4: O cozinhar das experiências coletivas.

comum, encontradas nas mais diversas associações de bairros, tendo como diferencial sua formalização, por meio da criação de um estatuto e um CNPJ.

1.1.1 Trajetória pessoal e sua influência na lapidação do objeto

Para compreender a escolha do objeto, inicialmente entendo que é importante narrar brevemente parte da minha trajetória, não apenas enquanto acadêmica, mas também enquanto pessoa no mundo e militante de esquerda e de movimentos sociais de base. Essa caminhada começou na adolescência, quando me deparei com as realidades da sociedade de forma consciente e senti a necessidade de agir em um mundo de conflitos e contradições. A jornada começou com as manifestações de junho de 2013, que tomaram o país com o ativismo jovem reivindicando nas ruas a diminuição do valor da tarifa do transporte público. Nesse momento, de luta em prol de um direito coletivo e na tentativa de nos fazermos visíveis, me dei conta de que minha estadia no mundo é política, enquanto agente que se relaciona com o outro, com as instituições, com os direitos e deveres, enfim, com a sociedade, podendo a transforma-la e ser transformada por ela.

Ainda na adolescência, me engajei no movimento jovem da Igreja Católica, onde fui coordenadora de “grupo de jovens”, no qual debatíamos as questões de fé e religiosidade, mas também as sociais sobre as desigualdades, necessidades dos mais pobres e trabalho pastoral. Movidas e movidos pelo sentimento de ajudar o próximo, exercíamos ações assistencialistas por via da caridade no bairro em que morávamos na cidade de Francisco Beltrão na época (2013-2014), no sudoeste do Paraná. Exercíamos um movimento pastoral próximo das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) que foram de tamanha importância para os movimentos sociais de base⁷ nos de 1980.

Após o retorno para a cidade de Curitiba, me engajei como militante autônoma em manifestações políticas, debates pelas redes sociais, em grupos de apoio, e mais uma vez na atuação pastoral da Igreja, que aqui era mais doutrinariamente conservadora. Fator relevante de se pensar, tendo em vista que a maioria das pessoas com as quais interajo na pesquisa também vem de uma base religiosa. O debate

⁷ Estou tratando de movimentos de base, os movimentos sociais populares, tais quais retrata Ruth Cardoso (2008).

inserido na Igreja Católica é feito, na maioria das vezes, através da visão dualista de mundo de certo e errado, pecado e salvação. Nesse sentido, quando se pensavam os grupos de jovens, viam o outro (jovem nesse caso) como um ser humano a “ser resgatado do mundo”, visão a qual mesmo estando inserida enquanto católica praticante, sempre questionei, pois entendo que é uma visão de negação e exclusão do outro a partir de uma doutrina de julgamento. Ideologias que fizeram com que eu me afastasse desse movimento pastoral nos últimos anos, principalmente depois da formação sociológica, que é de princípio laica e nos ajuda a questionar de modo geral, o mundo em que vivemos. Nesse mesmo período, me reconheci enquanto mulher que está dentro de um conjunto de opressões e me juntei à luta contra as inúmeras violências que nos acometem. Esses são alguns daqueles momentos em que nos deparamos com o “desencantamento do mundo”. É doloroso questionar, se refazer, refletir e se posicionar, ao mesmo tempo em que é incrível e libertador enfrentar “nossos demônios”.

Quando me vi no momento de escolher um curso para graduar, me encontrei inserida em um dilema, entre o que minha família esperava e o que realmente me motivava enquanto pessoa. O sonho da minha família, principalmente minha mãe, era que eu fosse para área do Direito, no entanto, não me sentia confortável com a ideia, pois ardia em mim a vontade e a esperança de “transformar o mundo”⁸. Esperança aos moldes de Paulo Freire, esperança que nos move em direção ao agir coletivamente. Então ingressei nas Ciências Sociais no ano de 2017 na Universidade Federal do Paraná, o curso me fez questionar tudo a minha volta, através das aulas de antropologia, sociologia e política. No segundo ano de curso, me identifiquei com a sociologia e as áreas dos direitos humanos e das políticas públicas, foi então que entrei para o grupo de pesquisa, ensino e extensão coordenado pela professora Maria Tarcisa Silva Bega, (minha orientadora de curso e de mestrado), o PDUR. O grupo estuda políticas públicas, direitos humanos, as múltiplas desigualdades sociais, e em áreas urbanas, tendo alguns estudos sobre ocupações irregulares⁹, especulação imobiliária, e dinâmicas sociais no meio urbano. Fazem parte do grupo docentes e discentes de vários níveis de formação: graduação, mestrado, doutorado e pós-

⁸ Não que os profissionais da área não possam fazer parte desse processo, mas não era como eu me via.

⁹ Além de eu mesma morar em uma área de ocupação no Cajuru, já estabelecida, mas ainda irregular.

doutorado, no qual acontecem diversas interações e trocas de conhecimentos e experiências.

No ano de 2020, com o início da pandemia, nos deparamos com a emergência do distanciamento social, e acabei me afastando da atuação enquanto militante, pois participava de ações junto ao Coletivo CriançaArt Itinerante¹⁰, ações sociais da Igreja, e algumas ações e manifestações paralelas puxadas por grupos como o Movimento Organizado de Base (MOB), e movimentos culturais como Slam¹¹ Alferes Poeta. No PDUR enquanto grupo, por meio do trabalho e ensino remoto, começamos a realizar o monitoramento da Covid-19 em Curitiba e Região Metropolitana, estudando os níveis de transmissão da doença, os boletins epidemiológicos, as políticas públicas tomadas a respeito da pandemia e as iniciativas populares de enfrentamento a pandemia, das quais me aproximei para a elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Diante do contexto da pandemia e da precarização das políticas sociais, assistimos ao aumento da desigualdade no país, da pobreza, da insegurança alimentar com o alastramento da fome e a inoperância do Estado. Movimentos sociais nacionais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Via Campesina, Levante Popular da Juventude (LPJ), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) que, junto a grupos organizados da sociedade civil, se articularam em torno dessas carências e mobilizaram diversas ações pelo Brasil, sobretudo no combate a fome imediata, criando em conjunto a Campanha Nacional “Periferia Viva”.

Através da campanha foram doadas cestas de alimentos *in natura* para o preparo e distribuição de marmitas prontas, orientadas pelo Guia Nacional de Alimentação e Saúde, em regiões por todo o país. A maioria dos alimentos eram provenientes da agricultura familiar, de pequenos agricultores regionais e dos

¹⁰ Este é um coletivo que nasceu no ano de 2018, a partir da idealização da minha grande amiga que conheci no curso de Ciências Sociais e hoje levo para a vida, Bruna Lourenço. Ele reunia pessoas de diversas áreas, principalmente artistas independentes, com o objetivo de trabalharmos com crianças e adolescentes periféricos questões de desigualdade, raça, gênero, LGBTQIA+, entre outras, através de oficinas de arte. Deste coletivo também nasceu o Slam Alferes Poeta no bairro Parolin.

¹¹ Slam de Poesia são batalhas de poesias faladas, que buscam ser espaços democráticos nos quais qualquer pessoa possa recitar. Para competir é preciso seguir as 3 regras: poesia autoral, recitar em até três minutos e não utilizar nenhum tipo de adereço ou som que não seja a própria voz. As competições acontecem em níveis regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Assentamentos e Acampamentos do MST. O que permitiu, por um lado, amenizar a carência de acesso aos alimentos e, por outro, a perda de safras de pequenos agricultores, dilema enfrentado durante a pandemia.

Em Curitiba, a campanha concretizou-se através do Coletivo Marmitas da Terra, dirigido por integrantes do MST, que reuniram um grupo heterogêneo de pessoas interessadas em contribuir: militantes, estudantes, pessoas ligadas aos movimentos participantes da campanha, coligadas a partidos políticos, e também aquelas não organizadas coletivamente¹². Este coletivo se reuniu até o início de 2023, todas as quartas-feiras na Sede do Centro de Formação Urbano Rural Irmãs Araújo¹³ (Cefuria), para produzir marmitas e entregá-las à população em situação de rua no centro de Curitiba, e em algumas comunidades como ocupações e regiões periféricas, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). No entanto, as atividades não se restringiam a apenas esse dia da semana; aos sábados o coletivo se reunia no Assentamento Contestado do MST, localizado no município da Lapa – PR, para realizar plantio e colheita de legumes, verduras, grãos, batatas, entre outros produtos para fazer as marmitas. Nas terças, o coletivo se reunia no CEFURIA para o pré-preparo do alimento: lavar, descascar, picar, selecionar os produtos, cortar e temperar a carne, entre outras atividades necessárias.

A partir dessa experiência, logo no início, o coletivo debatia a importância de incentivar que fossem criadas cozinhas comunitárias nas comunidades em que houvesse essa possibilidade. Ao realizar as entregas no Bolsão Formosa, alguns integrantes do coletivo, juntamente com os responsáveis pela associação de moradores onde era feita a distribuição, avaliaram que seria possível com o auxílio necessário de materiais e suprimentos, montar naquele espaço a cozinha. Assim, em torno de maio de 2020, com algumas doações de utensílios e alimentos *in natura*, iniciaram o preparo de refeições na AMAVMU.

Em 2019, o Militante 1, a Militante 2 e seu esposo, e a Militante 3, estavam em contato com o Bolsão Formosa, que se trata de um aglomerado de Ocupações

¹² Entendendo dessa forma pessoas que não fazem nem parte de partidos, nem de movimentos sociais, nem de coletivos políticos.

¹³ O Cefuria é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com o objetivo de contribuir para a formação política e articulação dos movimentos sociais. Foi fundada em 1981, na cidade de Curitiba-PR, após uma confluência entre lideranças comunitárias, militantes políticos e sociais, agentes pastorais, com a participação protagonizada das Organizações Eclesiais de Base (baseada na teologia da libertação – vertente progressista da Igreja Católica). Para saber mais, acesse: <<https://www.cefuria.org.br/historico-2/>>.

que existe há mais de 40 anos e ainda sem regularização. Esta aproximação do território ocorreu através da realização de um curso de dança na Associação de Moradores da Vila Formosa e do auxílio do evento de Natal na mesma associação. A Militante 2 e seu esposo e a Militante 3¹⁴ moram no bairro Fazendinha, próximos ao local, Militante 1 na época morava no Centro de Curitiba, atualmente reside no Bolsão¹⁵. Os quatro, juntamente com os Militantes 4 e Militantes 5, contribuíam no Coletivo Marmitas da Terra em 2020, e sugeriram para que uma das regiões a receber as marmitas fosse o Formosa. Ao fazer contato com as Associações nas Vilas, foi acordado que seriam realizadas entregas na associação da Vila Uberlândia (a qual atende também a Vila Maria). No primeiro momento, recebiam as marmitas prontas para serem entregues uma vez por semana às quartas-feiras. Posteriormente, montaram a cozinha comunitária e as refeições começaram a ser produzidas no local, uma vez por semana, às quintas-feiras. Parte das refeições eram servidas no local, a população buscava na associação, a quantidade era servida de acordo com a quantidade de familiares. E outra parte era distribuída para as catadoras e catadores do barracão de reciclagem chamado Carpel.

Olhando para minha caminhada, hoje tenho consciência de que esse anseio pela transformação e pela luta popular, principalmente aquela que se realiza no movimento de base, tem origem familiar, inspiradas pela minha “nona”¹⁶, a quem dedico hoje essa dissertação *in memória*¹⁷, (nós a perdemos em junho de 2021, por uma embolia pulmonar causada pelo vírus da Covid-19). Apesar de crescer em outra cidade, eu passava as férias escolares de julho e dezembro em sua casa, onde a via participar de reuniões das associações de bairro, exercer trabalhos de cozinha comunitária, conquistar junto com outros moradores o Colégio Estadual para o bairro onde morava, e diversas outras ações mais assistencialistas como a doação de

¹⁴ Sendo Militante 2 mãe da Militante 3. Os três da mesma família, já conheciam o militante 1 desde 2009, pois a Militante 2 e seu esposo participaram do Partido Consulta Popular, juntamente com os Militantes 1 e 4.

¹⁵ Além dos quatro, outros militantes residem próximos como o Militante 4. O Militante 5 mora na Ferrovila e a Militante 6 na Vila Formosa, a Voluntária, mãe do Líder Comunitário reside, na Vila Uberlândia.

¹⁶ Termo usado por famílias de origem italiana para se referir a avó.

¹⁷ Infelizmente ela não teve tempo de tomar as duas doses da vacina e quem sabe ainda estar conosco em vida. Odília Luiz da Silva Antunes, mulher, mãe de nove filhos, viveu em Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná, e ajudou a consolidar o bairro onde morava, Líder comunitária ativa, mobilizava o povo e fazia reivindicações junto ao poder público para conquistar moradia, escola e posto de saúde.

alimentos e pães caseiros. Então é com grande orgulho e muita saudade que hoje escrevo essas linhas, pois histórias de lutas jamais devem ser esquecidas, e pretendo eternizar seus ensinamentos através de minhas ações e reflexões, enquanto mulher, classe trabalhadora, enquanto militante e sua neta.

1.1.2 Escolhas Metodológicas

Iniciamos a pesquisa com o trabalho quanti-qualitativo que consistiu na aproximação com os interlocutores e o levantamento de dados sobre Insegurança Alimentar durante a Pandemia, e as questões urbanas presentes na região. Combinamos entre observação participante, auxiliando nas atividades do preparo da comida, enquanto construía vínculos mais sólidos com o movimento, em seguida aplicamos o questionário. E por fim, a realização de entrevistas semiestruturadas com sete membros.

A aproximação com o campo iniciou no final de outubro de 2021, no entanto, estabelecemos como recorte para o período de campo a interação realizada de março de 2022 a fevereiro de 2023, pois foi nesse intervalo que ocorreu uma participação continuada¹⁸.

No início de 2022, aplicamos um questionário de cunho exploratório, utilizando o *Google Forms*¹⁹ com quatorze participantes ativos das ações da UMT, entendendo por ativos os participantes que além de estar no grupo do WhatsApp se envolviam nas ações da cozinha, das arrecadações, de algumas reuniões, auxiliam na busca e entrega de comidas. Doze questionários foram aplicados de forma remota (autopreenchimento) e dois presencialmente (de duas senhoras acima de cinquenta anos). Nosso objetivo foi de traçar um diagnóstico socioeconômico dessas pessoas (nome, idade, raça/cor/etnia, gênero, sexualidade, religião, estado civil, escolaridade, profissão, renda e parentescos); onde moram, situação de moradia (casa própria, alugada, quantos residentes), alimentação (o que comem e com qual frequência); como se identificam dentro do movimento (categorias de atuação); quais funções

¹⁸ Devido os recessos de final de ano, e a pausa que a própria cozinha realizou, no período de dezembro a março, não houve ida à campo.

¹⁹ Ferramenta gratuita do Google que permite a elaboração e aplicação de questionários online. A maioria das pessoas responderam sozinhas, via online. Aplicamos pessoalmente somente para duas senhoras que trabalham na cozinha comunitária.

exercem e seu posicionamento político. Dessas quatorze pessoas, sete foram entrevistadas.

Quanto à definição das entrevistas, foram selecionadas as pessoas que fazem parte do movimento enquanto integrantes e participantes ativos nas ações concretas, tendo como critérios de escolha: integrantes que tenham ajudado a fundar o movimento, estejam na realização das ações desde o primeiro momento, que participem ativamente, e que façam parte de outros movimentos sociais ou de associações. Importante ressaltar que privilegiamos o olhar sob as pessoas que integram o movimento e não as beneficiárias das ações.

Para maior segurança e a fim de preservar a identidade nominal das e dos respondentes das entrevistas, optamos por substituir seus nomes pela categoria de autoidentificação: militante, voluntario/a e liderança comunitária. Os codinomes serão distribuídos e numerados de acordo com a sequência que foram realizadas as entrevistas²⁰. A princípio pretendíamos entrevistar oito pessoas, no entanto uma delas acabou sendo inviabilizada por indisponibilidade de tempo da integrante.

As entrevistas semiestruturadas, foram realizadas no início de 2023 com algumas perguntas norteadoras, de caráter aberto, para possibilitar maior diálogo e desenvolvimento de pontos que a princípio não estavam previstos. As entrevistas foram aplicadas à sete integrantes do movimento, a partir dos seguintes critérios: participar da UMT desde sua fundação em 2020, ter acompanhado a maioria das reuniões até janeiro de 2023, estar presente nas tomadas de decisões. Foi estabelecida uma proporcionalidade de 50%/50% por gênero, no entanto, não consegui entrevistar a Militante 6, situação que será abordada no último capítulo. Optei por não entrevistar um dos participantes que atendia a todos os critérios, por este ser membro da mesma família que outras duas integrantes e entender que elas tomam as principais decisões dentre eles.

O caminho percorrido iniciou com o trabalho de campo, em seguida realizamos a análise de dados e a reflexão sobre as grandes esferas ligadas ao movimento que estamos chamando de “pano de fundo”: a insegurança alimentar, e a moradia enquanto um direito e enquanto um problema social do urbano brasileiro, buscando entender como essas questões se apresentaram durante a pandemia. Para depois

²⁰ Todas as informações gerais sobre as pessoas entrevistadas estão mais bem detalhadas no capítulo de análise.

apresentar as teorias sobre os movimentos sociais e realizar a análise dos dados coletados tanto em campo, quanto no questionário e nas entrevistas.

Dentre todas as ferramentas, a mais complexa é a Pesquisa-Ação, a qual consiste nas técnicas de pesquisa que visam interação do pesquisador(a), ou do grupo de pesquisadores com as pessoas que fazem parte da situação investigada. Esta técnica é voltada para trabalhos com ações coletivas orientadas, geralmente, em torno da resolução de um problema social ou que tenham a transformação social como objetivo. No nosso caso, ela se justifica pelo fato de estar agindo junto ao movimento nas tomadas de decisões, formações, ideias, e execução de atividades de mobilização popular em prol da articulação popular no Bolsão Formosa. Cabe lembrar que as mobilizações presentes neste território têm como reivindicações o acesso à alimentação, melhorias de vida, regularização da moradia e acesso à cidade. Além das ações concretas, faço parte do corpo dirigente da UMT, regulamentado em estatuto, o qual tramita em estâncias legais para obtenção do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

Pesquisa-ação é essencialmente uma técnica de investigação qualitativa e se difere da pesquisa-participante por supor uma forma de ação planejada que deve apresentar caráter social ou educacional, técnico ou outro, que tenha como fonte de coleta de dados a interação e ação da pesquisadora junto aos agentes da ação analisada. Geralmente é orientada a trabalhos com coletividades de médio e grande porte, grupos e instituições, prevalecendo os aspectos político-sociais das ações em questão. Segundo Thiollent (1988), a pesquisa-ação pode ser definida como:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1988, p. 14).

Difere dos modos convencionais de pesquisa social por dar ênfase à interação com o campo e ao levantamento da situação empírica, indicando começar a pesquisa partindo das situações concretas.

A articulação da teoria com o contexto social, político, econômico, ou qual for, em que a ação investigada esteja inserida, se faz necessário, tendo em vista que esta faz parte de um conjunto de relações sociais. Pois, analisar o movimento social como

“partes de um processo histórico e não como casos isolados no tempo e no espaço, é algo de fundamental importância se não quisermos cair em modelos simplificadores da realidade” (DOIMO, 1983, p. 116).

Nesse sentido, buscamos no primeiro momento a interação com o campo, através da qual, inclusive, fomos moldando e modificando o objeto de investigação, analisando não só os interesses pertinentes a pesquisa, mas também das pessoas que fazem parte da análise. Os saberes espontâneos também são valorizados a partir dessa técnica, sem estereótipos, nos possibilitando acessar conhecimentos diversos:

Podemos considerar que, internamente ao processo de pesquisa-ação, encontramos qualidades que não estão presentes nos processos convencionais. Por exemplo, podemos captar informações geradas pela mobilização coletiva em torno de ações concretas que não seriam alcançáveis nas circunstâncias da observação passiva. Quando as pessoas estão fazendo alguma coisa relacionada com a solução de um problema seu, há condição de estudar este problema num nível mais profundo e realista do que num nível opinativo ou representativo no qual se reproduzem apenas imagens individuais e estereotipadas.” (THIOLLENT, 1988, P.24).

O que nos permite ver a articulação do Movimento Social para além da interpretação e discurso dos participantes, ou dos meios de comunicação, e até mesmo apenas pela observação. Fazer parte do movimento enquanto militante e pesquisadora, me permite acessar conhecimentos que, “de fora”, não seriam possíveis, como as reuniões de encaminhamento, discussões em torno das pautas, organicidade, grupos de trabalhos e o planejamento de ações futuras. No entanto, aumenta o desafio de distanciamento acadêmico, por vezes ficando turva a visão que separa a pesquisa e militância. O que aumenta os perigos de vieses que, no entanto, tentamos manter uma postura vigilante, na busca de sua superação.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS ENQUANTO OBJETO DA SOCIOLOGIA

*Na luta diária
 Pela felicidade que nunca vem,
 A ferrugem do cotidiano
 Adormece nossa navalha
 Para quem não sabe,
 Em manhãs cinzas
 E nas noites sem estrelas,
 Dentro do ônibus,
 Pendurado nos trens
 Ou doze horas em cima de uma moto
 (onde nunca é feriado)
 Também se travam
 Grandes batalhas
 (Batalhas, Sergio Vaz)*

A categoria movimento social foi criada a partir do surgimento do movimento operário europeu, nos anos de 1840. Com a expansão do movimento de trabalhadores, através de sindicatos e de partidos políticos, tornou-se uma categoria especialmente importante no campo do marxismo e explorada pela sociologia ao longo do tempo. No entanto, não há um consenso nas Ciências Sociais que definam os Movimentos Sociais em um único conceito, mas sim vários, de acordo com diferentes paradigmas, que são influenciados regionalmente criando tendências de análises, com diversas categorias e focos.

Gohn (2004), aborda as diferentes teorias criadas para analisar os movimentos sociais. A autora separa a análise em paradigmas clássicos, nos quais se enquadram as teorias até a década de 1960, e contemporâneos, pós década de 1970. Separa ainda por territórios, indagando a relevância em observar as discussões teóricas de acordo com os contextos históricos e sociopolíticos em que são desenvolvidas. Na Europa e na América do Norte, os pesquisadores criaram teorias próprias para analisar os movimentos sociais, já na América Latina, o conhecimento produzido acerca do tema, foi inspirado em adaptações de teorias criadas em outros contextos, privilegiando os estudos dos Novos Movimentos Sociais (NMS).

Nosso objetivo, nesse momento, não é fazer um mapeamento detalhado dos paradigmas que tratam dos movimentos sociais, tampouco fazer uma reconstrução histórica dos movimentos, mas sim, explorar ferramentas que nos auxiliem para compreender e analisar tais manifestações coletivas, e como o próprio objeto de

estudo se denomina e age, de acordo com as teorias sociológicas em torno dos movimentos sociais e populares urbanos.

Na Europa, há prevalência de duas correntes teóricas: a Marxista (a qual ainda se divide em ortodoxa e neomarxista) e a dos Novos Movimentos Sociais. A primeira concentra-se no estudo dos processos históricos, nas contradições e nas lutas de classes, tendo como categorias bases: classes sociais, contradições, lutas, experiência, reprodução da força de trabalho, conflitos, entre outras. Já a segunda, olha para os movimentos pós década de 1970, centrada nos microprocessos da vida cotidiana, tomando como categorias: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, representações, interações políticas etc.

A corrente marxista, considerada clássica até os anos de 1960, priorizava a luta de classes, envolvendo as mobilizações de trabalhadores, sindicatos, partidos, classificando-se em reformistas, reacionários ou revolucionários, visando uma potência de transformação social desses movimentos. Em grande parte de suas investigações e estudos acadêmicos, os movimentos sociais são entendidos como uma manifestação da contradição fundamental entre as classes sociais, frequentemente surgindo como resposta às desigualdades econômicas e sociais.

Nessa análise, os movimentos sociais desempenham um papel crucial na conscientização política e na construção da solidariedade e da consciência de classe. Eles podem ser vistos como uma extensão da luta operária, contribuindo para a formação de uma massa crítica de indivíduos cientes de sua exploração e motivados a se unirem para a transformação social. Portanto, a abordagem marxista não apenas enfatiza a importância dos movimentos sociais, mas também os vê como um componente essencial na busca por uma transformação da sociedade (MATTOS, 2019).

Através da inadequação ao paradigma marxista ortodoxo, fazendo a crítica aos esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégia dos atores, Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe (a partir da revisão bibliográfica de GOHN, 2004) partem para a criação de esquemas interpretativos que enfatizam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade e processo de identidade (identificamos a presença dessas categorias na UMT).

Elimina-se o sujeito histórico predeterminado pelo capital e “consciência autêntica” de uma vanguarda partidária. O novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários. Portanto, a nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico predeterminado, e vê os participantes das ações coletivas como atores sociais. [...] enfatiza a identidade coletiva criada por grupos e não a identidade social criada por estruturas sociais” (GOHN, 2004, p.122-123).

Esses novos movimentos, tentam em alguma medida, se compor enquanto coletivos difusos e não-hierarquizados, contudo, na prática este princípio de horizontalidade fica no campo da idealização e discurso. Entendemos essa ambiguidade como pertencente as relações sociais, visto a dificuldade em se organizar dentro de um sistema capitalista e neoliberal, no qual a ordem vigente permeia a individualização social, sistemas de competição e pirâmides hierárquicas em diversos níveis: nas escolas, nas corporações, nas instâncias políticas, na instância privada das relações familiares e afetivas. Há um grande desafio para uma prática de fato igualitária, que ultrapassa a esfera do ideal criados por/para os movimentos sociais.

Na década de 1980, o paradigma dos NMS, criou uma corrente analítica com ênfase no processo político das mobilizações e nas bases culturais, prevalecendo como categoria chave “estrutura das oportunidades políticas”. O paradigma latino-americano, concentrou-se nos movimentos sociais libertários (identitários, como de mulheres, negros, indígenas etc.), nas lutas urbanas por acesso a moradias, equipamentos coletivos e bens, e nas lutas pelas terras rurais e urbanas (GOHN, 2004, p. 15). Para se pensar em um paradigma latino-americano, assim como em outros aspectos geopolíticos, é preciso levar em consideração os processos de industrialização tardios, as relações de dependência externa, os períodos ditatoriais nos países latino-americanos, as fases de redemocratização, o contexto de cada país e suas reivindicações.

No Brasil, a partir da década de 1970, os Novos Movimentos Sociais pautavam a luta por direitos e a construção da cidadania no país; sendo estes: as novas formas de sindicalismos (como por exemplo, os movimentos dos sindicatos do ABC Paulista na década de 1980); os movimentos populares de bairro, que buscavam acesso aos equipamentos públicos básicos como água, luz, saneamento, creches, postos de saúde etc.; melhoria de vida; e os movimentos identitários (gênero, étnicos,

LGBTQIA+), os quais conquistaram força na década de 1980. O novo se diferencia do velho pela reivindicação da base contra o centralismo organizacional, “o novo se contrapõe ao velho não só na forma de se organizar, mas também nas ideias e projetos da sociedade” (GOHN, 2022, p. 136).

São considerados “novos”, justamente por não apresentarem uma definida base classista, mas sim uma série de atores e interesses difusos, podendo ser vistos como policlassistas. Para Doimo (1995), essa classificação dicotômica dos movimentos sociais em novos e antigos, se é devido a uma ambiguidade interna nos próprios movimentos sociais. É o que veremos refletido ao analisar a UMT. Para a autora, o que de fato diferencia os “Novos Movimentos Sociais” é o uso da “ação direta” e sua configuração enquanto “campos ético-políticos”, as quais emergem entre a cultura, o mercado e o Estado, reivindicando por bens coletivos.

Quanto à relação do movimento social urbano (MSU) e o Estado, analisando a literatura sobre o tema, Lucio Kowarick (1996), aponta que alguns autores da década de 1970 como Castells, viram nas lutas sociais e políticas das classes populares urbanas, uma característica de oposição radical ao Estado. Posteriormente, essas conclusões foram contestadas e reintroduzidas. O autor critica algumas discussões que descrevem estes dois atores como meros inimigos, por essa visão empobrecer o debate:

O Estado capitalista e movimentos urbanos constituem forças que tentam, ou tentam em última instância, a mútua destruição, construindo, a partir daí, premissas teóricas que acabam por ocultar a complexidade e variedade dos processos de mudança ou, ao contrário, de dominação social e política (KOWARICK, 1986, p. 5).

Estudos de casos demonstram que nos territórios pode haver uma relação de “marchas e contramarchas”, tanto de conflito quanto de colaboração. Pois, nos casos em que agentes individualizados do Estado (como os burocratas de rua) interagem de forma colaborativa com os Movimentos Sociais Urbanos, cria-se assim um imaginário de dois Estados, “o bom e o ruim”. Ora o Estado pode ser um aliado, auxiliando inclusive nos interesses da população, como os técnicos da prefeitura que Doimo (1983) aponta que foram grandes aliados ao Movimento do Transporte Coletivo (Vila Velha -ES). Ora o inimigo, se opondo a atender as necessidades sociais e até mesmo atuando na retirada de direitos, como foi o caso das inúmeras reformas ocorridas desde 2016 (Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, Reforma do Ensino

Médio, aumento da insegurança alimentar devido decisões políticas). E por vezes um aparato de cooptação, trazendo para trabalhar nas instâncias burocráticas pessoas que atuavam em associações de bairros, por exemplo, enfraquecendo assim a organização popular. Contudo:

Se o Estado favorece por intermédio de seus investimentos a acumulação do capital, que visa maximizar a extração do excedente, bem como, na trama concreta da luta pelos benefícios socioeconômicos, acaba por favorecer as camadas mais abastadas, as classes trabalhadoras não permanecem totalmente excluídas de melhorias em relação aos bens de consumo coletivo. De um lado, porque em certa medida é preciso que a força de trabalho se reproduza para o capital, o que supõe o acesso, mesmo que precário e residual, a certos serviços que são criados pelos vários escalões de governo. Por outro lado, porque o Estado precisa aparecer como “agente ecumênico”, que zela pelos interesses de todos (KOWARICK, 2009, p.62).

A dicotomia “bom-mau” que por vezes é feita do Estado, não dá conta dos acirramentos e disputas cotidianas. Tratar essas “marchas e contra-marchas” de maneira determinante, aumenta o risco de constatações superficiais e condicionantes, marginalizando as diversas mediações que existem entre as contradições e as lutas sociais.

Ao olhar para realidade, percebemos (e não só nós, demais autores e autoras do tema já apontaram antes) por exemplo, que não é necessariamente a miséria que contribui para a mobilização popular, mas sim a consciência da pobreza, já que são os que se percebem como espoliados que levam adiante as reivindicações. Pois, não são as pessoas que passam fome durante a pandemia que se mobilizam em torno de fazer e distribuir marmitas na associação de bairro, mas sim, as que de alguma forma estão ou estiveram, em algum momento, envolvidas com ações sociais ou organizações como movimentos, partidos etc. A espoliação e a pauperização são apenas a lenha que alimentam a fogueira dos conflitos sociais.

A maneira de como múltiplos grupos e aglutinações vivenciam suas próprias realidades e sobre elas constroem suas visões do mundo e, dentro de determinadas conjunturas, se organizam para enfrentá-las, o que, novamente, nos leva para o campo da cultura e da política, não redutível às determinações macroestruturais (KOWARICK, 1986, p. 7).

Portanto, há muito o que se observar nas relações cotidianas dos movimentos sociais e como se articulam e dialogam (quando dialogam) com o Estado. Kowarick

(2009), caracteriza como “luta urbana” quando esta ocorre em uma base territorial circunscrita às cidades e coloca em evidência a questão da terra, da habitação ou dos bens de consumo coletivos. Para compreendermos os movimentos sociais urbanos, é necessário nos atentarmos a quais são suas pautas, seus objetivos concretos e subjetivos, a sua organicidade e ideologia política.

Em movimentos urbanos exclusivamente espontâneos a conquista daquilo que é reivindicado produz o fim do movimento. Também a morosidade do poder público em dar respostas – comportamento dos mais comuns – leva à desmobilização gradativa. Entretanto, quando possui lideranças vinculadas a organizações e/ou instituições que mantem acesos os estímulos e motivações, esses movimentos, embora sujeitos a efeitos desmobilizadores, podem adquirir maior grau de organicidade, durabilidade e capacidade de pressão. [...] Assim, mesmo que o movimento sofra a desarticulação, permanece a motivação política. [...] As lutas urbanas representam manifestações de fraco alcance político [...] pois mesmo que consigam vitórias no plano econômico imediato, concorrem para a modernização pura e simples da sociedade, e não para transformações mais profundas (DOIMO, 1983, p. 115).

Doimo (1983) afirma que nem toda reivindicação urbana pode ser considerada um movimento social urbano, já que estes devem, segundo a autora, conter os germes da modificação qualitativa das relações entre classes sociais, não meramente ações reivindicativas que não apresentem consistência e continuidade. Portanto, ela propõe apreendê-los através da dinâmica interna, conhecendo as como se articulam na sociedade, para então compreendê-los, baseado nas relações entre as contradições urbanas e os processos políticos.

Contudo, não tomaremos definições dicotômicas para análise do movimento. Reconhecemos que as lutas urbanas são travadas em contextos socioeconômicos permeados por conflitos e contradições sociais e que não podem ser resumidas por determinantes de classe, mas vistas em conjunto com as formações identitárias, culturais e de vivências individuais que formam as experiências coletivas. Portanto, tomaremos por movimentos sociais aqueles que enquanto grupo se unem em torno de uma identidade coletiva (seja trabalhadores/as, moradores/as, mulheres, mães, jovens etc.) com propósitos em comum, que os levam a debater e consolidar ações concretas para alcançar seus objetivos, geralmente por meio de conflitos reivindicativos. No nosso estudo, estamos considerando as relações sociais e as

experiências individuais e coletivas como orientadoras da ação organizativa. Os movimentos sociais pressupõem organicidade e estratégias.

Consideramos ainda a disputa como característica intrínseca, “o que os movimentos produzem, portanto, também é uma forma de participação política que altera e transforma a maneira como os governos atuam e representam interesses” (PEREIRA; SOUZA, 2022, p.12). Nos territórios, não a vemos apenas contra o Estado, mas no desenrolar do cotidiano pelas narrativas, pelo aparelho ideológico, nos discursos, por presidências de associações, disputa dos movimentos com lideranças partidárias e até mesmo com lideranças comunitárias, inclusive as internas nos próprios movimentos.

Como definição, Pinheiro, 2010, vai ao encontro da definição que Souza (2008) elabora dos movimentos sociais, considerando-os como “subconjuntos de ativismos, estes por sua vez, subconjunto de ação coletiva”, as quais precisam ser: organizadas, mais ou menos perenes e críticas da ordem social vigente (seja progressista, conservadora e/ou regressiva), acrescentando a esta definição quatro características: presença de demandas/objetivos, formas de ação, orientação ideológica e forma de organização.

Destacando a forma de ação²¹ “devido a aparência performática” que a ação coletiva adquire Pinheiro (2010, p. 110) afirma: “todavia, como objetivo para os movimentos significa, em primeira instância, influenciar a opinião da sua potencial base social sobre determinada matéria, [...], este objetivo aparece intimamente ligado à demanda em todo movimento”. O autor alerta para a dificuldade no uso do conceito de ideologia devido a sua pluralidade de definições. Contudo, em seu texto, trabalha com a ideia de Löwy, (1998 e 1999) que define Ideologia como “visão social de mundo”, se tratando de um “conceito operacional relativo às práticas sociais de interpelação discursiva que tem um duplo efeito: sustentar a concepção (visão) social de mundo, por um lado, e, por outro, permite a composição de um quadro interpretativo conforme o fim visado” (PINHEIRO, 2010, p. 111). Nesse sentido, esta categoria será incorporada em nossa análise.

As formas de organização são múltiplas, orientadas de acordo com os objetivos traçados pelos movimentos e pelas experiências dos sujeitos que compõem

²¹ Um dos pontos que pretendemos explorar na análise do objeto.

os movimentos. Alguns mais pautados nas formas institucionais e hierarquizadas como é o caso dos sindicatos, que possuem pautas e grupos de atuação bem definidas, em torno do mundo do trabalho. Os movimentos identitários (mulheres, movimento negro, LGBTQIA+, indígenas, dentre outros), pautam uma organicidade de alcance maior, buscando reconhecimento e direitos frente toda a sociedade, e não apenas em uma esfera específica, utilizando muito das ferramentas de ampla visibilidade, como as ruas e redes sociais. O MST, possui uma organização mais centralizada no campo, em torno das pautas de direito a terra e produção alimentar agroecológica, é um dos movimentos em que percebemos a presença da “mística” como uma das ferramentas de organicidade, entendendo esses momentos que abrem e/ou fecham as reuniões para interação das pessoas, marcada pelas simbologias do campo. Os movimentos por moradia, pautam uma organização territorial, de presença cotidiana, buscando articular moradores e moradoras para mobilização ampla e continuada.

A formação, busca por conhecimento e teoria, é um elemento comum às organizações dos movimentos. A autogestão é uma das formas de organização, sobretudo, nos novos movimentos sociais, os quais pautam por autonomia e auto-organização. Outra forma de organizar os movimentos populares, e associações de bairros, é por meio dos agentes externos. Apresentavam entre as décadas de 1970 e 1980 uma gama de pluralidade de ações coletivas, singulares ao mesmo tempo com denominadores comuns: os interlocutores; sendo estes intelectuais acadêmicos, ONG’s, e a Igreja Católica, os quais retomam a ideia de povo “como sujeitos da sua própria história”. Esses agentes articuladores externos, estariam presentes nas composições dos movimentos e reivindicações:

Estes “códigos éticos-políticos” se difundem através das “trocas de experiências” dentro de cada movimento e entre movimentos diferentes, e também da multiplicidade de práticas de “educação popular”, entre elas: a educação popular em si (concebida por Paulo Freire), a comunicação popular (imprensa inscrita, rádio, vídeo, teatro, etc.), a dinâmica de grupo, a pesquisa participante e, fundamentalmente, a Igreja Popular. [...] a Igreja é referência simbólica central nos movimentos (MARQUES, 1995, p. 276).

No entanto, a autora explica que os movimentos sociais passaram por uma crise nos anos 1990, justamente porque os mecanismos de encontro, esses denominadores comuns que sustentavam o campo ético-político, se dissiparam. Contudo, é possível identificarmos esses resquícios na formação dos movimentos

atuais. As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), as quais exerciam essa assessoria, braço comunitário e até mesmo organizativo nas décadas de 1970 e 1980, de fato enfraqueceu e hoje não se apresenta como agente principal na composição do movimento. No entanto, as CEB's deixaram raízes, a frente progressista da Igreja Católica continua dando suporte aos movimentos, ao menos no quesito da solidariedade. No estado do Paraná, vemos estabelecida a presença do Cefuria fortalecendo e dando suporte aos movimentos sociais, com recursos materiais, intelectuais, formação, de estrutura física, etc.

No campo da esquerda no Brasil, intelectuais, partidos políticos e até mesmo alguns movimentos sociais que se veem enfraquecidos, se perguntam como ocorreu o distanciamento do que chamamos de “base”²². Nesse momento nos perguntamos, será na década de 2020 que essa reaproximação ocorrerá? Há um movimento dos agentes de esquerda, intelectuais e partidos de se voltarem para as massas e atuações de bairros, seria nesse local que se encontra a UMT? Quanto ao papel da Igreja Católica, o enfraquecimento das CEBs, abriu espaço para a propagação das igrejas neopentecostais dentro das periferias, proliferando pensamentos mais conservadores e neoliberais? Tomamos tais questionamentos mais a fim de instigar a reflexão que respondê-los.

Todavia, observamos um grande desafio posto aos movimentos sociais: como articular a população de forma a engajá-la para que construam movimentos com projetos políticos em prol da transformação social?

2.1 Do teórico ao empírico

No Brasil, as lutas sociais estiveram presentes desde sua gênese no período colonial, expressas em revoltas em busca de liberdade e contra opressão dos colonizadores. Travadas por negros escravizados e população livre pauperizada. Gohn (2000), esboça uma lista dos movimentos mais famosos até o século XX: Zumbi dos Palmares (1630-1695), Inconfidência Mineira (1789), Conspiração dos Alfaiates (Minas, 1798), Revolução Pernambucana (1817), Balaiada (Maranhão, 1830-1841), Revolta dos Malés (Bahia, 1835), Cabanagem (Pará, 1835), Revolução Praieira

²² Entendendo por base as massas populares, no caso urbano, que se encontram nas grandes periferias, as quais possuem grande potencial organizativo.

(Pernambuco, 1847-1849), Revolta de Ibicaba (São Paulo, 1851), Revolta de Vassouras (Rio de Janeiro, 1858), Quebra-Quilos (Pernambuco, 1873), Revolta Muckers (Rio Grande do Sul, 1874), Revolta do Vintém (Rio de Janeiro, 1880), Canudos (Bahia, 1874-1897, massacrada pelas forças da República).

Em meados do século XX, com as mudanças de Governo, o estabelecimento da República (que vinha ocorrendo desde sua declaração em 15 de novembro de 1889), a crescente industrialização, a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra branca imigrante, formaram um proletariado urbano. E com isso, novos problemas e articulações sociais. Ocorre então nas duas primeiras décadas, revoltas em torno da melhoria das condições de vida urbana. A população urbana estava precarizada tanto em relação ao trabalho quanto em relação a moradia. Pois, a princípio, trabalhadores e trabalhadoras fabris moravam em vilas operárias, ou nos cortiços e favelas dos centros urbanos.

As principais articulações nesse período foram a Revolta da Chibata no Rio de Janeiro em 1910 e as greves fabris em São Paulo em 1917. Na década de 1920 emergem lutas das camadas médias urbanas e revoltas militares. Vale lembrar que no período de Colônia e Império (1500 – 1889), eram as classes altas no país os senhores de engenho (os donos da produção, em parte até hoje inseridos no agronegócio), clero, militares e funcionários graduados (GOHN, 2000).

Em 1930, tem-se no Brasil, a formação de uma burguesia industrial. A classe operária que antes era composta por imigrantes, agora passa a ser formada por migrantes, que vinham às cidades urbanas em busca de emprego e melhores condições de vida. Nesse período o governo de Getúlio Vargas investe na produção estatal e assume a liderança no processo desenvolvimentista. Há nesse período uma ascensão do sindicalismo, mas que é “abafada” pela repressão do Estado Novo (o qual foi instituído por Getúlio Vargas via Golpe de Estado) em 1937, e pelo estabelecimento das leis trabalhistas em 1943, que acaba por regular a jornada de trabalho, o trabalho feminino e infantil, além das condições nas fábricas “Os sindicatos no país apresentam um histórico de mobilizações sociais em duas dimensões: a) a luta de resistência ao autoritarismo e à ditadura militar, em especial; b) mobilizações de grande relevância voltadas para aspectos internos das condições de trabalho (greves, ocupações, etc.)” (PEREIRA; SOUZA, 2022, p.48).

A conjuntura de redemocratização do país aliada a um projeto desenvolvimentista, marcou os anos de 1945 a 1964. Setores da burguesia industrial

estabeleceram alianças internacionais. Não vamos nos ater às mudanças governamentais da República Populista, mas destacar alguns pontos como o impedimento às greves e perseguição às organizações de trabalhadores no governo Dutra (1945-1950). A política desenvolvimentista nacionalista de Vargas (1950-1954) levou à criação da Petrobrás. O governo de Juscelino Kubitscheck (1955-1960) o qual instituiu o “Plano de Metas” com o discurso de realizar “um crescimento no país de 50 anos em 5”, investiu em construção de estradas, portos, incentivo fiscal para atrair empresas estrangeiras, sobretudo de automóveis, o que gerou um endividamento do país e um novo setor da classe operária: os metalúrgicos do ABC paulista. Entre 1961 e 1964 o país pipocou em revoltas e instabilidades governamentais, passando pela presidência em 1961: Jânio Quadros, Ranieri Mazzilli e João Goulart, permanecendo este último até o Golpe Militar em 1964. Até a instauração da ditadura no Brasil, diversos movimentos sociais emergiram, como as Ligas Camponesas do Nordeste, Movimento dos Agricultores Sem Terra, Movimento de Educação de Base, União Nacional dos Estudantes, Círculos de Culturas Populares, conflitos internos e externos dos Sindicatos (entre sindicatos oficiais e opositores), entre outros (o que nos auxilia compreender a prevalência da análise marxista dos movimentos sociais até este momento).

De 1964 a 1969, a Ditadura Militar fez com que cessassem as manifestações e organizações populares, instaurando pressão, violência e medo. Influenciados pela conjuntura internacional de Maio de 1968 na França e a cultura maoísta na China, a classe estudantil emergiu como os novos atores nesse momento. No que tange ao desenvolvimento econômico do país, tivemos da Ditadura o conhecido “milagre econômico” – a fase da tecnocracia, do planejamento centralizado e desfavorecimento salarial da classe operária – o qual resultou em uma extensa dívida econômica mais tarde, após a crise do petróleo em 1974. Nesse momento de enfraquecimento do regime a resistência começa a se fortalecer novamente, nas associações de bairros, nas CEBs, no novo sindicalismo, na emergência de novos partidos, com destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT), nos movimentos populares pelo transporte coletivo, entre outros que pulverizaram. Nesse sentido, autores como Sader, já em 1988, se antecipando a Gohn, irá denominar de novos movimentos sociais:

À irrupção dos movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o “novo sindicalismo”, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os “novos movimentos de bairro”, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma “nova sociabilidade” em associações comunitárias onde a solidariedade e a autoajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais”, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada (SADER, 1988, p.36).

Em 1984, a expressão popular se manifestou em massa nas ruas pedindo “Diretas Já”, no declínio do Regime Militar. A participação civil volta à tona e contribui no processo de instauração da redemocratização do país e da Constituição Federal de 1988. Contudo, nos anos 1990, a crise internacional do capitalismo globalizado atingiu também o Brasil. Se, de um lado, a população acabara de conquistar um alargamento dos direitos civis, por outro lado o neoliberalismo estreitou os direitos sociais e acessos econômicos. Nesse período passamos por uma alta no desemprego, reformas econômicas, instauração das políticas neoliberais, flexibilização dos contratos de trabalhos e o enfraquecimento dos sindicatos com a alta do trabalho informal, a lotação das cidades (a qual já vinha ocorrendo desde a década de 1970), aumentando a favelização e a precarização da vida, da moradia e do acesso aos bens de consumo coletivos.

No campo, a desigualdade também está presente, herança do período escravagista associado a política de branqueamento (instaurada pelo incentivo às imigrações no século XIX), que geraram uma sociedade excludente e marginalizada para a população recém liberta. Na década de 1990, os movimentos rurais ganham força e protagonizam a denúncia da “ausência de uma reforma agrária ampla e eficaz por parte do Estado brasileiro” (PEREIRA; SOUZA, 2022, p.48). O MST protagoniza esta luta.

Nos anos da década de 1990, o surgimento do “terceiro setor”, o qual aglutina, heterogeneamente, ONG’s, associações comunitárias, movimentos sociais, entidades filantrópicas, representantes da sociedade civil, entre outros. Classifica este segmento como complexo, contraditório e diferenciado, que tem gerado uma espécie de associativismo no âmbito do poder local, sem fins lucrativos. Quanto a sua contradição:

É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras; abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatório, estruturados segundo ações estratégico-racionais pautadas pela lógica do mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania (GOHN, 2000, p. 21).

O início dos anos 2000 é marcado pelo reflorescimento dos movimentos sociais, que carregam nesse momento a bagagem da participação institucional, tendo atuado no final dos anos 1980 nas instâncias representativas, fóruns, conselhos etc. e na luta por direitos. O MST, desde sua criação, vem se apresentando como um dos maiores e mais fortes movimentos sociais a nível nacional. No primeiro governo Lula (2003), abriu-se um campo de diálogo com os movimentos e setores da sociedade civil. Alguns avanços foram conquistados no campo dos direitos sociais e novas formas associativas foram se deliberando.

Nos anos 2010, entram em articulação, regidos pela organização em rede, com pautas ideológicas diversificadas, dentre os quais destacam-se no Brasil, as Jornadas de Junho de 2013²³. Este movimento evidenciou o papel da juventude e o uso das tecnologias no associativismo e mobilizações populares. Contudo, o movimento estudantil é de longa data e muita importância no Brasil, foi protagonista do ciclo de protestos que pediam o impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), conhecido como os “caras pintadas”. “Na década de 1990, a UNE realizou diversos protestos pelo país contramedidas do Ministério da Educação (Governo FHC), mas as mobilizações diminuíram no governo Lula em função de a entidade considerá-lo um aliado” (PEREIRA; SOUZA, 2022, p.54).

Os ativismos, a partir desse período, ganham destaque pelo seu modo de organização em rede via internet. Gohn (2022) aponta o alargamento de mobilizações globais, as quais não o são por conta de suas pautas serem as mesmas em diversos lugares do globo, mas sim, por se articularem de forma mundializada através das redes sociais e mídias. A rapidez e fluidez da informação, trazem ao cenário contemporâneo a instantaneidade dos acontecimentos. E, com isso, novas configurações de organicidade dentro dos movimentos. A partir de 2015, os movimentos sociais ficaram mais no plano da resistência às reformas econômicas e

²³ Os movimentos de massa reivindicando os preços das tarifas de transportes que se espalharam pelo Brasil.

previdenciárias. Contudo, a pandemia sacudiu o cenário para articulação social e popular.

2.2 A articulação de campanhas nacionais durante a pandemia

A proliferação da Covid-19 no ano de 2020, o alto risco de contaminação, a orientação e exigências de distanciamento social, trouxeram como novidade não somente o avanço das tecnologias de comunicação, mas a ocupação de outros espaços para as manifestações populares como o das janelas, redes sociais, de dentro dos automóveis, entre outros meios, inclusive o que a Militante 3 vai chamar de “isolamento produtivo” que se trata da atuação dos movimentos populares junto às comunidades tomando, ou tentando na medida do possível, as orientações de segurança sanitárias.

O despreparo e a falta de estrutura para contingência da Covid-19, expôs não somente a fragilidades dos sistemas nacionais de saúde e saneamento, como também o fortalecimento das políticas neoliberais, do conservadorismo político e o negacionismo científico. O grupo de pesquisa PDUR, em 2021, através dos relatórios desenvolvidos sobre a Covid-19 em Curitiba e Região Metropolitana, cunhou o termo “gerenciamento da pandemia”²⁴, para dar conta de explicar as medidas adotadas pelos gestores públicos, que, segundo o grupo, consistiu em uma série de políticas públicas adotadas pelos gestores municipais, estaduais e federais, que visaram a administração dos impactos da crise sanitária em vez de sua contingência.

A partir da análise dos decretos municipais e estaduais de abertura e fechamento de estabelecimentos comerciais, ficou clara a priorização da economia em detrimento da saúde e da vida da população da RMC, mas que reflete o mesmo processo para toda a população brasileira, violando diversos direitos essenciais como: saúde, direito trabalhista, direito à transparência e ao lazer (PDUR, 2021). O que exigiu dos movimentos sociais grandes mobilizações em torno da sobrevivência da população e tentativa de amenizar os impactos na pandemia, principalmente, para a população periférica e marginalizada pelo poder público.

²⁴ Termo de autoria do PDUR –. Utilizado pela primeira vez em 2020, na formulação do primeiro Relatório de Monitoramento da Covid-19 em Curitiba e Região Metropolitana.

Pesquisa conduzida pela Rede Penssan, apontou que 19 milhões de brasileiros relataram ter passado fome ao final de 2020²⁵. A partir da emergência alimentar, diversos movimentos sociais nacionais se uniram em campanha denominada “Periferia Viva” como explanado na introdução.

Dentre os movimentos que se envolveram na campanha estão listados: o Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direito (MTD) movimento nacional que inicia seu núcleo em Curitiba com os mesmos dirigentes da UMT²⁶, em 2020; o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), movimento oriundo da Grande São Paulo, que tem seu núcleo formado em Curitiba, igualmente recente, atuando na RMC; o Movimento Popular por Moradia (MPM), que já está estabelecido há mais de dez anos na cidade e região metropolitana; Cefuria atuante na RMC desde sua criação em 1981; Levante Popular da Juventude (LPJ) a novidade é a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), criado nos anos 1980, presente em 24 estados do Brasil, que apesar de ter o foco de suas ações no campo, durante a pandemia se articulou no meio urbano. E por fim, as associações de bairros²⁷.

A campanha atuou em diversas cidades, de acordo com suas particularidades territoriais. No entanto, prevaleceram as ações de doação de marmitas prontas e alimentos *in natura* produzidos nos assentamentos e acampamentos do MST, e dos pequenos agricultores da agricultura familiar que estavam com problemas de comercialização de suas produções devido a impossibilidade de realização das feiras e fechamentos dos comércios para os quais direcionavam o plantio.

Em Curitiba, a campanha “Periferia Viva” se concretizou através do Coletivo “Marmitas da Terra”. Este coletivo surgiu a partir da organização do MST no Paraná, e da chamada desse movimento à militância. Pessoas que já estavam organizadas em alguma instância (movimento, partido, engajada em alguma causa social, e estudantes universitários), estavam acompanhando as discussões nacionais em torno da Periferia Viva. Quando MST fez o chamado à contribuição, as pessoas se somaram nesse coletivo, que começou com dez membros em 2020 e em 2023 aglutinou mais

²⁵ ALVEZ, J.; SOUZA, R. “Pesquisa: 19 milhões passaram fome em 2020”. CNN Brasil. São Paulo. Maio de 2021. Disponível em: < [Pesquisa: 19 milhões de brasileiros passaram fome em 2020 \(cnnbrasil.com.br\)](https://www.cnnbrasil.com.br/pesquisa/19-milhoes-de-brasileiros-passaram-fome-em-2020)>. Acessado em: 28 de jun. de 2023.

²⁶ Atualmente estão na direção do MTD a Militante 2, seu esposo, Militante 3, eu, a Militante 6 e outra militante que faz parte das finanças. Hoje a Militante 3 trabalha como educadora no Cefuria.

²⁷ Apesar da Central Única das Favelas (CUFA), ser atuante em Curitiba desde 2005, não identificamos sua participação na campanha.

de 200 apoiadores(as) que participam ou participaram das atividades em algum momento. Este coletivo produziu e distribuiu marmitas para a população em situação de rua no centro da cidade e para as comunidades pauperizadas espalhadas na RMC. Além de marmitas prontas produzidas e entregues todas às quartas feiras, desde o final de março de 2020, distribuíram alimentos para preparo nas cozinhas comunitárias, muitas das quais, ajudaram a criar, como no caso da cozinha na Vila Uberlândia do Bolsão Formosa.

No início da campanha, o Coletivo Marmitas da Terra, realizou ações de colheitas em lavouras de pequenos produtores que estavam com dificuldades de escoamento de produção e que decidiram doá-las ao MST, os quais foram destinados às marmitas e distribuição *in natura*. Isso permitiu, por um lado, amenizar a carência de acesso aos alimentos e, por outro, evitar a perda de safras desses agricultores(as), que encontraram dificuldades de escoamento da produção, seja por fechamento das feiras e centros de comercialização, seja pela rejeição por parte dos supermercados de produtos danificados pelo clima, em função da crise hídrica que assolou o Paraná (como relatou uma produtora da região em uma das ações do Coletivo Marmitas da Terra), dilema enfrentado durante a pandemia.

Essa grande aliança entre os movimentos no contexto pandêmico não representa um simples assistencialismo ou ações filantrópicas, mas sim uma disputa política e social, reivindicando como princípios a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, garantia de Segurança Alimentar e Nutricional, viabilizando outro modelo de desenvolvimento socioeconômico e de produção agrícola, baseado nos princípios da agroecologia, produção ecológica e, sobretudo, na Soberania Alimentar. O resultado dessa Aliança não somente o fortalecimento da Periferia Viva, mas também a campanha pelo Despejo Zero.

A Despejo Zero – em defesa da vida no campo e na cidade, como o próprio nome sugere é campanha nacional realizada em torno da permanência das ocupações e a proibição de despejos durante a pandemia, visando a longo prazo, o estabelecimento da lei de Despejo Zero enquanto permanente. A campanha foi lançada em junho de 2020, realizada pela união dos movimentos e entidades, que reúne mais de 170 movimentos e entidades, além dos citados acima.

em plena pandemia do Covid-19, governos, judiciário e proprietários insistem em desabrigar famílias por todo o Brasil. São sem teto, sem-terra e locatários que são removidos de suas moradias, muitas vezes com força policial. O isolamento social e a higienização constante são as medidas comprovadamente mais eficazes contra o avanço da pandemia, mas estas medidas são negadas a boa parte da população, que não tem garantido o direito à moradia digna (CAMPANHA DESPEJO ZERO, 2020)²⁸.

A campanha foi articulada nacionalmente formando núcleos no Pará, Goiás, Santa Catarina, Paraná, Moji das Cruzes, Espírito Santo, Baixada Santista, Grande ABC, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. O principal foco da campanha, primeiramente foi evitar o despejo de famílias, e ocupações tanto no meio urbano quanto no rural, para posteriormente prorrogar e efetivar a Lei 14.216/21 (derivada do PL 827/20 que havia sido vetado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro)²⁹ a qual prevê a proibição até 31 de dezembro de 2021, de despejos e remoção forçada coletiva de imóvel privado ou público do meio urbano (a previsão legal não abrange a área rural devido à pressão da bancada ruralista, no entanto está na pauta da campanha), tanto de áreas de ocupação quanto por não pagamento de aluguel. Devido a pressão exercida pela campanha, a lei foi promulgada pelo Supremo Tribunal Federal até outubro de 2022.

Em ação, a campanha mobilizou comunidades, promoveu audiências públicas e reintegração das famílias, apresentou diversas propostas ao Governo Federal, auxiliou comunidades com processos jurídicos de permanência nos locais, realizou estudos sociais quanto a situação da habitação no país, entre tantas outras ações. Um exemplo de conquista através da campanha na cidade de Curitiba e Região Metropolitana, foi o impedimento de despejo na comunidade Britanite, localizada no bairro Tatuquara. Pela Campanha foram realizadas grandes manifestações públicas.

FIGURA 1: ATO CAMPANHA DESPEJO ZERO NO 8 DE MARÇO EM 2023.

²⁸ Disponível em:< [DespejoZero - Campanha Despejo Zero](#)>. Acessado em: set. 2023.

²⁹ Posteriormente o veto foi derrubado pelo Congresso Nacional.



FONTE: Acervo DCE UFPR. Disponível em: <[Diretório Central dos Estudantes da UFPR \(@dce_ufpr\) • Fotos e vídeos do Instagram](#)>.

FIGURA 2: PARTICIPAÇÃO NO ATO DESPEJO ZERO NO 8 DE MARÇO DE 2023 ENQUANTO INTEGRANTE DA UMT.



FONTE: Acervo DCE UFPR³⁰. Disponível em: <[Diretório Central dos Estudantes da UFPR \(@dce UFPR\) • Fotos e vídeos do Instagram](#)>.

A campanha denuncia que houve um aumento de 310% no número de famílias despejadas no Brasil entre agosto de 2020 (6.373 famílias) e agosto de 2021 (19.875 famílias) e um aumento de 495% do risco de despejo entre agosto de 2020 (18.840 famílias) e agosto de 2021 (93.845 famílias). Os estados onde mais ocorreram remoções nesse mesmo período foram: Rio de Janeiro (4.826 famílias), São Paulo (4.622 famílias); Amazonas (3.080 famílias), Paraná (1.656 famílias) e Pernambuco (1.325 famílias).

A campanha continua ativa neste momento³¹. No final de 2022 apresentou uma carta ao Governo Federal como proposta para o governo de transição (Anexo 1), a qual pede por um governo Despejo Zero e o fim da violação dos direitos humanos em processos de remoção/reassentamentos. Há nesta mesma carta a proposta para a criação de uma política de prevenção e mediação de conflitos fundiários, a partir das experiências da sociedade civil e governamental “articulando as diversas instâncias de governo (Municipalidades, Ministério da Justiça, Direitos Humanos, Desenvolvimento Agrário, SPU etc.), o que deve ser feito com a participação da sociedade civil” (DESPEJO ZERO, 2022). O direito fundamental à moradia, como tantos outros, é historicamente violado se tratando da população pauperizada.

³⁰ Por esta ser uma foto publica, optamos por não borrar o rosto.

³¹ Para mais informações sobre a Campanha, acesse: < [DespejoZero - Campanha Despejo Zero](#)>.

3 SOBREVIVÊNCIA: A PAUTA EM COMUM

*Agulha no palheiro, um dia a gente acha
 O tempo passa devagar se a vida 'tá sem graça'
 É rocambole sem recheio, tonel sem cachaça
 Beijo sem língua, São Paulo é uma farsa
 Banca o desarmamento, ação desesperada
 Não investiram na educação, huh, agora paga
 É preto e branco, um vaso no martelo
 Uma flor sem cor, o sorriso amarelo
 Entra ano e sai ano, meu povo na miséria
 Se o meu negócio é cantar cantaremos, Cinderela
 Eu quero aprender, eu quero saber, eu quero passar pra depois desenvolver
 Eu quero comer, eu quero beber
 Saneamento básico, cacete, isso é o mínimo
 Dignidade do poeta que vai se diluindo
 Numa luta covarde vou seguindo, tossindo
 O que mais me incomoda é sua pobreza de espírito
 (Tô pra ver – Criolo)*

Sobreviver no Brasil nunca foi para amadores, um país de herança escravocrata, desigual por nascença e injusto por trajetória, deixou escancarado durante a Covid-19, suas fragilidades nos sistemas de proteção social, afinal, nunca estivemos todos no “mesmo barco”. A fome e a luta por moradia digna estão há décadas no cenário brasileiro, situação que se agravou no país durante o período pandêmico. Enquanto se dizia no senso comum que o vírus não escolhia quem atacar, por outro lado, estudos revelaram que a propagação se agravou quando encontrou os recortes de classe, raça, gênero e território³².

As desigualdades socioeconômicas não podem tanto ser encaradas como processos naturais, quanto serem atribuídas a pessoas e grupos individuais, isentando o Estado, tendo em vista que são parte de um grande sistema de desproteção a vida e a uma série de direitos. Quando associadas às vulnerabilidades socioeconômicas podem criar efeitos catastróficos, como visto nos últimos três anos. Lucio Kowarick (2009) discorre sobre as vulnerabilidades socioeconômicas como sendo uma espécie de “subcidadania”, a qual consiste na desproteção da camada pobre da sociedade quanto à garantia de direitos sociais básicos como saúde,

³² Neste trabalho vamos priorizar a análise sobre o espaço urbano. O que não significa que o meio rural seja isento dessas desigualdades.

moradia, educação, trabalho, saneamento, entre outros direitos que deveriam ser garantidos aos cidadãos.

Estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Políticas Sociais e Desenvolvimento Urbano (PDUR)³³ da Universidade Federal do Paraná, através de análises de boletins epidemiológicos da Cidade de Curitiba e Região Metropolitana durante os anos de 2020 e 2021, apontaram que a propagação do vírus iniciou com um alto número na região central dos municípios, porém quando atingem as regiões periféricas a doença se espalha mais rapidamente e em longa escala, encontrando nas periferias e nos bairros pobres um ambiente propício à propagação, sendo o “efeito território”, compreendido como “os benefícios ou prejuízos socioeconômicos que acometem alguns grupos sociais em função da sua localização no espaço social das cidades” (ANDRADE, L. T. e SILVEIRA, L. S. 2013, p. 381), um agravante à doença.

Sem acesso à equipamentos públicos de saúde, às condições para aderir efetivamente às medidas de segurança preventivas do novo coronavírus, a sobrevivência em meio a aglomeração familiar nos domicílios de conglomerados urbanos, falta de acesso à água tratada, à saneamento básico, e até mesmo à caixa d'água³⁴. A superlotação no transporte público, a falta de condições mínimas para isolamento social, falta de acesso a produtos de higiene como álcool, sabão e a equipamentos de segurança recomendados como máscaras. Portanto, percebemos como resultado da falta de direitos associada às desigualdades socioeconômicas: a alta propagação viral em uma parcela da população brasileira com dificuldades, e até mesmo condição nenhuma de proteção à vida.

Segundo Aguirre (2022) uma endemia se trata de uma doença que aparece ao longo do tempo tanto em uma região quanto em um grupo específico, epidemia é quando essa doença se manifesta rapidamente em uma determinada área e pandemia é quando o alcance da doença se expande para mais de um continente. Sendo assim, quando há uma sinergia de epidemias e comorbidades, com fatores

³³ PDUR - PESQUISA E EXTENSÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO. Dez Meses de Covid-19 na Região Metropolitana de Curitiba: A Pandemia no Território e as Políticas. Relatório de Pesquisa. Coord. Maria Tarcisa Silva Bega. UFPR, Curitiba, PR. 2021. Relatório Técnico.

³⁴ Pois durante a Pandemia, a RMC passou por racionamento de água, havendo revezamento entre os bairros. Ver mais em Ruiz, A. “Estiagem no Paraná coloca Curitiba em racionamento de água”, Climatempo 2020. Disponível em:< [Estiagem no Paraná coloca Curitiba em racionamento de água - Notícias Climatempo](#)>. Acessado em 06 de fevereiro de 2023.

sociais, econômicos, culturais e ambientais, temos o que alguns autores definem como sindemia. O conceito de sindemia foi elaborado nos anos 1980, buscando uma melhor compreensão sobre a AIDS (infecção por HIV, considerada como pandemia na década de 1980) buscando articular os conceitos de comorbidades e interação de doenças. Portanto, Patricia Aguirre discorre que:

O termo sindemia refere-se a problemas de saúde convergentes afetando uma população, em um determinado lugar e cultura, tendo em conta o seu contexto social e econômico. Particularmente fecundo é o conceito de coocorrência de doença e Interação multifatorial que envolve. (AGUIRRE, P., 2022, p. 2).

Aguirre (2022) desenvolve a ideia de Laura Spinney (2020), de que há socialmente uma responsabilização individual pela infecção viral, isso pôde ser observado ao longo do século XX diante a infecção de outras pandemias, e agora da mesma forma, quando Estados escolhem “esconder” ou tentam negar a existência das epidemias e o perigo de alta contaminação, devido à prevalência da economia em detrimento da saúde e da vida, como ocorreu em países europeus com relação a gripe espanhola (no início do século XX) e agora com o coronavírus no início de sua propagação, tanto na China, quanto em outros países, como no Brasil (AGUIRRE, P., 2022, p. 4). Sendo a alimentação, saúde e moradia diretos fundamentais no Brasil, a responsabilização individual pela doença é uma tentativa de eximir o Estado e as instituições responsáveis de promover a segurança e saúde da população, enquanto um bem, um direito e um dever coletivo.

Diante do quadro de insuficiência de mobilização do Estado, setores da sociedade civil, movimentos sociais, igrejas, ONGs, instituições filantrópicas, dentre outras, se organizaram para tentar diminuir os impactos da pandemia, sobretudo no quadro de fome, mobilizando doações de alimentos, recursos financeiros, produtos de higiene, proteção pessoal como máscaras, álcool gel, sabão, entre tantos outros necessários. Portanto, nesse capítulo abordaremos as questões alimentares e de moradia, que durante a pandemia foram os focos de atuações de campanhas nacionais unificadas promovidas pelos movimentos sociais espalhados pelo Brasil, com a finalidade de lançar luz ao contexto social em que o objeto de estudo se situa e enfrenta, percebendo essa contextualização como parte importante da presente pesquisa.

3.1 Política no prato: contexto das políticas alimentares no Brasil e seus desmontes

*A fome sabe
onde o pobre mora,
e a felicidade não sabe andar
nos becos e vielas.*

*A Geografia da dor
registra no mapa
gente viva
com a barriga morta*

*O arroz e o feijão
alegam não ter nada a ver com isso.
Quem se importa?*

*No vazio do garfo e da faca,
o tempero da revolta.*

(Geografia da Dor - Sergio Vaz).

A fome, para além da visão reducionista das estatísticas de falta de alimento, trata-se de uma questão socioeconômica e cultural, que envolve diretamente decisões políticas e governamentais, sendo alvo de estudo em diversas áreas, como por exemplo, nas Ciências Sociais. Analisar como a alimentação e nutrição foi pautada no Brasil ao longo dos anos e como ocorreram seus avanços e retrocessos, nos fornece ferramentas para pensar como a pressão dos movimentos sociais e populares e os espaços democráticos de discussão possibilitam ou não, avanços nas políticas sociais, tendo como exemplo a criação do SUS, a qual foi realizada a partir do Movimento Sanitarista da década de 1970 e ganhou forma após a 8ª Conferência Nacional de Saúde³⁵.

Segundo Josué de Castro em “Geografia da Fome”, escrito em 1946³⁶, a fome no Brasil apresenta-se como resultado de um modelo de desenvolvimento econômico e social orientado para exploração e exportação de recursos alimentícios que, juntamente com a concentração da propriedade da terra, provocam extrema

³⁵ Para saber mais, acesse “8ª Conferência Nacional de Saúde: quando o SUS ganhou forma”. Disponível em: < Conselho Nacional de Saúde - 8ª Conferência Nacional de Saúde: quando o SUS ganhou forma (saude.gov.br)>. Acessado em 05 de fev. de 2022.

³⁶ A obra consultada é da edição de 1984.

desigualdade social no país. Antes dos debates promovidos pelo autor, até a década de 1930, a fome era entendida como uma mazela biológica sendo ignorado seu fator social. Seus estudos demonstraram que, além da fome ser um produto social e não apenas um fator biológico, existe a associação direta entre a miséria e as doenças causadas pela má nutrição (carência de nutrientes). O valor nutricional dos alimentos adentrou a agenda política ao longo do século XX e ganhou força a partir das conferências internacionais, quando iniciou o debate sobre “Segurança Alimentar”.

Após Segunda Guerra, a fome e a miséria se intensificaram no cenário mundial, ganhando assim espaço na agenda política internacional. A primeira conferência de alimentação ocorreu em 1943, convocada pelas Nações Unidas (Conferência de Alimentação de Hot Springs) na qual houve um marco importante para as políticas de alimentação: a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – Food and Agriculture Organization (FAO) que foi efetivada em outubro de 1945 e contou com a participação ativa do Brasil desde sua criação (BRIZOLA, 2021). No entanto, nesse primeiro momento a preocupação estava em torno da falta de alimentos. Apesar de no Brasil, Josué de Castro problematizar e denunciar a questão da fome e (des)nutrição desde a década 1930, estas só passaram a serem vistas, internacionalmente, como um problema político e social, a partir da Primeira Conferência Mundial de Alimentação promovida pela ONU (Organização das Nações Unidas) em Roma, em 1974.

A Conferência Internacional de Nutrição realizada em 1992 pela FAO, incorporou às discussões o termo “Segurança Alimentar e Nutricional” (SAN) que corresponde ao acesso universal a alimentos de qualidade adequada, com valor nutricional e que sejam produzidos de forma sustentável. Discutir a Segurança Alimentar e Nutricional significou pautar, sob a responsabilidade do Estado a garantia de uma alimentação suficiente e de qualidade, enquanto direito fundamental, sendo assim: “o direito à alimentação adequada é encarado como um direito humano básico, e não uma mera ação assistencial do Estado que estará sujeita às vontades políticas dos governantes ou de arranjos favoráveis” (SILVA, 2014, p.13). Após a Segunda Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorreu em 2004, o conceito de SAN ficou estabelecido da seguinte forma:

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004, p. 28, apud, SILVA, 2014, p. 47).

A Insegurança Alimentar (IA), segundo o IBGE (2014), pode estar associada a doenças relacionadas à má alimentação, à obesidade, à processos alimentícios que ferem o meio ambiente, ao preço elevado de produtos alimentares essenciais, imposição de padrões alimentares que desrespeitam a identidade cultural e, na sua mais extrema manifestação, a fome. Segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)³⁷ aplicada durante a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a Insegurança Alimentar é classificada em três níveis: IA Leve, quando há alguma preocupação quanto a quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis; IA Moderada, quando se convive com restrição a quantidade de alimentos; e por fim, IA Grave, quando além dos adultos, também as crianças de uma família passam por privação de alimentos, (IBGE, 2014). Hoffmann (2014) reforça que há associação entre Insegurança Alimentar e pobreza, destacando que a renda *per capita*, escolaridade, acesso a saneamento básico, luz elétrica e estabilidade de renda (trabalho formal) são variáveis determinantes para a garantia de Segurança Alimentar e Nutricional.

3.1.1 Trajetória das Políticas de SAN no Brasil

As Políticas Públicas de Alimentação, caminharam um longo trajeto sócio-histórico no país, reunindo diversas ações integradas para que se pudesse reduzir a Insegurança Alimentar e Nutricional, o objetivo desta sessão é apresentar um quadro geral desse caminho percorrido, a fim de compreender como as decisões políticas interferem diretamente no prato da família brasileira. A fome começou a ser debatida enquanto um problema de saúde pública através das discussões promovidas por Castro, como discorrido anteriormente. Percebemos com o levantamento das

³⁷ Trata-se de um método quantitativo para medir a insegurança alimentar domiciliar, por meio da percepção e experiência com a fome. Ela é uma adaptação do Indicador Cornell, desenvolvido nos Estados Unidos, para estudar o fenômeno da fome. A EBIA é aplicada no Brasil através das pesquisas do IBGE por meio de um questionário. Para saber mais, veja Sardinha 2014.

políticas, utilizando como técnica de pesquisa a linha do tempo, que os governos de cada período influenciaram diretamente no quadro da Segurança Alimentar, o que pretendemos explorar a seguir.

As primeiras políticas de assistência alimentar foram instituídas no Governo Vargas na década de 1940, como a criação de um salário-mínimo a fim de garantir aos trabalhadores acesso mínimo à alimentação e a criação do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS) no início da década de 1940 (em substituição ao Serviço Central de Alimentação, criado em 1939). Ambas as políticas eram voltadas aos trabalhadores industriais de chão de fábrica, residentes no meio urbano, deixando de fora trabalhadores informais e/ou rurais, restringindo o restante da população não somente o acesso ao mercado formal de trabalho como à própria política pública. Trata-se, como diz Wanderley Guilherme dos Santos (1979) de uma “cidadania regulada”. Ou seja, a cidadania no Brasil segue um sistema de estratificação ocupacional, definindo como cidadãos, pessoas que estejam em ocupações formais regulamentadas por leis, o que nos permite concluir que o objetivo era assegurar o rendimento mínimo da força de trabalho formal.

Em 1952 foi criado o Primeiro Plano Nacional de Alimentação, a partir do relatório produzido pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA)³⁸. O Plano trouxe algumas ideias como inquéritos nacionais, ampliação da merenda escolar, assistência alimentar, enriquecimento de alimentos básicos, entre outras sugestões. No entanto, destas ideias, somente a campanha da merenda escolar se consolidou enquanto política. Segundo Silva (2014) a prioridade da agenda governamental permeava o crescimento econômico e aumento da produtividade agrícola pautados pelos interesses internacionais: “Os programas desenvolvidos eram fortemente influenciados por organismos internacionais, com interesses bem articulados para constituírem mercados para seus produtos industrializados” (SILVA, 2014, p.18). Entre 1952 e 1972, não foram desenhadas políticas que envolvessem as demandas alimentares e nutricionais da população brasileira, tampouco, algum plano de combate a fome imediata.

³⁸ Criada em 1945, através do Decreto-Lei 7328/45, essa comissão durou institucionalmente até 1972, quando foi substituída pela Lei 5829/72 que cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN).

A CNA foi substituída em 1972 pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), o qual criou o primeiro Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) que durou apenas de 1973 a 1974. O segundo PRONAN, executado para o período de 1976 a 1979, tinha como propósitos avanços nacionais para a política de alimentação e nutrição, enfatizando o consumo de alimentos básicos *in natura* em detrimento aos industrializados, direcionado às gestantes, desnutridos, estudantes (crianças e adolescentes) e crianças em situação de pobreza. No entanto, o programa não conseguiu alcançar a efetividade planejada, posto que algumas ações não chegaram a ser executadas devido à política conservadora do governo ditatorial. Apesar de elaborar alguns programas dentro da lógica de “Bem-Estar Social”, o governo militar não se propõe ao desenvolvimento de políticas sociais, tampouco se volta para transformações que objetivassem a diminuição da pobreza e das desigualdades, pelo contrário, chega ao final do regime com o aumento das mesmas (LEÃO; MALUF, 2012).

Após a redemocratização do país (1985), a sociedade civil ganhou força nos debates e mobilizações em torno da questão alimentar e nutricional, institucionalizando sua participação através das conferências e conselhos articulados nos três níveis do Estado (Federal, Estadual e Municipal). No ano seguinte, foi realizada a Primeira Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, na qual se propôs a formulação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e a criação de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição, para que a articulação das políticas nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional fossem realizadas em conjunto com a sociedade civil (BRIZOLA, 2021). Com a ampliação da participação popular no debate, foram conquistados alguns avanços como a prorrogação de alguns programas existentes e criação de novos, mas por pouco tempo.

Com a entrada de Collor na presidência e a prevalência de políticas neoliberais³⁹, dos programas existentes em prol da alimentação e nutrição⁴⁰, restaram

³⁹ Entendidas por: conjunto de políticas que visam abertura de mercado, redução de interferência estatal, privatização, redução de gastos públicos, diminuição de seguridade e políticas sociais, juros e câmbio de mercado, flexibilização das leis econômicas e trabalhistas, entre outras medidas.

⁴⁰ Dentre eles: Programa de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (1979-1989); Programa de Complementação Alimentar (1976-1991); Programa Nacional do Leite para as Crianças Carentes (1985-1990); Programa de Alimentação Popular (1985-1989); Programa de Suplementação Alimentar (1985-1991); Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (1981-1991); Programa de

estruturados apenas o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Quanto aos demais, os que não foram extintos, foram precarizados impedindo seu funcionamento. É a partir do governo de Itamar Franco (1993), que os movimentos sociais e atores da sociedade civil, como: “Governo Paralelo”, “Movimento pela Ética na Política”, Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida⁴¹, conseguem algum avanço nas políticas sociais de SAN. Durante a década de 1990, com as mudanças de presidência, o país passou por oscilações no debate alimentar, mas a pressão dos movimentos sociais e da sociedade como um todo, se manteve crescente. Mas somente a partir de 2003 que vemos avanços significativos no combate aos quadros de Insegurança Alimentar, sobretudo, a Insegurança Grave (manifestada na fome).

Os combates à fome e à miséria foram abordados com prioridade no Governo Lula a partir de 2003. O Programa Fome Zero (PFZ), oficializado em 01 de janeiro de 2003 através da Medida Provisória nº 103, se apresentou como uma das maiores estratégias de combate à fome e à insegurança alimentar executadas até o momento. Previa combater a fome através de transformações estruturais como: reforma agrária (elaboração de um Plano Nacional de Reforma Agrária, assentamento de famílias acampadas e recuperação de assentamentos em situação de precariedade); fortalecimento da agricultura familiar (concessão de crédito rural, financiamento e compra antecipada da produção); projeto de emergência para o semiárido (abastecimento de água, construção de barragens e cisternas); ampliação do acesso à educação; geração de emprego e programa de atenção básica à saúde. No mesmo ano do PFZ foram criados os seguintes programas de destaque: o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAAL), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no ano seguinte o Programa Bolsa Família por meio da Lei 10836/04, entre outros (BRIZOLA, 2021).

Combate ao Bócio Endêmico (1975-1991); entre outros. Os programas que não foram diretamente extintos, perderam recursos inviabilizando sua continuidade.

⁴¹ Trata-se de uma rede de mobilização de alcance nacional fundada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho – inspirador da Rede PENSSAN) no ano de 1993 cujo principal objetivo era, através da mobilização da sociedade civil organizada, ajudar brasileiros e brasileiras que se encontravam em situação de fome e pobreza. A rede continua mobilizada até os dias atuais. Para saber mais, acesse: <https://www.acaodacidadania.org.br>.

É importante salientar que mesmo o Partido dos Trabalhadores (PT) sendo de cunho progressista, o avanço da pauta também faz parte de uma estratégia conciliatória para atender a pressão política e social que os movimentos sociais e a sociedade vinham exercendo desde a redemocratização. No primeiro Governo Lula, havia uma forte articulação de sindicatos, movimentos populares, organizações engajadas, dentre alguns deles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, a Via Campesina etc. Como forma de reestabelecer o diálogo institucional entre Estado e a sociedade civil organizada em prol da luta no combate à fome, foi restituído em 2003, através do Decreto 4.582/03, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). Apesar do MST e da Via Campesina não comporem o CONSEA, protagonizaram o debate em torno da Soberania Alimentar⁴². Mesmo depois de definida pelo Fórum Mundial de Soberania Alimentar em 2001, não foi encontrada uma definição de Soberania Alimentar propriamente dita, firmada e defendida institucionalmente pelo Estado brasileiro, possivelmente porque uma definição sólida e legalizada, coloca em contradição, talvez até em risco, a “soberania” do agronegócio, que ainda é vigente no país e reforça a monocultura (sobretudo de soja, milho, arroz e trigo) voltada à exportação⁴³.

O PFZ previa várias ações em conjunto para que se chegasse à erradicação da fome e uma das raízes do problema era a miséria que assolava a população brasileira. Para tanto, o Estado articulou várias linhas de atuação para essa política social, como: transferência de renda, compras públicas, programas de apoio, participação popular, articulação territorial e consolidação institucional (SILVA, 2014, p. 32). Para executar a transferência de renda foram incorporados alguns programas já existentes do governo anterior e criados outros. No final de 2003 o governo avançou

⁴² O direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, 2001, apud, SILVA, 2020).

⁴³ Informação que nos permite antecipar a reflexão de que as mudanças estruturais como a Reforma Agrária, propostas em campanha e no primeiro ano de governo petistas não alcançaram êxito.

nesse sentido com a criação do Programa de Transferência Direta de Renda com Condicionalidades, conhecido como Programa Bolsa Família (PBF), que previa o atendimento de famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, tendo um valor fixo que poderia variar por número de filhos, mas que tinha um mínimo e máximo e apresentava condicionalidades para o benefício do programa, sendo um deles, que as crianças estivessem matriculadas nas escolas.

Em 2006 foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com o objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), por via da Lei nº. 11.346/2006 a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)⁴⁴. Em agosto de 2010, foi regulamentada a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, através do decreto nº 7.272, instituindo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, visando assegurar o direito humano à alimentação adequada. Esta política deveria ser implementada por meio do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a fim de garantir o exercício da SAN.

Apesar das mobilizações populares e dos avanços institucionais, a alimentação só passou a ser um direito social fundamental como a saúde, educação, moradia, emprego, segurança pública, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados constitucionalizados, a partir de 2010, via Emenda Constitucional nº 64 que altera o artigo 6º da CF. A aprovação da LOSAN gerou disputas políticas entre o Estado e os setores privados ligados aos negócios alimentícios como as grandes redes de supermercados, a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos, grupos do agronegócio, as multinacionais do setor alimentício, entre outros. O tema mais controverso do debate foi o da soberania alimentar (SILVA, 2014).

Realizando uma abordagem comparativa, percebemos que de 2009 a 2013 houve aumento na renda média da população brasileira que, associada a políticas de transferência de renda, contribuíram para a redução da IA significando um grande avanço para a história da alimentação no Brasil, pois de 2009 a 2013 a IA Grave passou de 4,6% para 2,8%, a IA Moderada de 6,1% para 3,9%, e a IA Leve, de 18,5% para 13,7%. Tendo um aumento na Segurança Alimentar e Nutricional, que passou

⁴⁴ Uma das legislações mais importantes para a segurança alimentar, justamente por trazer o conceito de Segurança Alimentar para o escopo da Administração Federal.

de 70,7% para 79,5% (IBGE, 2014). O Relatório “O Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI) 2021” elaborado pela FAO e publicado em julho de 2022, aponta que de 2014 a 2016 o Brasil⁴⁵ apresentava um percentual de IA Grave de 1,9%, já de 2019 a 2021, passou a ser de 7,3%, superando o percentual de 2004, que segundo o IBGE (2014), era de 6,9%. Escancarando a gravidade atual da Insegurança Alimentar no Brasil.

Ainda que não o tenha atingido por completo, os avanços durante os governos petista contribuíram significativamente para o aumento e qualidade do consumo de alimentos da população brasileira. No entanto, o país sofreu uma forte desestruturação das políticas sociais, desde 2016, como dito anteriormente na introdução, que impactaram diretamente na volta do Brasil ao Mapa da Fome.

Entre 2017 e 2018, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo IBGE em 68,9 milhões de domicílios, o Brasil atingiu um percentual de Insegurança Alimentar maior que o registrado em 2004. Essa alteração representou queda na Segurança Alimentar e Nutricional em 14,10% comparado a 2013. Mesmo o Brasil já estando em um estado de retorno à Insegurança Alimentar Grave, em 01 de janeiro de 2019, no dia da posse, o Presidente Jair Bolsonaro extinguiu o Ministério do Trabalho e o CONSEA⁴⁶, aprovou, em julho do mesmo ano, a Reforma da Previdência e desestruturou o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)⁴⁷ e o Programa de Cisternas (feito para ajudar na irrigação do Nordeste).

Mesmo com os avanços das políticas públicas, dos debates populares e a saída do Brasil do Mapa da fome em 2014, é possível concluir que a regência de políticas sociais assistencialistas, que não se propõem a transformações estruturais deixa margens para grandes retrocessos com as mudanças governamentais e não proporcionam, de fato, perenidade nas conquistas para a população vulnerável. Castro (1984) apontou a necessidade de um desenvolvimento socioeconômico autêntico que visasse diminuição das desigualdades regionais, por meio da distribuição de riquezas e recursos em nível regional, que considerasse as diferenças

⁴⁵Dados retirados da tabela da página 144. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf>>. Acessado em 06 de fev. de 2023.

⁴⁶ Conselho que era um dos mais importantes meios de participação da sociedade civil e do Estado para formulação, acompanhamento e análise das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

⁴⁷ Programa que em 2012 comercializou 297 milhões de toneladas de alimentos para pessoas em situação de IA ou que utilizam de equipamentos da assistência social e da educação.

territoriais em questão de recursos e cultura. Como vimos anteriormente, a fome está diretamente associada à pobreza e à desigualdade social no Brasil, mesmo que de forma diferente, em todo o território brasileiro.

3.1.2 Aumento da Insegurança Alimentar durante a Pandemia

Diante da discussão apresentada até o momento, nota-se que a fome sempre esteve presente no Brasil, não sendo um resultado direto do Coronavírus. Porém, o que o “vírus da desigualdade” permite, de forma significativa, é evidenciar e agravar este quadro que vinha se consolidando desde 2016 com o desmonte das políticas públicas sociais. O aumento exacerbado do preço dos alimentos⁴⁸, juntamente com o desemprego e a falta de reajustes no salário-mínimo, já no primeiro ano da pandemia, são fatores que aceleraram o aumento da IA Grave.

O encarecimento dos alimentos se deve à alta do dólar, que instigou os produtores a aumentarem as exportações encarecendo o mercado interno, e à redução da produção de alimentos básicos como o arroz e o feijão, visto que, alguns produtores decidiram migrar para a soja por se apresentar como uma opção mais lucrativa. Dessa forma, os produtos frescos e minimamente processados foram os que tiveram maiores aumentos de preços, substituídos pelo consumo de ultra processados no país. Como resultado, além de gerar o aumento do fenômeno da fome em seu extremo (falta de alimento), pôde gerar também o aumento da “fome oculta”⁴⁹.

Há, historicamente uma prevalência na produção agrícola para exportação em detrimento do desenvolvimento de uma agricultura intensiva capaz de alimentar o povo brasileiro. Enquanto mais de 33 milhões de brasileiras e brasileiros passaram fome no país em 2022 (PENSSAN, 2022), o agronegócio bateu recorde de exportação no mesmo ano (BRASIL, 2022). O Estado opta pelo projeto econômico de fortalecimento de uma agricultura extensiva de monoculturas de exportação, em

⁴⁸ G1,2020. Disponível em:< [Arroz e óleo mais caros: entenda por que a inflação dos alimentos disparou no país | Agronegócios | G1 \(globo.com\)](#) >. E NEXO JORNAL, 2021. Disponível em:< [O aumento do preço dos alimentos e o vírus econômico | Nexo Jornal](#) >. Acessados em 24 de março de 2021.

⁴⁹ Conceituada por Josué de Castro (1984) como a subnutrição causada por carências nutricionais.

prejuízo da produção de alimentos para o consumo interno, o que foi evidenciado com as políticas neoliberais dos últimos seis anos.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), houve um crescimento em 2022 de aproximadamente 57,5% das exportações do agronegócio, comparado a janeiro de 2021, atingindo US\$ 8,82 bilhões. Esse crescimento foi influenciado pelo aumento dos preços de exportação (que subiram 19% em relação a 2021) e do aumento do volume de produção exportado. Os produtos se concentraram em produzir soja (grãos, óleo e farelo), trigo, café e carnes (bovina, suína e de frango)⁵⁰. O que reforça, passados mais de 80 anos, a tese de Castro (1984) de que a persistência da fome no Brasil é consequência de uma trajetória sócio-histórica e política de desenvolvimento desigual e com desajustes econômicos e sociais proveniente da inaptidão do Estado em equilibrar interesses privados e coletivos, nacionais e estrangeiros, prevalecendo este último, com a exportação e barateamento de nossas riquezas em potencial: solo e mão de obra.

O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022), pesquisa realizada pela Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), publicada em junho de 2022, aponta que 33,1 milhões de pessoas se encontram em situação de fome no Brasil e 58% da população sobrevive em algum grau de Insegurança Alimentar, com um aumento de 7,2% desde 2020. Os dados da pesquisa foram coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), sendo aplicada, numa amostra de 12.745 domicílios entre os 26 estados do país, em áreas urbanas e rurais, de 577 municípios. O estudo demonstra que em cada 10 domicílios, apenas 4 estão em situação de Segurança Alimentar. Além de apontar que a fome possui gênero, raça e região.

No Brasil as regiões mais afetadas pela IA são Norte (71,6%) e Nordeste (68%); nas áreas rurais há uma prevalência de 60% de IA em algum nível, sendo que destes, 18,6% das famílias sobrevivem em situação de IA grave (com fome). Em lares chefiados por mulheres, os índices de fome aumentaram 8,1%, enquanto nos

⁵⁰BRASIL. “Exportações do agronegócio alcançam recorde de US\$ 8,8 bilhões em janeiro”. MINISTÉRIO DA AGRICULTA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Publicado em 12 de fev. de 2022. Disponível em:< [exportações do agronegócio alcançam recorde de us\\$ 8,8 bilhões em janeiro — português \(brasil\) \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/comercio-internacional/comercio-internacional/2022/02/exportacoes-do-agronegocio-alcancam-recorde-de-us-8-8-bilhoes-em-janeiro---portugues-brasil)>. Acessado em: 29 de set. de 2022.

chefiados por homens aumentaram 4,9%. Outra evidência é que 65% dos lares providos por pessoas pretas ou pardas, convivem com algum nível de IA, fator que aumentou 7,7% de 2020 para 2022. Dentre as famílias que até três meses anteriores à pesquisa deixaram de comprar carne, 70,4% passavam fome.

Olhando para o âmbito municipal, diante do aumento da IA pelo país, o atual prefeito de Curitiba, Rafael Greca, enviou à Câmara de Vereadores, em abril de 2021, um Projeto de Lei (PL) que previa multa de até R\$550,00 para quem realizasse entrega de alimentos a pessoas em situação de rua, alegando que esse tipo de ação gera sujeira e desperdício. Além da multa, previa a criação do projeto “Mesa Solidária”. Devido à mobilização da sociedade civil, a multa não foi aprovada, mas o “Mesa Solidária” segue acontecendo na cidade de Curitiba, como uma das únicas políticas em torno da alimentação, a qual consiste em: distribuição de alimentos nos restaurantes populares (tanto da prefeitura, quanto de entidades parceiras como ONGs cadastradas pela prefeitura, instituições religiosas e movimentos de apoio à população em situação de rua) para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

As principais ações da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN) no ano de 2020 consistiram em fortalecer o projeto “Mesa Solidária” e distribuição de cestas básicas para famílias de estudantes da rede municipal de educação e concessão de crédito alimentar de R\$70,00 para as famílias desses estudantes. No entanto, essa política não foi pensada para de fato suprir as necessidades alimentares da população vulnerável, como as pessoas em situação de rua, mas sim, uma tentativa de afastar as ações sociais, já que a cobrança da multa não foi aprovada. O projeto segue com algumas doações espalhadas pelas cidades (sendo um ponto o restaurante ao lado da Catedral na Praça Tiradentes).

A mobilização da sociedade civil e dos movimentos populares ao longo dos anos 2000, exerceram um papel fundamental para que, o debate em torno da SAN se fortalecesse e fossem instituídas políticas públicas em prol de uma garantia mínima de alimentação adequada, condição fundamental para a vida. Contudo, em quadros de desestruturação de políticas sociais, os movimentos sociais se organizam e agem buscando suprir as necessidades imediatas das populações em situações de vulnerabilidade. Conforme apontamos no capítulo anterior, com o aumento da pobreza, da Insegurança Alimentar e das desigualdades socioeconômicas exacerbadas pela Pandemia, setores da sociedade civil como ONG's, movimentos filantrópicos e religiosos, e principalmente os movimentos sociais se articularam em

campanhas e ações espalhadas pelo país, para promover um mínimo de suporte à população vulnerabilizada, com doações de alimentos, recursos financeiros, e luta por moradia, sendo este outro direito fundamental para a reprodução da vida. Os territórios pobres são os que mais sofrem as mazelas da fome e das outras carências de acesso às condições básicas de sobrevivência como moradia, saúde, educação, saneamento básico e mobilidade urbana. A seguir, trataremos deste segundo fio condutor, buscando compreender como o desenvolvimento urbano desigual e excludente está diretamente ligado com as condições de habitabilidade precária, já que ela está presente não só em novas ocupações e cortiços, como também em vilas que por mais que se encontram estabelecidas⁵¹, ainda sejam irregulares.

3.2 Desenvolvimento urbano: um projeto para exclusão

*Eu não sei se eu entendi, uma coisa eu aprendi
Que esses carros não vão voar, vão ficar engarrafados aqui
Porque a cidade tem ódio, mas sempre amou te dizer
Você não odeia a cidade, ela que odeia você
Os carros, as casas, os bairros e as massas
As ruas, favelas, vielas e praças
As grades e muros de homens pioneiros
Toda a liberdade pra ser um prisioneiro
(Afirmação da vida – Shawlin)*

O espaço urbano no Brasil, foi projetado e reproduzido através da lógica do “capitalismo excludente” que ao produzir industrialização e urbanização, sempre deixou de incorporar grandes parcelas da população nos benefícios da modernização e do desenvolvimento, sendo assim, “estes eram incompletos, inacabados, elitistas ou até predatórios para as versões interpretativas que associavam o crescimento à pobreza” (KOWARICK, 2009, p. 68). As marginalidades do capitalismo excludente, não são exclusões de dinâmicas sociais, mas sim, parte integrante do processo produtivo - pois as desigualdades combinadas a processos sociais e econômicos subdesenvolvidos constituem elementos de suporte à produção de riquezas do sistema - definindo como princípio de exclusão social: “não se trata apenas de isolar, confinar ou banir mas, [...] de negar ao outro o direito de ter direitos: é o instante

⁵¹ No sentido de não correr risco de despejo eminente.

extremo em que representações e práticas levam à exclusão do outro” (KOWARICK, 2009, p. 92).

Nosso padrão de urbanização produz o alargamento das desigualdades sociais na configuração de distribuição do seu território a partir do movimento de “espoliação urbana,” que conforme Kowarick (1979) consiste em conjuntos de extorsões sofridas pelas classes menos favorecidas, que são necessários para manter a ordem capitalista, e gerar um processo de urbanização segregado espacialmente. Ou seja, não é apenas o movimento de afastar a população pobre dos centros urbanos, impulsionando-a para as regiões periféricas da cidade, também a afasta socialmente dos aparelhos públicos e do direito à cidade.

Bega e Teixeira (2018), observam o “padrão periférico de urbanização” caracterizado por regiões de metropolização, cidades de expansão acelerada e cercadas de periferias, sendo este um padrão reprodutor da segregação social da população pobre, lotado de moradias autoconstruídas e de precariedade no acesso ao consumo coletivo. Sendo assim:

As periferias seriam o território da sistemática exclusão das camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, construídas e reconstruídas pelo Estado e pela própria dinâmica da acumulação. [...] Então mesmo quando a alta pauperização é mantida, os padrões de reprodução urbana podem melhorar ou piorar dependendo do que os moradores consigam obter do poder público, em termos de serviços e equipamentos coletivos, subsídios à habitação ou facilidades de acesso à terra provida de infraestrutura. (BEGA; TEIXEIRA; 2018, p. 3).

Nesse sentido, é possível observar a reprodução de uma vida precária dentro das favelas do Brasil, entendendo “favela” por regiões estabelecidas por ocupações irregulares de superpopulação, com baixo índice de desenvolvimento humano e baixa qualidade de vida, onde habitam pessoas de baixa renda em moradias autoconstruídas de forma precária, marcada pela falta de saneamento básico e pela violência. No qual a segregação espacial e o desenvolvimento desigual do território, são parte dos elementos que dão suporte à produção de riquezas do sistema capitalista, através da combinação das desigualdades e dos processos de

subdesenvolvimento socioeconômico. Contudo, a segregação socioespacial⁵² agravou o impacto da pandemia sobre parcelas da população:

A cidade, ao revelar a segregação, reforça a desigualdade social registrada no fato de que em muitas destas áreas, as pessoas moram em casas pequenas, onde das torneiras nem sempre sai água, em muitos casos com banheiros compartilhados, com fogões desligados e mesas sem comida. É o lugar de vida de trabalhadores, muitos deles informais, que vivem de bico e dependem da circulação das pessoas. (CARLOS, 2020, p.14).

Nesse sentido, a Pandemia e a atenuação das desigualdades sociais e precarização da vida, são tomados como mola propulsora para mobilização do Movimento Popular Urbano, mas entendendo que não há relação linear, de causalidade entre as condições objetivas da vida e a ação do movimento popular (KOWARICK, 2009) pretende-se compreender como se estabelece essa relação na região do Bolsão Formosa, através da União de Moradores e Trabalhadores.

Em sua obra, “Viver em risco” de 2009, Lúcio Kowarick contextualiza o meio urbano e as vulnerabilidades nele produzidas, fazendo uma crítica quanto ao acesso aos direitos civis e sociais, entendendo por direitos sociais acesso a serviços médico-hospitalares - pelo Sistema Único de Saúde -, assistência social, moradia digna, níveis de remuneração adequados, entre outros (KOWARICK, 2009). Descritos no Art. 6º da Constituição Federal de 1988 são direitos sociais: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”⁵³.

3.2.1 A cidade planejada: reprodução permanente da espoliação urbana

Curitiba é conhecida nacional e internacionalmente por ser urbanismo planejado e organização, passando uma imagem de “cidade modelo”, título adquirido através de seu planejamento urbano, o qual começou na década de 1940 e se tornou

⁵²Compreendida aqui segundo o conceito de Lojkine (1997), sendo essa forma de segregação produzida pela oposição centro e periferia, estando as classes mais favorecidas localizadas próximas ao centro e as menos favorecidas nas franjas do território, afastadas dos equipamentos públicos e infraestrutura. Padrão que é observado em outras grandes capitais do país como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, entre outras (SOUZA, 2020).

⁵³ Alterado pela [Emenda Constitucional nº 90, de 2015](#). Fonte: BRASIL. Disponível em: <[Constituição \(planalto.gov.br\)](#)>. Acessado em: 14 de fev. de 2023.

referência. O primeiro Plano Preliminar da cidade foi elaborado em 1946 pelo urbanista francês Alfredo Agache, por isso recebeu seu nome e ficou conhecido como “Plano Agache”. Essa primeira elaboração teve como objetivo organizar três grandes áreas da cidade: saneamento, órgãos funcionais e circulação; portanto, criou sistema de abastecimento de água e esgoto, canalização dos rios, drenagem dos banhados, arborização urbana, áreas verdes de lazer como parques e bosques, descongestionamento de trânsito, criação de centros administrativos, comerciais, militar e universitário. No entanto, foi o segundo plano, que destacou a cidade de Curitiba como “vitrine urbana”.

Elaborado em 1966, o chamado Plano Diretor, foi orientado para “equipar a cidade”. Teixeira (2019) aponta que o planejamento de Curitiba pode ser dividido em três fases:

Fase I (1962-66), cujo principal fato foi a institucionalização da decisão de planejar a cidade e da criação dos instrumentos para tanto. Durante essa fase, foram criadas agências e órgãos municipais, como a Urbanização de Curitiba S/A (URBS) e o IPPUC. Além da elaboração dos Plano Preliminar e Plano Diretor; Fase II (1966-70), marcada pelo conflito de visões e prioridades entre os projetos elaborados pelo IPPUC e as obras efetivamente realizadas pela administração municipal. Conhecido também como período da “geladeira do IPPUC”, considerado muito importante porque o esvaziamento a que o órgão foi submetido permitiu que elaborasse os principais projetos que seriam implementados no período subsequente. Um dos presidentes do Instituto nesse período foi o futuro prefeito Jaime Lerner (1968-69); Fase III (1970-74), período da “implementação” dos planos, quando coube ao IPPUC não apenas pesquisar e planejar, mas também coordenar e gerir a execução do Plano Diretor. Conhecido também como o período da institucionalização do planejamento urbano e do IPPUC como sua principal agência. Justamente nesta época que Jaime Lerner foi nomeado Prefeito de Curitiba. (TEIXEIRA, 2019, p. 93).

A padronização da paisagem urbana, sistema de transporte coletivo, restauração e preservação dos sítios históricos, são projetos das décadas de 1970 e 1980. A criação da cidade modelo não é fruto apenas de obras e projetos técnicos, mas também de um discurso orientado para criar e reforçar o “*city marketing*” o qual liga a imagem da cidade à inovação, criatividade e qualidade de vida (TEIXEIRA, 2019). Em contraposição a este movimento, nesta mesma época, década de 1970, estabeleciam-se em Curitiba áreas de ocupações irregulares em regiões próximas ao

centro da cidade, como nos bairros Parolin e Novo Mundo⁵⁴, tendo em comum: o fato de ainda não serem regulares.

Contudo, o processo de planejamento urbano também orienta a expansão da cidade, como forma de controle racional. Teixeira (2019) aponta que o planejamento de Curitiba foi elaborado não somente pela equipe técnica da Prefeitura, mas alinhado (e até mesmo sujeitado) aos interesses políticos e econômicos de uma elite curitibana industrial, “os espaços urbanos são lidos aqui como equipamentos de poder, que atuam dividindo espaços, integrando, combinando ou bloqueando outros, enquanto reforçam hierarquias sociais e normatizam comportamentos.” (TEIXEIRA, 2019, p. 98). Com isso, visou conter essas ocupações, para que elas não se expandissem nessas regiões centrais, como podemos observar a partir da comparação das duas figuras, apesar de não haver a regularização das áreas, também não houve uma grande expansão do “território ilegal”, enquanto a irregularidade cresceu aceleradamente nas Regiões Metropolitanas (sobretudo, nas décadas de 1990 e 2000). Analisando a obra de Moura (2001), Teixeira (2019) conclui que:

O planejamento recorta a cidade, valorizando e desvalorizando determinados espaços conforme os interesses do momento. De modo que, teria podido organizar o impacto do crescimento populacional e o respectivo uso do solo, já que detinha a norma e o mercado imobiliário ao seu favor, o que lhe possibilitou induzir o crescimento da ocupação para áreas periféricas internas, e, principalmente, para além dos seus limites administrativos. O planejamento urbano teria sido dessa maneira eficaz na aplicação das políticas urbanas, no sentido de manter a pobreza afastada de Curitiba. [...] Hierarquizou os espaços urbanos, induzindo uma determinada ocupação, definida pela autora como “seletiva” e “segregadora”. (TEIXEIRA, 2019, p. 100).

Nesse sentido, analisaremos na seção a seguir, o território do nosso estudo de caso, buscando na contextualização sobre a urbanização de Curitiba suporte para compreender como mesmo depois de cinco décadas, esse território ainda é um local construído simbólico e materialmente como favela. Olhando de maneira superficial, a primeiro momento enquadrámos o Bolsão Formosa como uma região pobre dentro de

⁵⁴ As regiões estão indicadas nas figuras com setas da cor roxa. Foram citadas essas duas regiões em específico apesar de haver outras, devido minha proximidade com as mesmas e o objeto de estudo estar localizado no Novo Mundo.

um bairro popular da cidade. No entanto, em sua obra *Viver em Risco*, Lucio Kowarick (2009)⁵⁵, nos fornece elementos para compreender esse território como favela.

Lucio define favela como sendo “ocupação de terra alheia, pública ou privada, cujas unidades habitacionais barracos de madeira ou casas de alvenaria, estão presentes em boa parte das cidades médias e grandes do Brasil, muitas situadas em zonas insalubres ou em áreas de risco” (KOWARICK, 2009 p. 81). As quais, o autor ainda descreve como lugares onde há precariedade no destino dos dejetos, grandes números de aglomerados a margens dos córregos e rios, moradias em grande parte autoconstruídas e superlotadas, pouca proporção de habitação ligada à rede de esgoto, subempregados, vasta presença de catadores e catadoras de materiais recicláveis. Hoje também vemos nesses locais uma quantidade crescente de pessoas em situação de rua. Por exemplo, no Bolsão Formosa, há ao menos dois barracões de reciclagens⁵⁶ que funcionam 24 horas, a maioria de seus trabalhadores são pessoas em situação de rua. Atendemos com a entrega de marmitas, às sextas a noite no segundo semestre de 2022, em torno de sessenta pessoas nessa situação, somente ao longo das vilas Leão, Formosa e Uberlândia. Para além disso, é o local onde reside e persiste a “subcidania urbana”:

um processo político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente. [...] Essa concepção de ordem também é importante para fundamentar uma forma de controle social pela história da vida privada das pessoas: o mundo da desordem, potencialmente delinquente, é jovem, de tez morena ou escura, malvestido, de aparência subnutrida. (KOWARICK, 2009, p. 54/55)

A produção e reprodução do espaço, da cidade, e das relações sociais que nela se estabelece, ultrapassam as relações econômicas, atingindo também a esfera do simbólico, do moral, e da dignidade humana. Na teoria crítica sobre a produção do espaço, Lefèbvre (2006) argumenta que a realidade social se articula de modo dialético. O autor articula uma teoria dialética tridimensional que envolve três principais aspectos “deve considerar espaços de representação e representações do espaço, mas sobretudo seus laços entre si, assim como com a prática social” (LEFÈBVRE, 2006, p.98). Ou seja, as dimensões simbólicas, ideológicas, materiais,

⁵⁵ Estamos utilizando duas obras diferentes: “Viver em Risco” e “Escritos Urbanos”, nas edições de 2009.

⁵⁶ Os quais conheci realizando trabalhando de campo.

discursivas e os laços sociais interagem para a criação do espaço social, sendo este, ao mesmo tempo, produtor e produto social. Enquanto as elites urbanas movimentam a matriz discursiva para reproduzir a imagem de “cidade modelo”, o marketing tenta ocultar as segregações produzidas pelo urbanismo excludente que reforça e existência da subcidadania.

A violência está fortemente presente no cotidiano de nossas cidades. Não apenas a da polícia ou dos bandidos, mas também a dos salários, transportes e jornadas de trabalho; isso para não falar das situações de doenças, acidentes e desempregos ou nas formas espoliativas de moradia. E enquanto assim for, muitos permanecerão na condição de subcidadania. Sem direito à cidade. (KOWARICK, 2009, p. 55).

Tão importante quanto discutir o urbanismo e suas produções de espaços precários, é discutir a moradia digna enquanto um direito, o qual deveria ser assegurado pelo Estado. Albuquerque (2007) afirma que uma grande lacuna no planejamento da cidade de Curitiba é a questão habitacional, a qual não aparece no discurso projetado da “cidade modelo”. A moradia é direito fundamental instituído através do Artigo 6º da Constituição Federal⁵⁷, no entanto, ao longo das discussões sobre este e outros direitos, foi estipulado que apenas a disponibilidade da moradia não basta, alguns critérios foram estabelecidos para que seja considerada adequada. Para tanto, o Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1991, no comentário 4 definiu tais critérios:

⁵⁷ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 25 de jul. de 2023.

Segurança da posse: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças. Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo. Economicidade: a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes. Habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde. Acessibilidade: a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta. Localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas. Adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural (UNITED NATIONS, 1991, apud. BRASIL, 2013, p. 13).

A moradia adequada, leva em consideração ainda três elementos: 1) Liberdades: “Proteção contra a remoção forçada, a destruição arbitrária e a demolição; O direito de ser livre de interferências na sua casa, à privacidade e à família; O direito de escolher a própria residência, de determinar onde viver e de ter liberdade de movimento” (BRASIL, 2013, p. 14); 2) Garantias: Segurança da posse; Restituição da moradia, da terra e da propriedade; Acesso igualitário e não discriminatório à moradia adequada; Participação, em níveis internacional e comunitário, na tomada de decisões referentes à moradia” (BRASIL, 2013, p. 14); 3) Proteções: “Proteção contra remoção forçada é um elemento-chave do direito à habitação adequada e está intimamente ligada à segurança da posse” (BRASIL, 2013, p. 14).

A precariedade habitacional pode se apresentar de diferentes formas como assentamentos precários marcados pela ilegalidade e precariedade urbanística, dentre os assentamentos precários são identificados os cortiços, conjuntos habitacionais degradados, loteamentos irregulares ou clandestinos, entre outros. No entanto, a nível nacional, são quantificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apenas o que denominaram como favelas, termo criado pelo IBGE, que ao longo das décadas migrou para “aglomerados subnormais”, os quais são caracterizados por ocupação irregular do solo (público ou privado), de tipologia desordenada e com padrões de urbanização inferiores ao da legislação, com precariedade (ou ausência) de infraestrutura e escassez de acesso a equipamentos e serviços públicos (CARDOSO, 2016).

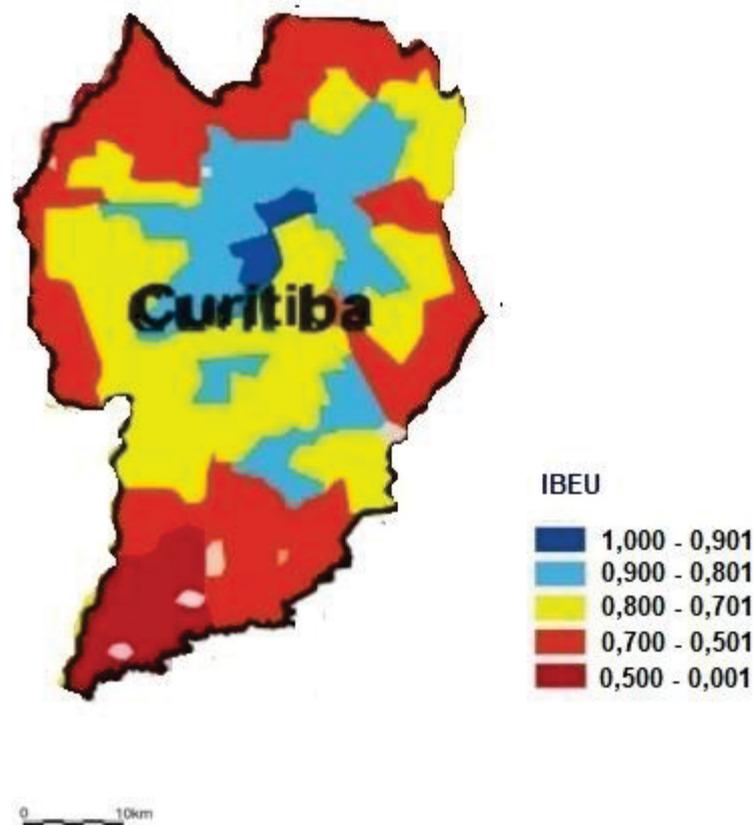
Texeira (2022), a partir da análise de Coelho (2017), reforça a ideia de que a urbanização de favelas possibilita “avanços nos aspectos físicos, mas sobretudo, a regularização fundiária possibilita um avanço na dignidade dos habitantes, ao garantir a posse dos moradores sobre o objeto que habitam, a segurança de fixação, diretamente ligada à definição de assentamento” (TEXEIRA, 2022, p. 78), pois a adequação a moradia envolve, para além do aspecto físico, bem-estar e dignidade. A habitabilidade em aglomerados subnormais, vem sendo uma alternativa para a população pauperizada, muitas vezes a única possível, para realizar o “sonho da casa própria”. O “lar” além de gerar o pertencimento a cidade, comunidade, lugar, é o local por excelência da reprodução da vida e força de trabalho, sendo essencial à sobrevivência.

O Índice de Bem-Estar Urbano, criado pelo Observatório das Metrópoles, é uma das formas que podemos utilizar para analisar os bairros de uma cidade, o qual é composto por cinco esferas de análise: mobilidade urbana; condições ambientais urbanas; condições habitacionais urbanas; atendimento de serviços coletivos urbanos; e infraestrutura urbana. Cada uma dessas dimensões, é constituída por um conjunto de indicadores, obtidos na base de dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

“O pior resultado entre as dimensões analisadas pelo IBEU (2010) foi encontrado na Infraestrutura Urbana, que abrange, entre outras dimensões, os espaços livres públicos, a infraestrutura viária e aquele que é considerado um dos mais graves problemas atuais: a segurança pública” (GUIMARÃES; SOUZA, 2020, p. 296).

A variação do IBEU é entre zero e um. Portanto, quanto mais próximo de um, melhor é o bem-estar urbano; quanto mais próximo de zero, pior é o bem-estar urbano.

FIGURA 3 - INFRAESTRUTURA URBANA DOS BAIRROS DE CURITIBA DE ACORDO COM O IBEU (2010)



Fonte: Guimarães; Souza, 2020.

A região analisada encontra-se em um nível intermediário do IBEU (na faixa amarela, entre 0,7 e 0,8), mesmo estando próxima a regiões com IBEU melhores.

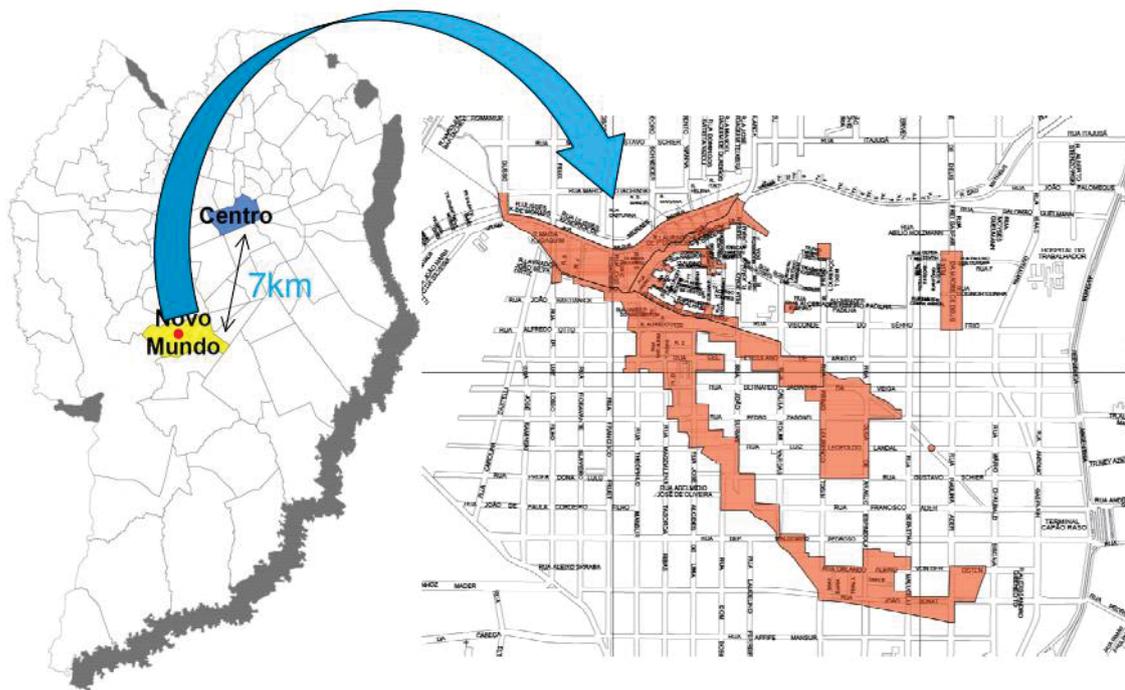
3.2.2 Conhecendo o Bolsão Formosa

Abordar o Bolsão Formosa, nessa pesquisa foi uma escolha pautada no objeto, tendo em vista que é o local onde a União de Moradores e Trabalhadores nasceu e atua há mais tempo⁵⁸ e onde muitos de seus e suas participantes moram. Para além disso, a reunião das Vilas, além de marcada pelo estigma da pobreza, - o qual acompanha as comunidades irregulares - é marcada por uma série de precariedades, a enquadrando na tipologia dos aglomerados subnormais/favela.

⁵⁸ As ações do movimento se expandiram para outras áreas no ano 2023, no entanto, não serão o foco no presente trabalho.

A região está localizada oficialmente no Bairro Novo Mundo⁵⁹, pertencente a Regional do Pinheirinho, entre as avenidas República Argentina, General Portuguesa e a rua João Betega, na cidade de Curitiba/PR. Composto por cinco vilas: Formosa, Leão (A e B), Uberlândia, Canaã e São José (no entanto, mais duas vilas fazem parte extraoficiais do conglomerado - Maria e Ferrovila). Estão reunidas nessa área, diversas ocupações que iniciaram no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980 e até hoje lutam por regularização de suas terras. Sendo considerada uma precursora por luta de moradia das favelas curitibanas (TEXEIRA, 2022, p. 123).

FIGURA 4 – LOCALIZAÇÃO E EXTENSÃO DO BOLSÃO FORMOSA



FONTE: Acervo AMAVMU.

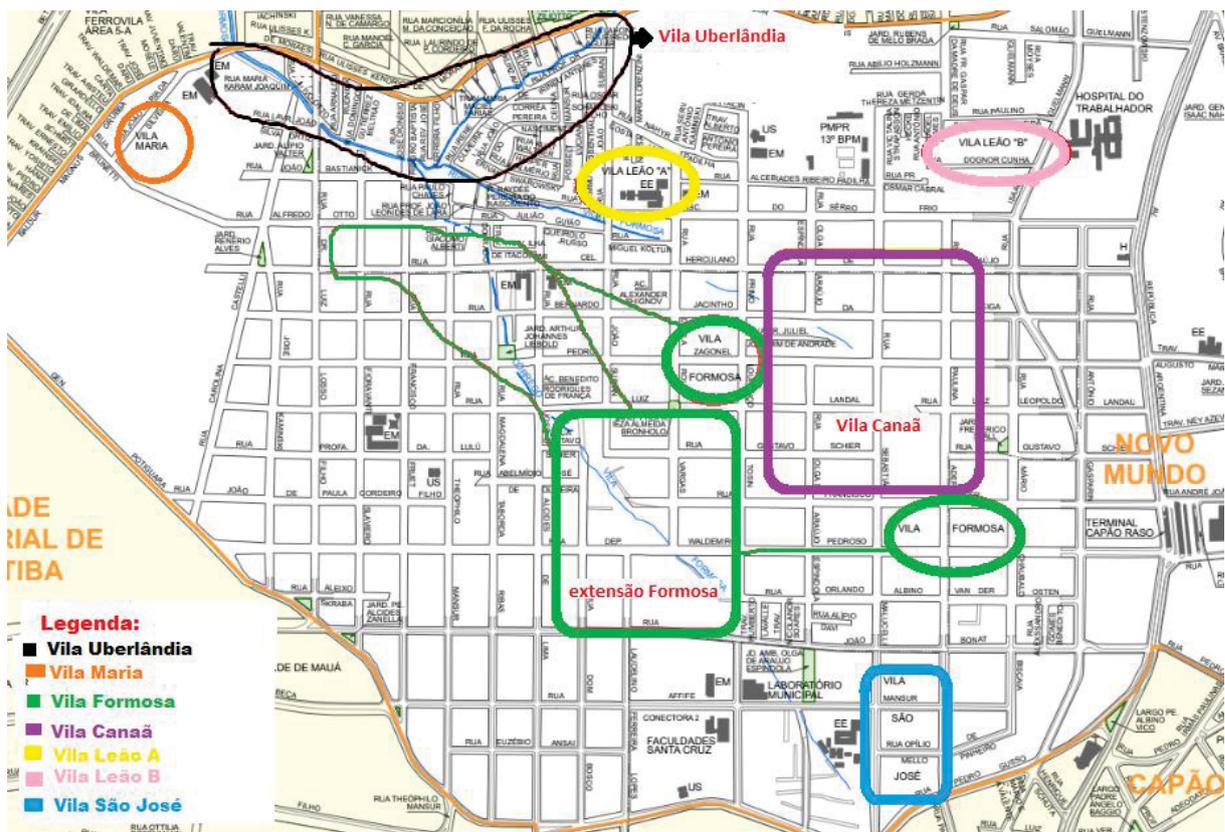
Algumas ocupações se deram ao longo do Rio Formosa, e em Áreas de Preservação Permanente (APP), sendo alvos de proposta de realocação pelo PAC. Desde o início das ocupações, a Associação de Moradores da Vila Formosa e Amigos das vilas Maria e Uberlândia (AMAVMU) estão presentes e persistem até hoje, o que

⁵⁹ No entanto sua extensão também adentra os bairros Fazendinha e Portão.

nos instiga a compreender as dinâmicas e estratégias de velhas e novas configurações da organização popular⁶⁰.

Por mais que o Bolsão Formosa seja uma grande área que abrange sete vilas que possuem diferentes realidades entre si, julga-se necessário o estudo (mesmo que superficial) da área como um todo devido a ação da União de Moradores e Trabalhadores, que estende suas ações às diferentes vilas, e nasce justamente com o propósito de unificar as lutas e as demandas das associações presentes nas vilas. Apesar da extensa área do Bolsão, e das diversas vilas, há apenas três associações de moradores atualmente, na Vila Formosa, na Vila Canaã e a AMAVMU (que atende as Vilas Maria e Uberlândia). A figura a seguir mostra a distribuição das vilas no território:

FIGURA 5 – VILAS DO BOLSÃO FORMOSA



FONTE: Acervo AMAVMU. Modificada pela Autora.

Apesar de ser uma vasta área, marcando longa data de ocupação, cercadas por vias de grande movimentação, o Bolsão recebeu insuficiente atenção no que

⁶⁰ Que será mais bem trabalhado nos capítulos de análise.

tange a urbanização e habitabilidade digna por parte do Estado. Texeira (2022), ao analisar as intervenções urbanas no Bolsão Formosa, conclui que “o período anterior ao PAC/UAP no Bolsão Formosa foi marcado pela atuação dos movimentos de luta pela moradia, caracterizada pela promoção de novas ocupações e ações de urbanização que partiram da própria comunidade” (TEXEIRA, 2022, p. 136). As vilas possuíam problemas com inundações, drenagens, problemas nas vias de mobilidade, entre outros. Os projetos de regularização fundiária anteriores ao PAC, foram realizados somente em 1998, que consistiram na regularização de apenas 461 unidades habitacionais. Segundo levantamento realizado pelo IPPUC, somando as Vilas Formosa, Leão, Uberlândia e São José havia: no ano 1994 cerca de 1737 domicílios, em 2000 eram 1887 e em 2005 aumentaram para 2050 unidades domiciliares. O primeiro projeto PAC em 2007, realizou um levantamento do Bolsão Formosa, o qual indicou a quantidade de lotes a serem regularizados, propostas de requalificação ambiental⁶¹, e de remoções a serem realizadas pela necessidade de adensamento. Em 2011, para realização do PAC 2, o novo projeto para o Bolsão incluía novas remoções e limpeza das áreas onde ocorreram as antigas, áreas para pavimentação, criação de ciclovias, áreas de lazer, e melhorias habitacionais. Texeira (2022) aponta que as propostas de intervenção via PAC, não foram realizadas em sua totalidade, em alguns casos, como na falta de limpeza das remoções de casas⁶², e a falta de requalificação nas APP's, causaram ainda mais prejuízos. Apesar do PAC 2012, também prever o saneamento das áreas e ligamento à rede d'água, algumas áreas ainda se encontram com falta desse serviço, como é o caso do espaço físico da Associação de Moradores Formosa. Não foram executadas outras ações de urbanização previstas, após 2012. “A falta de cuidado do poder público nas áreas de recreação é exposta pelas intervenções executadas nos últimos anos pelos moradores para garantir um mínimo de qualidade” (TEXEIRA, 2022, p. 151).

As Associações de Moradores, vêm realizando um importante papel no Bolsão ao longo das décadas, na tentativa de organização popular e reivindicação por melhorias na urbanização da região e acesso a serviços públicos. No entanto, desde

⁶¹ As quais incluíam plantio de árvores em áreas de lazer, recreação e novas vias de acesso.

⁶² As falta de limpeza dos entulhos causados pelas remoções, acabam impactando nos cursos d'água, devido a poluição e assoreamento do solo.

que iniciamos a pesquisa, constatamos atualmente a existência de três associações no local: Canaã, Formosa e Amigos da Vila Maria e Uberlândia (AMAVMU).

Na Vila Formosa, a associação funciona e são executadas ações de atendimentos voltadas para comunidade, as dirigentes são filiadas aos Partido dos Trabalhadores. Essa associação faz parte da UMT, é uma parceira em realização de eventos, em ceder o espaço da associação para reuniões, motivar a comunidade a participar das atividades promovidas pela União de Moradores e Trabalhadores, além das suas independentes. É importante salientar, que por mais que as associações façam parte da UMT, elas não se incorporam como uma única entidade, as associações seguem com a sua autonomia, e aproveitam as vantagens de fazer parte de um coletivo maior e burocratizado.

A associação da Vila Canaã apesar de ter um espaço físico, permanece fechada, inclusive foi um espaço de disputa pela UMT no ano de 2022, quando reivindicou a associação e seu espaço físico. Havia presidente, e corpo diretor, mas nenhum tipo de ação sendo executada. Em algumas entrevistas, quando pergunto sobre as vilas e a relação com as associações, relatam que sempre houve conflito com a direção da Associação Canaã, pois se trata de pessoas que não assumem uma posição clara quanto a valores e políticas, que fazem concessões para diferentes setores de interesses como políticos de partidos tanto conservadores quanto progressistas, mas não executam ação voltada à comunidade. Então após alguns conflitos, a UMT acabou se afastando e tempo depois reivindicou a associação, sem obter muito sucesso.

Foi no chão da associação das Vilas Maria e Uberlândia, que a UMT foi idealizada e germinada, tendo como sua primeira ação a cozinha comunitária⁶³ realizada no espaço físico da associação, que iniciou com as doações de marmitas e alimentos *in natura* oferecidas pelo MST e o coletivo Marmitas da Terra. A cozinha funcionou de maio de 2020 até dezembro de 2022, atendendo parte das e dos moradores não somente das duas vilas, como das demais que rodeiam a associação e a população em situação de rua e catadores de recicláveis espalhados pela região com entregas de alimentos. Uma análise mais detalhada sobre as associações será apresentada no capítulo 5.

⁶³ Assunto que será mais bem detalhado nos capítulos seguintes.

4 O COZINHAR DAS EXPERIÊNCIAS COLETIVAS

“Então, para mim a vivência é importante, né? E aí qualificou também a forma como você considera as outras pessoas também né?” (Militante 2, 48 anos, 2023).

Durante o desenrolar da organização popular efetuada pela UMT, o caldo da sociabilidade foi dando sentido a solidariedade, despertando pertencimento e reflexividade. Algumas análises foram levantadas a partir das entrevistas, considerando não apenas as realidades objetivas e observadas pela pesquisadora, mas também através das percepções das e dos interlocutores da pesquisa. A partir disso, elaboramos enquanto categorias: experiência formativa, militante e voluntário; as quais desdobraremos nesse capítulo. No quadro a seguir, esboçamos a descrição das pessoas entrevistadas:

QUADRO 1 – PERFIL DAS INTEGRANTES E DOS INTEGRANTES DA UMT

Codiname	Descrição	Atuação na UMT	Como se identifica quanto à luta?
Militante 1	Homem, cis, autodeclarado branco, 42 anos, heterossexual, católico, namorando. Pai de uma filha. Pós-graduado. Profissão: jornalista e escritor. Renda mensal entre R\$ 2500 a R\$ 4600. Mora em casa alugada regular, no bairro Novo Mundo (Vila Canaã).	Coloca como coordenação da UMT. Está no movimento desde o início.	Militante de esquerda
Militante 2	Mulher, cis, autodeclarada parda, 48 anos, heterossexual, casada, mãe de duas filhas e um filho, cristã. Ensino superior completo. Profissão: educadora popular. Renda mensal familiar entre R\$ 5000 e R\$ 8000. Reside em casa própria, regular, no Fazendinha.	Atua na UMT desde o início. Aponta a organização como orgânica. Exerce função na formação.	Militante de esquerda
Militante 3	Mulher, cis, autodeclarada branca, 20 anos, pansexual, umbandista, solteira. Cursando superior. Profissão: educadora social. Renda mensal familiar entre R\$ 5000 e R\$ 8000 reais. Mora com os pais. No bairro Fazendinha, em moradia regular	“Componho a organização da UMT desde antes de nos entendermos como tal, pude acompanhar e participar do processo de inserção na comunidade Formosa/Uberlândia (que iniciou em	Militante de extrema esquerda.

		meados de 2019) a partir do início de 2020 e desde então estamos na caminhada juntas” Coloca a UMT como uma organização orgânica, sem divisão de função específica.	
Militante 4	Homem cis, autodeclarado branco, 57 anos, heterossexual, casado em regime de união estável, cristão, sem filhos. Ensino superior completo. Profissão: agrônomo. Renda familiar entre R\$ 2500 e R\$ 4600. Mora com a esposa no bairro Portão. Mordia regular cedida por parentes.	Membro da UMT. Atua na direção e formação.	Militante de esquerda.
Liderança Comunitária	Homem, cis, autodeclarado branco, 32 anos, bissexual, católico ortodoxo, casado, pai de um filho. Ensino superior completo. Profissão: Agente Administrativo. Renda familiar entre R\$ 1200 e R\$ 2400. Mora com a mãe em casa própria em processo de regularização no bairro Novo Mundo (Uberlândia).	Se coloca como membro fundador da UMT, e exerce função de conselheiro.	Liderança comunitária. De centro esquerda.
Militante 5	Homem cis, autodeclarado preto, 46 anos, heterossexual, casado, pai de uma filha e um filho, cristão. Cursando ensino superior. Profissão: servidor público dos Correios, renda mensal familiar entre R\$ 1200 e R\$ 2400 reais. Recebe auxílio acidente previdenciário. Residente em casa própria em moradia irregular (ocupação) no bairro Novo Mundo (Vila Ferrovila).	Vice-presidente da UMT (na data de aplicação do questionário, hoje está no estatuto como presidente).	Militante de esquerda
Voluntária 1	Mulher, cis, autodeclarada preta, 55 anos. Heterossexual, evangélica, solteira. Mãe de dois filhos, ensino médio completo. Profissão: auxiliar de produção. Renda familiar entre R\$ 1200 e R\$2400. Mora em casa própria, em processo de regularização, no bairro Novo Mundo (Vila Uberlândia)	Participa da UMT desde o início “tamo junto na briga”. Se coloca como cozinheira e “palpiteira”	Voluntária, não informou posicionamento político.
Militante 6	Mulher cis, autodeclarada branca, 37 anos, bissexual, umbandista não praticante. Amigada (mora junto com o	Ajuda na UMT em suporte nas ações – voluntária nas ações	Militante de esquerda

	companheiro). Mãe de uma filha. Ensino médio completo. Profissão: empregada doméstica. Renda mensal familiar de até R\$ 1200 reais. Recebe auxílio Brasil. Reside em casa alugada, no Novo Mundo (Vila Formosa).	sociais (autorresposta)	–	
--	--	-------------------------	---	--

Fonte: elaboração da autora.

Sader (1988), aborda a importância de se observar e identificar a constelação de significados que orientam as ações dos sujeitos que se fazem coletivos. É certo que as condições materiais que os cercam, os impulsionam, mas suas ações estão orientadas a partir de suas experiências individuais e coletivas, pois, diante destas é que emergem enquanto sujeitos coletivos.

Para o autor, a articulação dos movimentos sociais depende em primeiro lugar da identificação do grupo, a qual deriva da posição que assumem, “quem são os sujeitos em questão? São membros de um sindicato? Militantes de um partido?” (SADER, 1988, p. 44). No nosso caso, o núcleo idealizador do movimento é um pequeno grupo que agrega militantes que já se conheciam antes e se unem em prol do movimento, o grupo se divide ainda em duas categorias, militantes e voluntários, os primeiros pertencentes a outros movimentos sociais de maior amplitude como a Consulta Popular e o MTD e os segundos ligados às associações de bairros.

Em segundo lugar, de como articulam os objetivos práticos, (SADER, 1988, p. 44). No caso da UMT, trata-se da execução da ação concreta no território. Objetiva a garantia de direitos da população, a luta por acesso aos serviços coletivos de saúde, educação e lazer; direito à cidade, com destaque à mobilidade, ao pertencimento urbano e à permanência na terra. A estratégia é conseguir, em primeiro lugar, a união dessas organizações heterogêneas em torno de objetivos em comum. Uma das formas de execução desta estratégia é por meio da organização dos eventos, que normalmente são pensadas em conjunto com as diferentes áreas em que a UMT se insere.

E por fim, dependem das experiências vividas “que ficaram plasmadas em certas representações que aí emergiram e se tornaram formas de o grupo se identificar, reconhecer seus objetivos, seus inimigos, o mundo que o envolve” (SADER, 1988, p. 44). Como vimos, algumas ideias e definições ainda estão no campo da formulação. A seguir, discutiremos as categorias de análise a partir das percepções das entrevistadas e dos entrevistados.

4.1 A experiência formativa

O vigor reivindicatório só se pode ser plenamente resgatado, quando, além do grande cenário organizacional – sindicatos e partidos –, se desce para uma teia cotidiana de luta que transformou práticas isoladas em experiências que se acumularam para embates de maior envergadura. [...] procurando captar uma história que ocorre em inúmeros e não demarcados espaços sociais de resistências e mobilizações (KOWARICK, 2009, p.75).

As trajetórias que os sujeitos percorrem são marcadas por experiências diversas que ao longo do trajeto vão indicando as direções. Tomamos primeiramente a definição de Thompson sobre “experiência humana”:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: "experiencia humana". É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injurias, do clube do pensamento, com o nome de "empirismo". Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182)

Estamos entendendo como *experiência formativa* o caminho percorrido por nossos interlocutores e interlocutoras para que chegassem à construção da UMT, composto por experiências de luta. Esses movimentos não nascem de forma espontânea, mas a partir de uma série de acontecimentos que envolvem as esferas do cotidiano, as condições materiais e de reprodução da vida, as quais fornecem, ou não, tempo para experimentar a luta, mas sobretudo o acúmulo de percursos e formulação de pensamentos e entendimentos da realidade das pessoas. Já defendida por Thompson, “a experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social”, o que podemos ver refletido na fala da Militante 2:

“fui me proporcionado algumas experiências que outras pessoas não tiveram, né? Então eu tenho uma dívida, digamos assim, né? Porque se eu compreendi, eu sei que algumas coisas precisam ser feitas. O outro ainda não sabe, então se eu sei, eu tenho que fazer [...] eu acho que as minhas vivências é que me deram condições de ter um olhar hoje, né? Diferente” (Militante 2, 48 anos, 2023).

Não tomamos a experiência formativa como determinante para se fazer parte dos movimentos sociais ou de organizações de bairros, mas, em alguma instância, elas “formam” os sujeitos, no sentido em que lhes propiciam as ferramentas - reflexões - mais elaboradas que permitem entendimentos diversos sobre a realidade em que habitam. Mais ainda, funcionam com elementos que impulsionam suas ações para se mobilizarem coletivamente.

As práticas sociais estão entrelaçadas por relações sociais revestidas de um determinado aprendizado, provocando, em decorrência, alterações tanto no indivíduo que se objetiva e se faz sujeito, como também no coletivo do qual aquele faz parte. Isso significa a produção de novas alterações nas relações que, por sua vez, interferem no movimento social de toda a sociedade, estabelecendo-se uma dinâmica, vindo a interferir novamente no indivíduo e, assim, produzindo novas alterações (ROSA, 2012, p. 39).

Entendendo os sujeitos enquanto individuais e coletivos, que agem e sofrem ação social, trataremos agora de suas trajetórias, as quais foram compartilhadas conosco em entrevista, visto que esta envolve tanto as escolhas e influências que os levam aos movimentos e organizações, quanto as suas autoidentificações enquanto militantes, voluntárias ou liderança comunitária⁶⁴.

4.1.1 Militante 1

Homem, autodeclarado branco, 42 anos, entrevistado em 2023. Nos relata que sua trajetória nos movimentos sociais, iniciou nos anos 2000, após ingressar na graduação em Jornalismo (1998 a 2002), na Universidade Tuiuti do Paraná uma universidade privada, na qual não teve muito contato com o movimento estudantil e espaços organizativos. Relatou que sempre teve “uma certa sensibilidade social”, a qual pode ter sido instigada pela literatura, pois buscava autores com “visão social”, cita o escritor Paulo Venturelli⁶⁵ como uma referência. Contribuiu, enquanto jornalista, com o movimento hip hop em Curitiba, “o movimento hip-hop estava com o ressurgimento interessante em Curitiba, alguns grupos surgindo o debate do quinto elemento da ação social e eu passei a fazer reportagens sobre eles”. Conta que o

⁶⁴ Optamos por não trabalhar com essa última, por aparecer apenas uma vez nos quatorze questionários respondidos, e por entender essa categoria bastante próxima do voluntariado.

⁶⁵ Escritor curitibano e professor de língua portuguesa.

Movimento Negro também o acolheu e lhe ensinou muitas coisas, “foi muito legal a forma como o movimento negro me acolheu naquele momento, tipo ‘estudante de jornalismo de classe média é inexperiente’, mas enfim, eles podiam ter dado um pé na bunda, e me envolveram, né? Acompanhei debates, foi uma escola assim”. Depois de formado foi trabalhar no jornal Gazeta do Povo, ao qual diz que já possuía na época “mil críticas” (não informa quanto tempo trabalhou nesse jornal).

Relata que depois do trabalho na Gazeta do Povo, viajou pela América Latina. Morou seis meses em território Zapatista⁶⁶, no México, no ano de 2005, no qual trabalhou com educação e comunicação popular. Reconhece essa experiência como muito forte e intensa, onde pôde acompanhar uma base social “muito pulsante”. Retornou ao Brasil passando por alguns países da América Central (não descreve quais), deparando-se com “uma realidade social forte”. Em 2006, retornou ao México, enquanto jornalista do Brasil de Fato, para cobrir a Assembleia dos Povos de Oaxaca⁶⁷. No seu retorno realizou um curso de comunicação social (do qual não nos fornece mais detalhes) e em seguida entra para a organização Consulta Popular⁶⁸, “sempre buscando casar um trabalho de comunicação popular, mas não me contentei só com isso, não me contentava em ser apenas jornalista, né? Também queria ter uma militância, queria ter um trabalho popular”.

Em 2010 entrou para o movimento sindical. Atuou também nas diversas campanhas populares pelo país como a campanha pela reestatização da Companhia Vale do Rio Doce, campanha pela Constituinte em 2014, Campanha Despejo Zero. Destaca, como uma experiência importante e aglutinadora mais recente, a Vigília Lula

⁶⁶ A experiência Zapatista, no estado de Chiapas, no México, foi o movimento suscitado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que em 1994, por via do levante armado, que reivindicou autonomia política e territorial, por meio de um regime jurídico-territorial que permitia aos povos indígenas mexicanos à autodeterminação concreta. Fundaram municípios e zonas com governos paralelos. O intuito não era a toma de poder, mas sim sua diluição, mostrando que outras formas de organizações sociais são possíveis. (Alkmin, 2015).

⁶⁷ Conhecida como Comuna de Oaxaca, foi um movimento liderado por professores do magistério estadual, que em maio de 2006 ocuparam o centro da cidade de Oaxaca, após entregarem um documento contendo suas principais pautas ao governador Ulisses Ruiz, o qual não deu nenhum retorno ou abertura para diálogo. Essa mobilização popular realizou marchas pela cidade com a presença de mais 80 mil pessoas, reuniu em torno de 300 organizações apoiadoras da causa, e a resposta do estado, foi repressão policial. O movimento chegou a sitiá-lo em Oaxaca e pedir a renúncia do governador Ruiz, a rebelião social em Oaxaca durou de 01 de maio a 02 de novembro de 2006. (Oliveira, 2011).

⁶⁸ Identificados como um Partido Político que não concorre a eleições. A Consulta Popular foi criada em 1997, sob influência do MST, com o objetivo de instrumentalizar a construção de um “Novo Projeto Popular para o Brasil”, como forma de resistência às instâncias que operam na lógica eleitoral, e para o enfraquecimento do trabalho de base.

Livre, a qual teve início em abril de 2018, após o decreto de prisão do atual presidente Lula, dentro da Operação Lava Jato. A vigília foi uma experiência de 580 dias de protesto permanente em frente à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, organizada pelo PT com apoio do MST. As primeiras experiências de produção em grande escala de marmitas, pelo MST, ocorreram na vigília. Findou em 2019 com a soltura de Lula, mas ficou um rico aprendizado de organização popular para a esquerda de modo geral.

Em 2020, juntamente com as militantes 2 e 3 e os Militantes 4 e 5, passou a construir em Curitiba o MTD, do qual fez parte até maio de 2023, saindo após conflitos internos no movimento. Atualmente compõe a Frente de Organização dos Trabalhadores. É um dos idealizadores da UMT e um dos principais contribuintes da presente pesquisa, visto que facilitou o contato com o campo, fez o convite para a participação militante nos dois movimentos que componho atualmente (MTD e UMT) e com o qual tive incontáveis trocas informações e textos que auxiliaram no desenvolvimento da compreensão do campo. Na primeira formulação⁶⁹ do estatuto, estava como presidente da UMT.

Frente ao descrito acima, é perceptível o acúmulo de experiências plurais em organizações e movimentos sociais, não só no Brasil, como na América Latina, tendo como instrumento privilegiado de luta seu próprio trabalho jornalístico. Ele justifica sua atuação na UMT por essa ser uma forma de envolvimento popular com articulação política:

Porque a UMT se constrói com uma possibilidade latente de envolvimento popular, de ser uma organização vinculada às necessidades imediatas do povo, a dinâmica de vida do povo, acho que se a gente conseguir cumprir parte dessa tarefa vai ser bem importante para a esquerda como um todo, né? Fui descobrir que na campanha Periferia Viva, algumas companheiras identificavam um certo meio termo entre o MTD, que já está aqui como um movimento organizado, e aquele trabalho de solidariedade inicial, como se as pessoas não necessariamente já pulassem pra um movimento popular. [...] Veja Ana, vou citar um exemplo aqui, a Dona ... é alguém que vai tá com a gente na cozinha, nos atos, na solidariedade, na formação. [...] Mas veja, UMT é isso, né? A Dona... é a UMT, pode ser a UMT né? A UMT, ela consegue ser esse meio termo de um movimento que tem base social, mas tem uma estrutura militante. (Militante 1, 42 anos, 2023)⁷⁰.

⁶⁹ O estatuto passou por mudanças e acréscimos em suas ementas após plenárias com demais integrantes do movimento no início de 2023, para se chegar na versão atual, a qual foi submetida e aprovada em cartório neste mês de outubro. O estatuto encontra-se em anexo.

⁷⁰ Trecho modificada pela autora, para preservar identidades.

4.1.2 Militante 2

Mulher, autodeclarada parda, 48 anos, entrevistada em 2023. Assim como o Militante 1, o que a aproximou dos movimentos foi sua graduação no ensino superior, no caso em Serviço Social, cursada no ano de 2007, na Faculdade Espírita. Escolheu fazer Serviço Social, pensando em uma maneira de não ser mais voluntarista na Igreja, pois nessa época, atuava na Pastoral de Acolhimento da Igreja Católica, porém ainda não conhecia as CEB's. No seu primeiro ano de formação, uma professora falou sobre o Cefuria e que esta instituição dava formação política e popular. Buscou conhecer o Centro de Formação, o que ela considera um “divisor de águas”, pois foi por meio dele que conheceu os movimentos sociais, as Comunidades Eclesiais de Base e principalmente o MST.

“Fiz uma visita no MST, no assentamento do Contestado e mudou a minha vida toda assim, sabe? Todas as experiências que eu tive a partir de 2007 eu fui muito feliz. Eu digo isso hoje porque eu olhando no entorno, muitas pessoas não têm essa felicidade, que a minha família toda me acompanhou, sabe? Então, claro que eu sou chata também. Eu levo, né? Eu fico carregando, mas eu carreguei no primeiro momento, mas depois eles começaram a ir também procurar essas coisas, né? Esses espaços assim. Então essas experiências que eu falo que eu tive, é, eu procurei também, né? Porque também muitas amigas minhas que fizeram o mesmo curso, que estavam na mesma aula, que viram a mesma sugestão da minha professora não fizeram esse movimento, então eu também tive protagonismo nas minhas escolhas, né?” (Militante 2, 48 anos, 2023).

Ela era já casada e mãe de duas filhas e um filho quando conheceu os movimentos. Permaneceu participando da Igreja por mais um tempo, no início fazia excursão com as turmas da catequese para conhecer o Assentamento, o que chama de visita guiada, pois o pedagógico da escola do movimento fazia apresentação do Assentamento. Ela reconhece essas vivências primeiras, junto ao Cefuria e MST, como vivências privilegiadas:

“E por isso que eu acho que as minhas vivências é que me deram condições de ter um olhar hoje, né? Diferente. E quando eu olho pra pessoa, eu sei que ela não teve esse tipo de vivência eu me solidarizo, né? Ter empatia, porque antes de eu viver isso também, tinha dificuldade, né? De compreender algumas coisas, entender algumas coisas, né? E tinha muito preconceito contra o movimento, porque você... É isso, recebe enxurrada e enxurrada de desinformação, né? E você não tem tempo de averiguar, de saber, de pôr o pé lá. Você vai aceitando, né? Vai gerando os preconceitos” (Militante 2, 48 anos, 2023).

Quando ela começou a participar, conta que a família reproduziu esse preconceito, o qual ela foi quebrando trazendo-os para conhecerem também. Seu marido, se tornou um companheiro de luta. Hoje ela, o esposo e as duas filhas fazem parte de movimentos sociais “Então o meu casamento com o ... foi muito feliz, mas ele não mudou em mim nada, o conhecer os movimentos sociais nos mudou”⁷¹. A aproximação com Cefuria também transformou a esfera do trabalho em suas vidas, ela sugeriu ao marido, em um período que os dois tinham emprego formal, a fazerem sucos naturais para vender, como forma de complementar a renda. Eles tinham acabado de ganhar de um liquidificador em um sorteio de programa de televisão, e teve essa ideia, ao ver embalagens de sucos para venda no caminho de volta para casa do trabalho. Nesta época, seu esposo era operário na Bosch, e ela trabalhava em hospital como técnica de laboratório. As discussões sobre economia solidária e críticas ao capitalismo realizadas no Cefuria, os instigou a ver o potencial mercadológico com a venda de sucos naturais, em uma sociedade onde a Coca-Cola é o ápice do capitalismo. Em sua concepção, o produto deles poderia ser uma forma de enfrentamento à ordem vigente. Por mobilizar greves na empresa, seu esposo foi demitido, e desde então passou a fazer e vender sucos naturais como forma principal de renda. Nessa época (a qual ela não especificou o ano), ela já estava trabalhando no Cefuria como educadora popular, no momento da pesquisa atuava como conselheira tutelar em uma das Administrações regionais de Curitiba.

Em 2009, a convite do Militante 1, começaram a compor a Consulta Popular, da qual fizeram parte até o ano de 2019⁷². Tanto o Militante 1, quanto a Militante 2 apontam que a Consulta Popular contribui para análises de conjuntura mais complexas, pois dali tiram linhas de pensamento e de atuação.

“É muita informação, é muita coisa, é muita pulverização, né? É, mas a gente sempre fez enquanto Consulta, a gente sempre fazia análise de conjuntura, formação, né? Então, a Consulta Popular me ajudou [...] fazia as análises e conversava e trazia, e saía sínteses, né?” (Militante 2, 48 anos, 2023).

⁷¹ Trecho modificado pela autora para preservar a identidade.

⁷² Eles perderam o filho em 2019 e ficaram muito abalados psicologicamente. Neste mesmo ano, houve uma ruptura na Consulta Popular, que é construída nacionalmente. Nesta ruptura foram intimados a escolher “um lado” e, sem condições psicoemocionais para continuar, decidiram deixar o partido. Ela relata que receberam muito apoio emocional dos companheiros e das companheiras do partido, pois o vínculo que estabeleceram com esses militantes, permeavam várias esferas da vida, de amizade, acolhimento, compreensão. Então apesar de não fazerem mais parte, têm muito carinho pela trajetória e pelas pessoas que compõe a Consulta Popular.

Como tarefa da Consulta Popular, ajudaram a nuclear o movimento Levante Popular da Juventude. A nucleação do MTD em Curitiba, também foi uma tarefa designada pelo Partido, como forma de retomada de trabalho de base. Dessa forma justifica sua atuação no MTD e na UMT.

4.1.3 Militante 3

Mulher, autodeclarada branca, 20 anos, entrevistada em 2023. Iniciou sua trajetória ainda criança, filha da Militante 2, acompanhava a mãe nas atividades dos movimentos sociais. Mas diferente da irmã e do irmão, se interessava em acompanhar as discussões e até mesmo se envolver. Sua lembrança de primeiras organizações é a participação na Jornada de Agroecologia, com cinco anos de idade. E aos dez anos já compunha o movimento Levante Popular da Juventude.

“Aí é mais esse contato com o MST que a minha mãe começou aqui pelo Cefuria, né? Se inseriu no Cefuria daí, né? Conheceu esse universo dos movimentos sociais e movimentos populares. Aí eu ali nos meus dez anos, aquelas né? [...] não tinha entrado nem na adolescência, sou do movimento popular da juventude” (Militante 3, 20 anos, 2023).

Ficou no Levante até quase completar treze anos, saiu após uma série de discordâncias com o movimento. Participou das Ocupações das Escolas em 2016 contra a reforma do Ensino Médio, mas nessa época ainda fazia o fundamental. As ocupações e a saída do movimento, ela relata como o despertar da consciência:

“E daí ninguém acreditava que eu tinha treze anos assim, eu tava em choque, mas daí naquele momento abriu um universo, a militância assim abriu portas pra mim de fato, sabe? Eu entendo como uma tomada de consciência da minha parte, porque até então eu tava fluindo na militância, e graças a Deus que eu tive bases muito boas, aprendi muito no Levante, era uma época que eu lia muito, antes deu ter celular, eu lia muito, né? [...] mas eu estava ainda sendo muito levada com a maré assim, sabe? Tipo meio que na concordância da galera, daí naquele momento eu vi muita contradição no Levante, tem muito bagulho que eu discordava daquela época também, né? Porque agora mudou as pessoas, tem que sempre lembrar disso pra não ter preconceito. [...] eu me desiludi. Daí nessa época eu já era bem desiludida com partidarismo assim, sabe? Tipo minha política, minha forma de ver e entender a política, e fazer a política nunca foi partidária mesmo” (Militante 3, 20 anos, 2023).

Em 2016, começou a fazer parte de organizações de ideologia anarquista, primeiro entrou para A Outra Campanha⁷³, movimento baseado na experiência Zapatista. “E daí é massa assim é pensar uma campanha política fora do momento político partidário, né? Fora da campanha eleitoral, mas uma campanha que incentive as pessoas a saberem, se informar sobre política, se organizarem politicamente, né?”. Através da A Outra Campanha, conheceu o Movimento de Organização de Base (também anarquista), do qual fez parte de 2017 a 2019. Fez parte do Movimento Secundarista durante o ensino médio e aponta que no terceiro ano do Ensino Médio já tinha bastante demanda das pautas estudantis. Conta que após o falecimento do irmão se afastou temporariamente dos movimentos. No início de 2020, o pessoal que construía a Consulta Popular foi chamado para participar do encontro da formação de quadros⁷⁴ MTD na Escola de Formação Florestan Fernandes (EENF) no estado de São Paulo. Os militantes que eram do partido não estavam disponíveis para participar como ela já estaria em São Paulo fazendo outro curso, foi sugerido para que participasse desse encontro. A nucleação ocorreu durante um mês, para que pudesse retornar para seu território e formar o núcleo do movimento na cidade de Curitiba. Porém, ela nunca fez parte da Consulta Popular. Mas, ao retornar da formação, faz a nucleação do movimento primeiramente com o Militante 1, a Militante 2 (sua mãe), com seu pai; posteriormente entram os militantes 4 (após o início da UMT), os militantes 5 e 6. Essa composição se manteve de 2020 a 2023 e juntamente com a associação AMAVMU, foram idealizadores e propulsores da UMT.

4.1.4 Militante 4

Homem, autodeclarado branco, 57 anos, entrevistado em 2023. Ele começa sua entrevista contando que seu avô era uma pessoa muito questionadora da sociedade que isso o instigou a questionar também. Quando adolescente, enquanto ainda frequentava a escola, teve seus primeiros contatos com literaturas de esquerda. Morava no interior do estado de Santa Catarina e vinha para Curitiba se consultar e no hotel onde se hospedava conheceu um senhor que ali residia e que dava livros

⁷³ Inspirada pela “La Otra Campaña” (impulsionada pelo movimento Zapatista no México, em 2005), propõe uma via política não eleitoral, em que as camadas populares da sociedade ocupem as instâncias de poder “política com as próprias mãos com independência em relação ao governo, ao partido e ao patrão, pela decisão das assembleias e da luta popular em unidade”. Para saber mais, acesse: < https://organizacaoapopular.files.wordpress.com/2010/08/outra_campanha_op_rp.pdf >.

⁷⁴ Quadro é o militante que se forma no movimento e se torna uma referência na região que atua.

para ele e seu irmão, coleções inteiras de literatura, como Jorge Amado, assim como biografias de vários pensadores do mundo. Após concluir o segundo grau (atual ensino médio), em 1982, ele e seu irmão vieram fazer cursinho pré-vestibular na rede Dom Bosco em Curitiba. Relata que muitas vezes não ia para aula, para ficar jogando xadrez e lendo livros de história, sociologia e pensamento marxista na Biblioteca Pública do Paraná “E foi assim que eu comecei a me apaixonar pelo marxismo, né? Li a biografia do Lenin, Stalin, Trotsky, [...] Li também “10 dias que abalaram o mundo”, muito sobre a Revolução Russa, né? Então tava muito no imaginário, viu?”. Em 1982 passou em química na PUC e ao entrar na universidade fez parte do Centro Acadêmico. Em 1985, realizaram uma greve por conta do aumento da mensalidade, em que ocuparam o prédio por 3 dias. Durante esta greve conheceu o Diretório Central dos Estudantes (DCE). cursou 3 anos de química na PUC, depois conseguiu transferência para UFPR, onde cursou mais um ano de química, depois mudou para Agronomia. Na UFPR se aproximou da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil. Participou ativamente do Movimento Estudantil, foi coordenador federal da Confederação Latino-americana de Estudante de Agronomia. Formou-se na UFPR em 2002. Foi coordenador geral do DCE em 1994. Em 1989 se filiou ao PT, foi da Secretaria Nacional de Juventude do partido; quando se formou na universidade foi assessor parlamentar na Câmara dos Vereadores. Militou no PT até 2004.

“A gente⁷⁵ fez uma saída, porque achava que tinha algumas dificuldades porque a gente achava, acha, para nosso pensamento que também eu acho, que o PT não é o mais o partido da classe operária, que saiu, fugiu dos seus objetivos estratégicos quando surgiu, que era na luta pelo socialismo, formar uma nova sociedade. Então foi se burocratizando, foi pegando outras ideias. Foi entrando muito, muitas pessoas neoliberais dentro do PT, entendeu? Eu admiro as pessoas que estão dentro e admiro o PT, então não tenho nada não, tenho muitos companheiros dentro, mas assim, do ponto de vista estratégico, acho que o PT não cumpre mais essa função. Acho que a função que ele cumpre, é uma função mais institucional, entendeu?” (Militante 4, 57 anos, 2023).

Após trabalhar de assessor, em um mandato (não conseguiram se reeleger) entrou para o MST, para trabalhar nas Brigadas⁷⁶ do movimento no Sudoeste do

⁷⁵ Quando diz a gente, aqui se refere a um grupo de 42 pessoas que compunham no Paraná uma corrente interna no PT chamada articulação de esquerda.

⁷⁶ As Brigadas são uma ferramenta de articulação tática do MST, que reúne um grupo de trabalho com pessoas e dirigentes do movimento para fortalecer uma região, ou um projeto, com educação popular e agroecologia para formar ou fortalecer militantes. Esse grupo de trabalho se instala na região por um determinado período que depende da necessidade e do trabalho a ser executado.

Paraná. Conta que foi contratado pelo Movimento para trabalhar enquanto agrônomo, no entanto, seu salário era usado para viabilizar a Brigada, compra de alimentos etc. O MST viabiliza sua participação em uma conferência internacional na Alemanha e quando retorna, começa a fazer parte da Via Campesina. Esta, é um movimento internacional do campo, voltado para as produções campestinas, o qual desenvolve um amplo debate em torno da soberania alimentar. O Militante 4 também faz parte da Consulta Popular e do Cefuria, não informa a data que entrou para ambos. Fez parte do MTD até julho de 2023, saiu após conflitos internos no movimento. Atualmente está compondo a Frente de Organização dos Trabalhadores (FORT).

4.1.5 Liderança comunitária

Homem, autodeclarado branco, 31 anos, entrevistado em 2023. Cresceu sob a influência do avô (por parte de pai) que era do Movimento Comunitário de Curitiba, “Meu avô participou da primeira fundação das regionais que a gente tem hoje em dia, era freguesia, era assim que era chamado administração regional ele foi um administrador de freguesia”, então considera que faz parte do movimento comunitário sua vida inteira.

“Então desde essa época eu já tava com ele em 1993, noventa e quatro, a gente já tava e ele me estimulou. Até quando eu preciso de conselho, eu vou lá e converso com ele, porque ele viu o país sair duma ditadura pra redemocratização, ele passou, ele ficou preso, então tipo foi perdeu o mandato também porque na época os mandatos foram cassados, então tipo, ele viveu essa abolição porque ele era vereador lá no interior. Então, tipo aí, as pessoas acham que a ditadura não pegou no interior, pegou no país inteiro. Acabou o mandato, ele também acabou. Tipo, ficou ao Deus dará. Então foi um momento que foi difícil pra eles. E desde então foi uma coisa que me interessou, e daí depois com essa da associação foi aonde parece que agora só vai pra frente agora. Então eu já coloquei como um plano, não saí mais do movimento comunitário. Então, a gente tá auxiliando no movimento comunitário e vai continuar auxiliando” (Liderança Comunitária, 32 anos, 2023).

Começou a participar ativamente (e não somente acompanhar o avô) com 16 anos, se filiou ao MDB, partido do qual fez parte por treze anos. Hoje em dia não é mais filiado. Fez parte do Rotaract⁷⁷ dos 18 aos 29 anos.

⁷⁷ Um programa do Rotary Internacional. O Rotary surgiu nos Estados Unidos, e se denomina como Clubs que promovem ações sociais, ações de preservação ao meio ambiente e tem por objetivos formar líderes. Para entrar para o club é preciso começar a participar das reuniões e demonstrar

“eu fui do Rotaract aonde a gente faz trabalho voluntário, é tipo foca em alguma coisa. No caso, meu clube focava numa escola. Então a gente todo final de semana a gente ia pra uma escola e fazia aquela renovação, pintava a escola por fora fazia algum cursinho, fazer alguma coisa. Então no movimento do Rotaract eu fiquei todo esse tempo, foi em torno de dez anos que eu fiquei no Rotaract” (Liderança Comunitária, 32 anos, 2023).

Hoje faz parte do Rotary Internacional. Explica que a organização do club é dividida por faixa etária: Interact é para menores de 18 anos, Rotaract de 18 a 29 anos, e Rotary Internacional para acima de 30 anos.

Trabalha como funcionário de carreira na prefeitura desde 2011. Mesmo tendo influência do avô que participou dos movimentos comunitários, conta que participar da associação de moradores, principalmente enquanto presidente da associação, foi uma sugestão da própria prefeitura. Ele estava afastado por problemas de saúde, e um pouco antes de retornar, perguntaram se ele queria ficar na parte comunitária, e ele disse que aceitou. Via como um desafio, pois nunca tinha trabalhado com atendimento comunitário, atendimento ao público. Presidiu a associação AMAVMU de 2019 até janeiro de 2023, após perder a eleição. Após ter perdido as eleições da AMAVMU, a associação tem outra presidência atualmente, mas segue fechada e descaracterizada desde fevereiro. Sobre a perda nas eleições, avalia:

“É, na verdade a diferença de votos foi pequena, né? Foram trinta e nove votos de diferença. Uma foi a primordial, foi a falta de interesse dos próprios moradores e teve também o problema da delimitação de área, que foi feita a pior delimitação possível, foi a delimitação só Uberlândia e Vila Maria, impossibilitando que o resto da região votasse. [...] E fora promessa de que a gente teve, a gente ouviu N promessas de churrasco, promessa de cerveja, promessa disso, promessa daquilo. Que aconteceu? Então, basicamente teve umas, algumas coisas que a gente acabou vendo, mas já foi feito requerimento pro Ministério Público, só que a gente também, eu já acho que foi um tema vencido que eu não teria mais interesse em ficar batendo e correndo atrás [...] E a gente tem acompanhado, muita coisa foi descartada, jogada fora, coisa que era patrimônio da associação foi descartado, então coisas que eram servíveis ainda foram descartado. Então a gente ficou assim, eu fiquei muito chateado, muito revoltado, mas a vontade do povo é foi essa, então...” (Liderança Comunitária, 32 anos, 2023).

Atualmente está trabalhando como assessor comunitário no bairro Fazendinha. Fundou nesse ano o Instituto Paranaense de Assistência Socioeducativa (IPASE), que tem realizado trabalhos sociais (via prefeitura) na região do Fazendinha.

interesse em fazer parte, para se tornar membro é preciso receber um convite e contribuir com um valor anualmente.

Participou da UMT desde sua criação, apesar de ter perdido a eleição da associação, participou da primeira reunião da UMT este ano realizada em janeiro, na sede da Associação Formosa e ainda se coloca como membro do movimento.

4.1.6 Militante 5

Homem, autodeclarado preto, 45 anos, entrevistado em 2023. Sua origem enquanto militante social é no movimento sindical, enquanto servidor dos Correios, relata que se inseriu na luta sindical para garantias de direitos. Foi dirigente do Sindicato dos Correios no Paraná (SINTCOM-PR) e da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (não informa as datas), atualmente “Hoje estou somente ativista, não sou dirigente”. Através do sindicalismo conheceu o PT, no qual é filiado há 21 anos “Me tornei militante orgânico do partido, também hoje sou dirigente Municipal Zonal do partido em Curitiba e vejo também como uma frente de luta de a gente conseguir atingir nossas demandas e objetivos sociais”. Relatou que trabalha mais na organização de base do que na direção do partido. Atuou também como coordenação no Fórum Estadual Popular de Saúde durante a pandemia, enquanto agente popular de saúde no bairro onde mora. Fez parte do MTD de 2020 até julho de 2023. Se coloca como idealizador da UMT, segue fazendo parte do movimento, hoje enquanto presidente via estatuto. Justifica sua atuação na UMT:

“Bem, na verdade, o local que eu resido é uma ocupação. Já 30 anos que eu estou nessa ocupação, desde a fundação. Ela ainda é irregular, é uma região nem tanto, porque é uma por ser uma ocupação consolidada, ela não é tão periférica, existe vários serviços. É uma região que tem escola, tem unidade de saúde, ainda precisa de bastante coisa, mas ela tá bem consolidada, então no sentido eu sou um ocupante aqui da forma que estou a qualquer momento eu posso vir a ser despejado. Sou empregado também sou um servidor público federal. Não, ainda não tive condição de da aquisição da casa própria, então me vejo na mesma situação de muitas pessoas em Curitiba, no Paraná e no Brasil. Então qual que é a forma de você conseguir chegar a ter seu imóvel, sua casa? No meu caso, sou ocupante. É fazer a luta social, tentar se organizar para provocar os entes que são responsável para fazer a regularização de ocupações, seja de imóveis público ou privado. Tudo o Estado pode ter um caminho” (Militante 5, 46 anos, 2023).

Não forneceu mais detalhes sobre sua trajetória nos movimentos.

4.1.7 Voluntária 1

Mulher, autodeclarada preta, 54 anos, entrevistada em 2023. É mãe da Liderança Comunitária. Antes da UMT, não fez parte de outro movimento social.

Inclusive tinha medo do movimento social, resumia movimento social ao MST, “porque todo mundo tinha medo do MST, porque quando contaram pra gente o MST, já pensa em coisas diabólica, que aparece na televisão cada coisa, né? Então tinha medo disso. Eu falei, gente, não é nada disso, daí nós fomos começar pesquisar, conversar”, depois de algumas conversas com os Militantes 1 e 5, foram desmistificando e quebrando o preconceito com o movimento, isso já no ano de 2020, foi assim que aceitaram, ela e a Liderança Comunitária, a fazer parceria com os movimentos e receber as doações de marmitas. Sua trajetória se dá na proximidade e participação nas associações de bairro, pois acompanhava sua mãe nas idas à associação. O tio do seu filho chegou a ser presidente na Associação Uberlândia na década de 1980 (atual AMAVMU). Ela reside na Vila Uberlândia desde sua infância, pois sua família ocupou no final dos anos 1970 o terreno que mora até hoje. Sua família participava da associação de bairro para reivindicar melhorias para a comunidade.

“eu ia porque a gente precisava, porque ali estavam na época, eles queria tirar todo mundo e a gente entrou para fazer briga, que nem diz a turma, porque a gente queria ficar. Queria que nós ganhássemos o terreno. Uso campeão⁷⁸, era isso. [...] todo mundo se juntou e fizeram a associação. Por isso que a associação naquele tempo, associação ajudava, como dizem. Eu preciso de um poste, ia atrás, preciso de água ia atrás, precisa abrir rua ia atrás, era assim” (Voluntária 1, 55 anos, 2023).

Depois que conseguiram se estabelecer na ocupação, sua família parou de compor a associação, ela se afastou da organização comunitária e retornou a atuar em 2019 quando seu filho foi eleito presidente da AMAVMU. Disse que não gosta de se envolver com política porque “dá muita dor de cabeça”, inclusive não informou seu posicionamento político. Participou da UMT desde sua criação, com uma atuação mais concentrada na cozinha comunitária desde que a cozinha passou para o turno da noite, ela não participou mais das reuniões. Atualmente, não está participando ativamente da UMT, tampouco de alguma associação. No entanto, comparece quando é convidada para alguma atividade, como rodas de conversas ou eventos promovidos pela UMT e pelo MTD.

⁷⁸ Expressão utilizada pela entrevistada.

4.1.8 Militante 6

Mulher, autodeclarada branca, 36 anos, não respondeu a entrevista. Marcamos diversas vezes, mas desmarcou todas, justificando que estava sem tempo, com “a vida muito corrida”. Apesar de não ter realizado a entrevista, em outros espaços expôs um pouco de sua trajetória, a qual infelizmente não conseguiremos relatar com detalhes. É residente do Bolsão, mora da Vila Formosa há muitos anos (não sabemos o tempo exato), mas relata que conhece a vizinhança desde sua adolescência. Realiza, na Vila, distribuição de comida para a população em situação de rua (lanches, almoço, janta, o cardápio varia de acordo com as arrecadações) há mais de dez anos. Relata que conhece a maioria das pessoas que estão na rua, antes de se encontrarem nessa situação. Alguns foram colegas de colégio, amigos do seu irmão e outras pessoas conhecia por serem moradores do bairro, que mesmo agora sem moradia, permanecem na vila. Ela começou a fazer parte da UMT desde sua criação. Se aproximou do movimento através do recebimento das primeiras marmitas. Ficou sabendo da distribuição, e foi buscar para se alimentar, e perguntou como poderia contribuir com a ação. Desde então, faz parte tanto da UMT quanto do MTD. É uma liderança de referência no Bolsão.

Dentre as pessoas que fazem parte do *lócus* da investigação, apenas ela e a Voluntária 1, não possuem, nem estão cursando ensino superior. Quando se aproximou do movimento estava desempregada. Respondeu ao questionário que sua profissão é empregada doméstica, e em conversas informais relatou que trabalhou por um tempo de atendente em um bar da região, e como carrinheira, catadora de papel. Atualmente, está trabalhando no jornal Brasil de Fato. A partir da observação participante, pudemos percebê-la como uma pessoa bastante proativa e encarregada dos cuidados da família, não somente de seu núcleo familiar (companheiro e filha), mas também de sua irmã, irmão e mãe. Consideramos o fato de não conseguir entrevistá-la importante para a pesquisa, pois demonstra como a disponibilidade de tempo é algo que permeia a organização popular, principalmente quando o fator econômico e de gênero⁷⁹ é uma questão transversal. Atualmente compõe a UMT,

⁷⁹ Entendemos a importância das transversalidades de gênero, raça e classe que atravessam os movimentos sociais. No entanto, nos limites de uma dissertação de mestrado, deixamos o aprofundamento dessas questões como sugestões de abordagens futuras.

MTD, a Frente Feminista de Curitiba, a organização das Promotoras Legais Populares (PLP's) e o coletivo Feminino do Coxa.

4.2 Autoidentificação: categorias de análise

Militante e voluntário, são categorias nativas (encontradas no campo) utilizadas como modo de os entrevistados e as entrevistadas se identificarem perante as ações sociais dentro dos movimentos em que atuam. Agora, faremos um esforço de olhá-las enquanto categorias analíticas, a fim de compreender essas autoidentificações. O que faz com que essas pessoas se identifiquem com essas categorias? Primeiramente, observamos como fator antecedente da autodenominação, a experiência formativa, pois é a partir das vivências que as pessoas se consideram militantes, voluntárias, lideranças comunitárias, e assim por diante. Usamos tais denominações como justificativas para as descrições individuais do item anterior. Para cada processo de identificação elaboramos os elementos de convergência nas trajetórias.

Perguntamos no questionário: “você se considera”, fornecemos as seguintes opções de respostas: militante; ativistas; voluntário(a); agente popular; transformador e transformadora social; luto apenas pelos meus direitos; nenhum; e a opção “outros” com espaço aberto para descrição. Das oito pessoas selecionadas para as entrevistas e aprofundamento de análise, seis pessoas se identificaram como Militantes, uma pessoa como Voluntária, e uma pessoa preencheu em outros Liderança Comunitária.

4.2.1 Militantes

Do latim: *militans*, *antis*, derivada do verbo em latim “militare” = ser soldado. Significado: quem ou que milita, luta, combate, defende algo de forma ativa ou convicta⁸⁰. Pudemos observar a partir das entrevistas, que o militante transcende a ação, transcende o fazer algo, alcançando o “ser”, ser militante faz parte daquilo que a pessoa é, “ser soldado”, ser militante, se fazer militante a partir do vivido, do

⁸⁰ Fonte: Priberam Dicionário, disponível em:< <https://dicionario.priberam.org/militante>>. E Dicionário Online de Português, disponível em:< <https://www.dicio.com.br/militante/>>.

experimentado e principalmente do refletido. Algumas características permeiam essa categoria como:

- a) a perenidade: ser militante não é algo momentâneo, é algo se constrói e que se leva ao longo da vida, diferentemente da execução de uma ação que tem começo, meio e fim;
- b) um projeto político: o/a militante, tem um horizonte o qual o motiva, aquilo que se quer transformar com a militância (agora sim, ação); esse projeto transita entre os sonhos e anseios individuais e os que são construídos em coletividades, como o Projeto Popular para o Brasil, presente em nosso objeto;
- c) gera um impulso organizativo: as pessoas que se tornam⁸¹ militantes, buscam a militância, buscam estar em coletivos e organizações elaborando e executando ações que as aproximam dos sonhos e objetivos coletivos.

“Ah, existe uma frase que diz assim: “só a luta muda a vida”. Um militante não se forma em bancos de universidades ou em aulinhas de estudos, entendeu? [...] Como militante, se forja no dia a dia, na luta social. Entendeu? Inclusive nos enfrentamentos que tem, né? Porque, por exemplo, quando uma pessoa vai numa manifestação, não precisa uma aula para ela, para dizer o poder do Estado burguês, quando ela vai numa manifestação e vê as contradições, por exemplo, ou quando vem uma polícia e reprime, entendeu? Ela ali, ela percebe o que, que é o Estado, entendeu? [...] tem a teoria explicando o que é Estado, né? Mas a prática faz com que ela aprenda um pouco disso, né? É percebe as contradições, né? Na luta política prática no dia a dia, né? Quando, por exemplo lá numa ocupação, a polícia vai lá e destrói os barracos das pessoas ali você percebe as contradições do poder do estado e um militante vai se formando a partir disso na luta concreta, né? Pé no chão e pé no estudo, né? Então são, é o tripé, né? Estudo, luta e organização. Então, assim que se forja um militante, né? [...] Não é condição econômica que faz com que ele seja ou não, é o entendimento” (Militante 4, 57 anos, 2023).

A ideologia aqui se faz presente, podendo esta ser heterogênea pois é o que vemos em alguns movimentos sociais e principalmente nas frentes de ação. Uma das formas de constituir as ideologias, é a teórica, a qual causa mais divergência nas organizações. O fim objetivado pode ser o mesmo, uma transformação profunda da sociedade que diminua ou erradique as desigualdades sociais, condições de vida e existência digna e igualitária, princípios de bem-viver, dentre outros valores. Mas como se chegar lá, é uma grande questão. As teorias fornecem diferentes arcabouços para enxergar o mundo e as relações que nele são estabelecidas como também diferentes metodologias de ação. Há também o sentimento de pertencimento à ação

⁸¹ Aqui com muito cuidado para não tomar o verbo “ser” enquanto um dom de nascença, ou uma característica individual sagrada. As pessoas se tornam ao longo do tempo a partir das experiências formativas.

transformadora. O fazer parte, construir junto a transformação social, o construir da experiência formativa:

“A gente olha para o MST, quão grande que é o movimento e acha que já está tudo dado. E na verdade, a gente também é chamado a construir. A gente também tem obrigação de construir junto, de estar junto, de estar colocando à tona as contradições, né? Porque tinha é contradições, né? De você, de produtor, de assentado, querendo vender o seu lote, de assentado produzindo com convencional, né? Colocando veneno na comida. Tipo essas coisas, elas são para serem desconstruídas, não adianta eu dizer pra você, olha o, MST é, mas é, né? O maior e melhor movimento social que existe aqui. A gente tem conhecimento no Brasil, na América do Sul, né? Quiçá no mundo, não sei, mas tem grande chance. E está por construir, e também chama a gente para fazer, porque quando eles chamam lá, eles chamam para gente dialogar, né?” (Militante 2, 48 anos, 2023).

“E daí a proposta que o movimento popular traz e muito disso eu aprendi no MST principalmente, e é um, é o que a gente chama de... como é que é? É exemplo militante, sabe? Você ensinar pelo exemplo assim mais do que você ficar falando o que que é pra fazer que que não é, você pega o exemplo das pessoas, sabe? É a postura assim que tem as lideranças aqui do MST, principalmente, que eu aprendo muito, assim, sabe?” (Militante 3, 20 anos, 2023).

Percebemos que a experiência formativa dos/as militantes, está referenciada nos movimentos sociais, nas articulações populares, no saber ou na busca do saber político, das ferramentas que podem contribuir para o processo transformador. Vemos o contexto das CEB's como referência, uma vez que as e os militantes da presente pesquisa, tiveram contato em algum momento com as Comunidades Eclesiais de Base. A Militante 2, antes de se aproximar dos movimentos sociais, fazia trabalho na pastoral na Igreja, mas não tinha conhecimento anterior das CEB's, conhecendo-a por meio dos movimentos. O Militante 1, é católico, mas não especifica em sua trajetória uma atuação na igreja. A Militante 3, teve bastante contato com a igreja na infância, chegou a ser catequista, mas assim como sua mãe, se afastou da igreja. Em outra instância, todas e todos os militantes, por mais que não sejam membros do Cefuria, têm contato com essa organização popular que originou a partir das CEB's.

A solidariedade está presente também na concepção do militante, mas esta visada de forma objetiva, sendo propulsora, quando há intencionalidade na execução, para um fim de aglutinação e aproximação. A inserção da intencionalidade é importante para que a solidariedade não se faça por si só, quase como um ato ecumênico.

“Acho que a solidariedade deu o tom. Entre 2020 e 2022, seja para o nosso campo político de organizações, seja também ali no nosso processo, e daí as ferramentas dessa pauta acabam tendo predominância, né? É isso. É o trabalho concreto, então a questão da alimentação é a questão da cozinha e acho que a realidade também foi apresentando outras pautas que também cobravam. A gente está se envolvendo” (Militante 1, 42 anos, 2023).

Ainda sobre a solidariedade:

“Então isso já é uma vantagem de estar em conjunto, né, que vai ser amplificado, é a tua visibilidade, agora daí pra gente superar essa questão, dessa solidariedade simples para uma compreensão de que é mesmo importante estar junto, não só pelo ganho dessa solidariedade, mas porque junto a gente é mais fácil a gente entender o contexto que a gente tá aí. É mais fácil a gente poder fazer esse enfrentamento, né?” (Militante 2, 48 anos, 2023).

Se refere a “solidariedade simples” como ação de entregas sem intencionalidade, pois traz a solidariedade entre classes, como possibilitadora de “superar algumas questões”. A solidariedade entre classes, aqui está se referindo a solidariedade que tem por finalidade a organização e formação das pessoas, a solidariedade que aproxima para se obter a experiência formativa.

A solidariedade é o princípio que costura as diferenças internas fazendo com que a representação simbólica construída e projetada para o outro -não-movimento - seja coerente e articulada em propostas que encobrem essas diferenças, apresentando-se, usualmente, de forma clara e objetiva. Para tal é preciso que se observem os códigos político culturais expressos nas reivindicações dos movimentos (GOHN, 2000, p. 14).

No voluntariado vemos essas questões se apresentarem de maneiras diferentes.

4.2.2 Voluntários(as)

Derivado do latim: *voluntarius* = que se faz por vontade. Significa no português: aquele que se compromete com um trabalho, que assume uma tarefa sem ter obrigação formal/legal de fazê-la⁸². Diferentemente do militante, o voluntário não é uma derivação do “ser”, e sim de um papel momentâneo, que não se exerce com

⁸² Fonte: Dicionário Online de Português, disponível em: < <https://www.dicio.com.br/voluntario/> >.

perenidade. A pessoa pode fazer o trabalho voluntário em diversos momentos da vida e por tempo indeterminado, mas o voluntariado não chega a ser um modo de viver, como aquilo que se torna a militância. Esta categoria possui algumas características:

- a) não há necessariamente a perenidade como critério, a autoidentificação acontece enquanto a ação está em curso, ou seja, enquanto a Voluntária 1 está exercendo o trabalho na cozinha, se considera voluntária, a partir do momento que se encerram as atividades, vai se auto identificar com outras esferas da vida, como a religiosidade, por exemplo, que faz parte do ser, não somente do estar;
- b) o assistencialismo predomina nessa categoria, diferentemente do militante que visa um projeto político, o voluntário se articula na esfera no ajudar e não, necessariamente, do transformar;
- c) nessa categoria, os impulsos são mais externos do que individuais, não partindo do voluntariado a iniciativa organizativa. Contudo, a experiência formativa se faz presente como antecessora. Por exemplo, no caso da a Voluntária 1, suas experiências com a organização em associações começou na infância, ao ver sua família se articular em prol de bens individuais e coletivos. Ela retorna na vida adulta (se considerando idosa, apesar de ter menos de 60 anos) a partir do conhecimento produzido pela experiência e pelo impulso, novamente familiar, com eleição de seu filho a presidência. Ela escolhe estar participando das ações, mas o convite vem do outro.

A solidariedade, nesse caso, está mais vinculada ao ato ecumênico, altruísta. Tanto as ações do voluntariado quanto da militância, geram reconhecimento do outro e personificação, essas pessoas ligadas aos movimentos, ou ativas nas associações tornam-se referências nas comunidades

Realizamos o esforço de analisar essas categorias de autoidentificação, com o intuito de instigar a reflexão sobre como agem e por que se autodeclaram de uma maneira e não outra. Partimos do pressuposto de que a forma como se identificam reflete em como se articulam nos movimentos populares urbanos.

5 UM OLHAR SOB MOVIMENTO

Quem pretender captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza.
(SADER, 1988, p. 42)

A inserção no campo se viabilizou por meio do trabalho militante junto a cozinha comunitária, onde iniciamos a observação participante, buscando compreender como a cozinha funcionava, quais eram os acordos ali estabelecidos entre repolhos, abóboras e marmitas, assim como as relações políticas que se faziam presentes naquele pequeno espaço. Nesse sentido, neste capítulo pretendemos analisar as ações desenvolvidas pela UMT, passando pelo funcionamento da cozinha, a realização dos cursos, eventos e algumas definições dentro do movimento. Para isso, priorizamos um olhar sobre o campo e suas autoconsiderações, entendendo que a UMT ainda está sendo construída e em movimento.

5.1 A cozinha

O primeiro contato ocorreu dia 28 de outubro de 2021, facilitado pelo Militante 1, o qual me convidou para conhecer a cozinha comunitária na Associação AMAVMU. Neste dia, ao chegar na associação, me propus a contribuir nas tarefas para o preparo das refeições, que já estava em andamento. Rapidamente a Voluntária 1 me deu orientações do que fazer na cozinha: ajudei a descascar alguns legumes e a montar algumas marmitas para serem distribuídas no barracão de reciclagem próximo à associação.

A cozinha possuía três armários para guardar os mantimentos e utensílios, uma pia com duas cubas, dois fogões industriais e uma mesa, sem geladeira, o que dificultava o armazenamento dos alimentos. Portanto o que sobrava era doado para a comunidade e quando recebiam doações que precisavam ser congeladas, guardavam na casa de alguém da equipe. O espaço na cozinha era pequeno e precário, uma das cubas escorria água no chão. Os fios de luz muitas vezes faziam “barulhos estranhos”. Apesar da precariedade, não foram relatados acidentes. No salão o espaço era dividido: em um local eram armazenadas algumas embalagens, roupas do bazar (que a Associação realizava), cadeiras, tecidos, entre outras coisas, coberto com cortinas

ao redor. Havia uma pequena sala, utilizada pelo presidente da associação, onde ele realizava o atendimento para cadastros e guardava algumas documentações, e por fim um banheiro. As mesas para distribuição dos alimentos eram montadas com cavaletes e tábuas de madeira, mas também tinham algumas mesas pequenas de plástico que serviam de suporte.

A cozinha recebia doações de alimentos principalmente do MST, em especial alimentos *in natura*, da organização católica dos Redentoristas que, por meio do Padre Parrom, doava cestas básicas de produtos não perecíveis, arrecadados na própria comunidade que contribuía com alguns itens, como os pacotes de fubá, que chegavam em peso no início da pandemia. A UMT realizava campanhas de arrecadação para comprar carnes, produtos de limpeza e outros insumos que faltassem eventualmente. As campanhas eram realizadas via redes sociais, com divulgação via WhatsApp e Instagram de cards (panfletos online) nos quais continham um slogan e logo abaixo o pedido e a explicação contendo a finalidade, como doar, e convidando para participar da cozinha. Pessoas que participam de redes de apoio e ficavam sabendo da necessidade da cozinha através das divulgações nas redes sociais, contribuía através de doações em dinheiro e até mesmo de alimentos, mas estas contribuições chegavam à associação com menos frequência. Importante ressaltar que por mais que a cozinha fosse executada na sede da Associação, era a UMT quem tomava as decisões sobre seu funcionamento.

Desde o primeiro contato, foi perceptível como as mulheres que trabalhavam na cozinha, exerciam esse trabalho com alegria e dedicação, sempre prezando pelo bom humor, agilidade nas tarefas, cuidado com o sabor dos alimentos, com a higiene⁸³ e com a distribuição. Eram preparados no almoço um cardápio de: arroz, feijão (esse poderia variar entre branco ou preto), polenta (com molho de tomate ou então ao alho e óleo), frango frito e verduras que variavam de acordo com o recebimento das doações semanais vindas do MST. O cheiro da comida sendo preparada se alastrava para fora da associação, como se fosse um convite para entrar no local. O “cheirinho da fome” como elas diziam.

⁸³Era obrigatório o uso de toucas e máscaras. Havia também muito cuidado na manipulação dos alimentos, na lavagem e principalmente quanto aos riscos de contaminação.

“Porque a gente já fazia com amor. Eu acho que tudo que você for fazer, até um cachorro-quente. [...] Um dia uma mulher foi trabalhar lá assim para ajudar a gente, ela disse: a não, pode fazer de qualquer jeito! Falei não, se fosse pra fazer de qualquer jeito, nem precisa entrar nessa cozinha aqui. Aqui a gente não faz de qualquer jeito. ‘Ah, mas vocês estão dando’. Eu falei assim: está dando, mas a gente está dando é para pessoas, não é para animais. [...] Eu falei: se eu faço uma comida, eu falei, eu comida pra mim, se eu vou comer uma comida, eu gosto de bem temperada, eu não gosto de jogar lá e comer. Eu gosto porque é para mim comer. Se eu faço para mim bem, por que que eu vou fazer com os outros de... sem lavar” (Voluntária 1, 55 anos, 2023).

Antes de iniciar a distribuição para a comunidade, eram montadas e separadas as marmitas para as e os carrinheiros⁸⁴ do barracão Carpel, o qual fica próximo à associação (porém pertence a Vila Ferroviária), e para as pessoas que estavam contribuindo na cozinha e precisavam levar refeições para casa. Também era indicado que toda a equipe almoçasse antes de começar a servir. Enquanto a comunidade aguardava na fila, eram distribuídos jornais impressos do Brasil de Fato e pequenos panfletos explicando o que era a UMT, convidando para se juntar ao movimento, falando sobre a iniciativa da cozinha, de onde vinham os alimentos, com o intuito de não apenas entregar a comida, mas também de informar a população. O panfleto era uma forma de aplicar intencionalidade na ação.

FIGURA 6: PANFLETO ENTREGUE EM UM DIA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALMOÇO.

⁸⁴Pessoas que catam recicláveis com carrinhos movidos a força física.



Como e por que participar da União de Moradores e Trabalhadores/as (UMT)?

A União de Moradores/as e Trabalhadores/as (UMT) foi criada em 2020, no início de uma das piores crises de nosso país. Isso nos obrigou a fortalecer ações de solidariedade, organização popular e cobrança pelos direitos de nossas comunidades.

No dia 6 de novembro, sábado, no estádio do Uberlândia Esporte Clube (Rua Domingos Gutierrez Beltrão, 70 - Novo Mundo), faremos o nosso Primeiro Encontro da União de Moradores.

Todas as pessoas interessadas no direito de nossas comunidades e nas ações comunitárias estão convidadas.

Criamos a Cozinha Comunitária que já atendeu moradores das vilas Maria e Uberlândia, Ferrovila, Formosa, Canaã, Candinha/São Jorge, vila Estrela, Nova Guaporé, além de três barracões de trabalhadores carrinheiros.

Passamos da entrega de 16 mil marmitas.

Organizamos cursos de capacitação em comunicação para jovens; contribuimos com ações nas datas festivas, organizamos arrecadação de materiais para áreas carentes.

Praticamos a economia solidária e geramos pontos de renda e produção para nosso povo, em tempos de dificuldade e desemprego. Com isso, contribuimos na organização do *Atelier Linha da Esperança*, na ocupação Nova Guaporé 2, e estamos iniciando o projeto de Padaria Comunitária na associação de moradores da vila Formosa.

Unificamos associações de moradores que se organização por direitos



Participe! Saiba como ajudar! Entre em contato pelas seguintes redes sociais:



@UMTcwb



@umt_cwb

FONTE: Acevo pessoal da autora.

A distribuição dos alimentos era organizada da seguinte maneira: cada pessoa ou família informava na porta para pessoa responsável da equipe, o nome, a comunidade (Vila) a qual pertencia e para quantas pessoas iria levar refeição. Após fornecerem essas informações, ainda em fila, elas se aproximavam da mesa e diziam para quem estava servindo quantas refeições iriam levar, pois o número de refeições

informadas era o número de “colheradas” e pedaços de carne servidas, por exemplo, se uma pessoa buscava refeição para sua família com cinco pessoas, recebia cinco colheres de cada opção do que tinha na mesa e cinco pedaços de frango. As cozinheiras prezavam que o almoço fosse finalizado às onze e meia da manhã, para a distribuição ser realizada ao meio-dia. Eram fornecidas em torno de 250 refeições.

Era recomendado para que as pessoas levassem seus recipientes, pois isso facilitava a distribuição e reduzia custos com embalagens. Como alternativa para os que esqueciam, eram fornecidas, num primeiro momento, alguns marmitex de isopor, parte doada pelo MST, parte comprada com a verba adquirida por meio das campanhas virtuais. Nem sempre conseguiam a doação ou a compra dessas embalagens, então o pessoal da equipe começou a arrecadar potes de sorvete e margarina para fornecer para quem eventualmente acabava esquecendo de levar ou não tinha, em especial para os e as carrinheiras e população em situação de rua.

“Gente, vai ter que começar a pedir para eles trazer, porque a gente comprava marmita, né? E era caro comprar marmita, né? Eu falei: gente, eles comia, jogava fora⁸⁵. Eu falei: presta atenção, em casa todo mundo tem pote de sorvete, pote de margarina, panela. Eu falei: da sua casa, você pode trazer uma panela [...] tinha um que vinha de baldinho. Ele morava lá, bem longe daqui ele vinha de bicicleta porque ele sabia que aqui tinha comida. Ele vinha toda a quinta-feira, pegava a comida que levava. Ele levava dois baldinho de comida, um ele ia comer, pra eles comer no dia e daí o que sobrava, eles comia na janta as coisas assim, e o outro ele deixava pro outro dia pra ele comer” (Voluntária 1, 55 anos, 2023).

Percebemos nessa fala da Voluntária 1, que não era apenas a UMT quem pensava em estratégias na entrega da comida. Como a distribuição era de acordo com a necessidade da família, o uso do recipiente próprio ajudava, (nos casos em que as pessoas possuíam os recipientes) tanto na quantidade de comida que se levava, quanto no transporte da refeição, como era o caso dos baldinhos.

Após o primeiro contato com o campo, retornei à cozinha comunitária apenas mais duas vezes no ano de 2021, como auxiliar de cozinha, para o preparo de alimentos. Foi no ano de 2022 que o contato com o campo realmente se intensificou, e desde então, fui criando vínculos com as pessoas que compõe esse “campo de pesquisa” que vão além da relação de socióloga e objeto, com o desenvolvimento de

⁸⁵ Aqui ela se refere as embalagens.

vínculos afetivos e de militância. Isso inclusive acabou se tornando uma dificuldade de pesquisa, justamente pelo fato de quase não conseguir executar o “afastamento” entre pesquisadora e interlocutores. Uma das mulheres que ajuda na cozinha, a Voluntária 2⁸⁶, se parece muito a minha falecida *nona*, no seu jeito de falar, de cozinhar a polenta, de rir e fazer piada de tudo. Quando a conheci me despertou uma memória afetiva que se estende para além da pesquisa.

Ao longo do trabalho de campo estabelecemos vínculos de cuidado⁸⁷ umas com as outras, não somente com a Voluntária 2, mas também com a Voluntária 1, com a qual troquei muitas conversas informais, experiências e saberes culinários. Para muitas dessas mulheres (não somente, mas principalmente as mulheres), estar participando da cozinha comunitária se tornou um fator de sociabilidade importante:

“O slogan da Voluntária 2 era: está com depressão, venha para associação. Lembra que ela dizia, né? ‘Se está com depressão, venha para associação que já acaba’. E ela mesmo, que nem ela falou, né? Já era para a gente estar morrido né? Falei, pois é Dona ..., mas como a associação foi um abrir de águas para muitas mulheres, que estavam muita gente doente. A Voluntária 2 mesmo estava numa depressão bem profunda, bem tristonha, que ela perdeu a mãe, a Dona ... também, bem triste porque ela tinha marido, filho. A ... também tinha perdido a mãe. Sabe assim, pessoas que estava bem debilitada, que ali deu uma... Eu que estava quase morrendo também, que eu fiz a cirurgia em 2017, mas 2018 eu ainda tinha que ficar. Era para ficar um ano de recesso” (Voluntária 1, 55 anos, 2023)⁸⁸.

Ainda sobre isso, a Militante 6 discorreu em uma roda de conversa:

⁸⁶ Ela não consta na tabela do capítulo um, porque não foi entrevistada. Ela auxiliava na cozinha comunitária, mas não se participava das reuniões operativas da UMT.

⁸⁷ Tenho uma limitação alimentar, alergia ao glúten, e elas se atentaram em separar refeições livre de contaminação, quando faziam frango frito empanado, separavam um pouco de frango ao molho, quando passaram a fazer sopa, separaram sem o macarrão, para que eu também pudesse me alimentar.

⁸⁸ Trecho modificado pela autora para preservação de identidade.

“É querendo ou não, você vê, quando a gente tinha a cozinha, é, a gente se juntava lá, começava a cortar o repolho e quando eu via já tava desabafando, aquela roda assim de conversa, eu falo assim, uma união assim de tudo, né? Às vezes eu e a ... vinha de a pé na rua, eu e ela de apezinho, subindo, as vezes vinha até chorando, conversando, chorando, se abrindo, né? Então a gente, além de ter a cozinha, que era ir lá e fazer, o que eu falo assim que era ir lá pro bem dos outros e fazer, era pro bem nosso também. Porque era aquele momento que você saia da tua casa, você ia conversar, você se abria, você pensava, ia ter uma outra ideia, né? Fizemos o curso, né? Então e a gente foi vendo que aos poucos, a comunidade também, né? Ia somando, ia se aconchegando” (Militante 6, 37 anos, 2023).

Apesar de haver essa aproximação das pessoas que faziam parte das equipes da cozinha e estavam ali trabalhando nas ações, no que tange a aproximação e criação de vínculos com a comunidade que recebia as refeições, percebemos, na análise das entrevistas e de algumas rodas de conversas, que há divergências quanto a eficácia destas ações junto à comunidade. Para o Militante 1, as entregas (de alimentos, cestas básicas, materiais escolares) e os eventos ajudam a criar confiança da população para com a militância, a criar uma referência na comunidade. Para a militante 2, as entregas precisam ser mais intencionalizadas para que essas pessoas em um segundo momento se engajem nas ações, pois, não basta ofertar alimento uma vez na semana, sem propor formações com essas pessoas. Os folhetos informam, mas não formam. Para a Militante 6, conhecer as famílias, conversar com as mães e com as crianças gera aproximação com a comunidade. Para a Voluntária 1, criava-se um vínculo de escuta, visto que algumas pessoas iam lá para conversar e relatar seus problemas para o presidente da associação.

Dentro dos limites de uma dissertação, nos propomos em focar nas ações, percepções e experiências das pessoas que integram o movimento e não dos beneficiários e das beneficiárias, apesar de reconhecer a importância do olhar de quem “está do outro lado”. Contudo, por meio da observação participante e da análise das falas das e dos integrantes, concluímos que grande parcela da comunidade fica limitada às “relações de vizinhança” que, de maneira geral, consiste em conhecer as pessoas, saber seus nomes, onde moram, o número de integrantes da família e meia dúzia de palavras trocadas nas entregas ou nos atendimentos quando as pessoas vêm até a sede da associação para fazer algum requerimento, seja de gás, de comida ou de alguma outra necessidade.

Há algumas exceções, como a Militante 6 que passou a fazer parte do movimento após buscar marmitta para si. E também o caso de um jovem que fez parte

do movimento por um curto período, depois de participar do curso de comunicação ofertado pela UMT. Mesmo que ocorra a aproximação das receptoras e receptores com a equipe, isso ainda não gera o engajamento para que se participe do movimento. Para que isso aconteça, outros fatores ligados a experiências individuais precisam estar alinhados “É na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então em coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais” (SADER, 1988, p. 45). Retomamos a afirmação anterior: não são necessariamente, as pessoas que passam fome, que se organizarão em torno da questão alimentar. É preciso um despertar de consciência e uma ideologia, como conceituada anteriormente, enquanto visão de mundo.

Com as pessoas em situação de rua e com as que pegavam o alimento na distribuição que realizávamos a noite, estabelecíamos mais envolvimento e diálogo. As pessoas nos contavam como havia sido o dia, por onde estiveram durante a semana, contavam as “fofocas” dos demais conhecidos, desabafavam sobre suas relações amorosas. No bairro havia em torno de 50 pessoas em situação de rua, para as quais realizávamos entregas semanalmente. As entregas a noite iniciaram no segundo semestre de 2022 (conforme será relatado na sequência), no entanto, a Militante 6 já desenvolvia um trabalho comunitário com essa população antes da atuação da UMT, distribuindo refeição aos sábados para essa população, em parceria com um bar localizado na comunidade. Ela já conhecia algumas dessas pessoas, umas porque cresceram juntas no mesmo bairro, frequentaram a mesma escola, outras porque eram amigos do irmão dela, e outras que conheceu no trabalho comunitário. Mesmo com esse fator, a relação de vínculo se estendia aos demais integrantes do movimento que realizavam a entrega com periodicidade. A aproximação se dava também com as crianças que pegavam marmitas nas entregas noturnas, ela nos contavam os acontecimentos da escola, perguntavam algumas coisas sobre as nossas vidas e assim por diante⁸⁹.

⁸⁹ É preciso um estudo mais detalhado para dar conta dessas diferenças e ambiguidades das relações relatadas acima, no entanto, não poderíamos deixar de mencionar como fator importante das ações do objeto. O estudo sobre as experiências das populações em situação de rua, se faz mais do que necessário e urgente para pesquisas futuras.

A partir do segundo semestre de 2022, foi avaliado pelo coletivo a inviabilidade de preparar almoços⁹⁰ devido à dificuldade em garantir os insumos e pouca mão de obra no preparo dos alimentos. O presidente da associação na época e a Voluntária 1 tinham a percepção de que havia diminuído a necessidade da comunidade, alegavam que muitas das pessoas que estavam pegando o almoço já não precisavam mais e acabavam se favorecendo, em alguns casos, por “preguiça de cozinhar em suas casas”.

“Vinha pessoas bem simples. Aí vinha gente chique, gente bem arrumada. A gente via, quer dizer, é como diz assim, levantou da cama e foi pegar comida. Não porque não tinha, tinha comida em casa, mas a preguiça era... E muita gente fala assim, não, mas eu gosto de comer uma comida diferente” (Voluntária 1, 55 anos, 2023).

Quanto a essa decisão, houve divergências, pois eu e os Militantes 1, e 4 e a Militante 3 defendemos que a população em situação de rua precisa dessa ação continuamente - o que podemos perceber é que mesmo dentro das organizações coletivas que prestam assistencialismo a esta população, ela continua invisibilizada por algumas pessoas - o Militante 1 argumentou que mesmo que houvesse esse prevailecimento de algumas pessoas, para quem estava em situação de pobreza, uma refeição na semana já poderia contribuir significativamente. Então, a UMT tomou a decisão de fazer sopas, nas sextas-feiras a noite e distribuir para as pessoas em situação de rua, carrinheiras e continuar com a distribuição na sede da associação para quem demandasse. O cardápio variava entre sopa de arroz, macarrão ou de feijão, com os legumes, sopa de fubá ou quirera e linguiça calabresa (em todos os tipos de sopa). Eram servidas em torno de 160 refeições, sendo aproximadamente 100 refeições na associação e entre 50 e 60 para as pessoas em situação de rua que se situam pela extensão do Bolsão. Passávamos de carro, distribuindo em cinco pontos principais: na rua Pedro Zagonel (uma das ruas principais do bairro), ali geralmente ficam em torno de cinco pessoas; na “Pracinha de Areia” localizada na rua Madela Taborda Ribas, na qual ficam em torno de quatro a cinco pessoas. No barracão de recicláveis da Vila Leão, que funciona vinte e quatro horas, neste eram distribuídas em torno de vinte refeições. No barracão de recicláveis da Vila Ferroviária,

⁹⁰ A partir do segundo semestre de 2022, comecei a participar das reuniões do movimento enquanto membro, com poder de opinar e decidir como os demais.

que também funciona vinte e quatro horas, localizado na rua Baldur Magnus Gruba, esquina com a general Potiguara, no qual são entregues em média de vinte refeições. E por fim, era entregue uma refeição para um senhor que fica sempre na rua João Bonat, em companhia de seus cachorros e seu carrinho. O que constatamos é que em dias de frio e mais chuvosos as retiradas na associação eram mais reduzidas. E a quantidade entregue nas ruas também sofria variações, pois nem sempre as pessoas se encontravam nos lugares que costumam estar, ou seja, sem abrigo fixo era difícil localizá-las. Encerramos as atividades na cozinha em dezembro de 2022 para os recessos de final de ano. Em 2023, com mudança de direção da associação AMAVMU, cessaram-se as atividades da cozinha comunitária.

FIGURA 7: EQUIPE DA COZINHA, PREPARAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO ALMOÇO. JULHO DE 2022.



Fonte: Acervo MTD. Disponível em: <[MTD - Paraná \(@mtd.pr\) • Fotos e vídeos do Instagram](#)>.

A iniciativa das cozinhas comunitárias (que ocorreram em diversas comunidades em cidades diferentes) resultou em um Projeto de Lei (PL) 2920/2023⁹¹ elaborado e aprovado pela Câmara dos Deputados, em julho de 2023, o qual institui as Cozinhas Solidárias enquanto política pública. A partir da aprovação do PL retomou-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) o qual irá priorizar alimentos orgânicos e de agricultura familiar. Por meio desta lei, o Governo Federal

⁹¹ Brasil. Senado Notícias. “Lei que retoma o Programa de Aquisição de Alimentos é sancionada”

disponibilizará recursos para ONG's, organizações filantrópicas, associações de moradores, entidades públicas e afins, para que sejam realizadas cozinhas solidárias nas comunidades.

5.2 As formações e outras ações

A UMT iniciou suas ações com a organização da cozinha, no entanto, não se limita a ela. Atua na luta por moradia no Bolsão Formosa e na reivindicação dos direitos básicos da população ali residente, tendo como norte a união das lutas e pautas das associações de bairro presentes nas diversas vilas do Bolsão e fora dele também. Esteve ativa nas mobilizações da campanha Despejo Zero, articulando as comunidades nas áreas em que atua para estarem presentes nos atos e nas negociações públicas em torno da luta pela permanência nestes territórios e melhorias nas condições de vida nas comunidades.

Entendendo a formação como norte para a organização popular, realizaram em 2020, em parceria com o Jornal Brasil de Fato e o movimento Levante Popular da Juventude, o “1º Curso de Comunicação Popular”, o qual reuniu o público jovem. Um dos alunos no curso e juntou posteriormente ao movimento. Este curso foi articulado com módulos sobre como se comunicar com a comunidade, fotografia, redação textuale redes sociais, com o objetivo de formar a população local para comunicar com as moradoras e os moradores e aglutinar pessoas para o movimento.

FIGURA 8: CURSO DE COMUNICAÇÃO POPULAR REALIZADO EM 2020 NA AMAVMU (TEORIA).



Fonte: acervo e créditos da foto: Pedro Carrano, 2020.

FIGURA 9: CURSO DE COMUNICAÇÃO POPULAR REALIZADO EM 2020 NA AMAVMU (PRÁTICA).



Fonte: acervo e créditos da foto: Pedro Carrano, 2020.

Foi realizado, no mesmo ano, o curso de “Manipulação de Alimentos para Cozinha Comunitária, em parceria com uma nutricionista, com o objetivo de evitar contaminações alimentares, aproveitar ao máximo os alimentos *in natura* e orientar minimamente a prática na cozinha. Há um entendimento dos militantes dirigentes que a prática do movimento popular deve estar aliada à formação comunitária e popular. Quando não há esta esfera, perde-se parte da potência de engajamento da comunidade com o movimento:

“Que o movimento se forma através da educação popular e de formar pessoas para atuar nos movimentos sociais. Mas uma formação também que passa pelo processo individual, né? Por que que passa? Porque é, cada um, entendeu? Então tem que ter uma proposta de formativa. Cada movimento social tem que ter uma proposta de formação, entendeu? Se você não tiver informação, formação que você compreenda essa realidade, o mundo em que você vive, como que você vai fazer mudança, entendeu?” (Militante 4, 57 anos, 2023).

Para além do interesse do movimento em articular formação em conjunto com a prática, o Militante 1 vê a questão formativa como uma necessidade da população, além de ser um atrativo e auxiliar no vínculo de proximidade e confiança:

“É pro povo isso é importante também, é acúmulo do currículo, diploma, certificado. E eu trabalho muito com essa visão, acho que tem que ser tudo isso, sabe? Nada pode ser desperdiçado, então fizemos um curso e tem certificado, o certificado é massa, estamos numa área de ocupação e a UMT fez um comprovante de moradia para a pessoa poder matricular o filho no CEMEI, ou pelo menos poder pressionar, então acho que também isso né? A esquerda, não pode desperdiçar nenhum cartucho, né? [...] Qual é o ponto de partida para ter uma confiança com alguém? É fala do livro 3 do Capital ou entregar um comprovante de moradia?” (Militante 1, 42 anos, 2023).

Ainda sobre a importância da formação, vejamos:

“Como diz, quem soube aproveitar sabe ajudar, dos cursos que eles também dava, foi excelência! Mas quem só ia lá só para comer? Eu não sei se fez a diferença para eles, que o que para mim fez a diferença, porque eu me senti viva. Tem que aproveitar essas pessoas, é que eu sempre falo, tem que aproveitar essas pessoas, no fazer curso, fazer curso de pão, curso de bolo, curso de manicure, até manicure” (Voluntária 1, 55 anos, 2023).

“O trabalho vai fazer com que eu me sinta parte e a formação vai me fazer entender que é necessário, né? Aquele estar junto. Então acho que não dá uma coisa sem a outra, né? As duas coisas precisam estar conectadas assim, né?” (Militante 2, 48 anos, 2023).

A educação popular, se viabiliza como uma contrapartida à educação tradicional. No caso da atuação dos movimentos populares, ela é proposta e articulada em formato de cursos de pequena duração, com encontros em horários e extensão viável aos participantes, trazendo temas diversos tanto para qualificação profissional, como no curso de manipulação de alimentos, quanto em formação visando preparar para a organização popular. Ela se propõe, como bem formulada por Freire (1996), a ser uma prática libertadora, em que todos os saberes são válidos e formativos, e devem ser construídos em conjunto:

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996. p.13).

Nesse sentido, as formações realizadas pelo movimento social contribuem para que os sujeitos que participam daquelas atividades sintam-se pertencentes e criadores da prática. O aprendizado configurado nas relações socioeducativas “resulta da construção de conhecimento coletivo gerado pelas práticas sociais no processo de luta, organização e participação no movimento” (ROSA, 2012, p. 41). Isso muda a relação de apenas entrega, por exemplo, como observado na fala da Voluntária 1 no trecho reproduzido acima.

FIGURA 10: MILITANTE 6 COM O CERTIFICADO DE DOIS CURSOS.



FONTE: Acervo da UMT. Disponível em: < [União de Moradores e Trabalhadores UMT - Curitiba \(@umt_cwb\) • Fotos e vídeos do Instagram](#)>.

Para além das formações, outras ações são executadas, ainda hoje, pela UMT e que os participantes julgam de extrema importância para conseguirem proximidade e estabelecerem relação com a comunidade, tal qual, as festas em datas

comemorativas. Nos locais onde já existe minimamente uma organização, esses eventos costumam acontecer sem a interferência dos movimentos sociais, principalmente onde as associações de bairros seguem ativas, partindo do princípio da solidariedade, principalmente com as crianças.

A solidariedade é discutida nas Ciências Sociais por diferentes vertentes: positivista, utilitarista, nas teorias da ação, estruturalista, entre outras. Caillé (2002, apud. LEAL; TEIXEIRA, 2017) propõe o paradigma do dom para se observar a ação humana, argumentando que esta pode ser guiada não apenas pelo utilitarismo, mas também pela vontade de “fazer o bem”. Entendemos que as duas esferas podem andar juntas, no sentido utilitário nem sempre é via produtos materiais ou a serviço do poder econômico, mas sim no sentido de criar vínculos e referências sociais. Neste caso aqui investigado, nas ações executadas nas comunidades, algumas intencionalidades vão ao encontro da preocupação em proporcionar momentos felizes e simbólicos para as crianças, mas também de suscitar reflexão.

A demanda nas comunidades para o fortalecimento, principalmente com doações, nessas datas é concreta. Geralmente os eventos são organizados na Páscoa, Festa Junina, Dia das Crianças e Natal. São eventos beneficentes, sem venda de produtos, nem alimentos, prevalecendo entregas de doces e brinquedos para o público infantil. De modo geral, as discussões que se fazem é como realizar esses eventos de forma intencional e formativa, que traga não apenas entregas, mas esteja aliada com gatilhos para reflexão social. O mais comum, é a realização de falas ao longo do evento, apontando um pouco sobre sua organização, a importância daquela ação, constituindo-se em mostras culturais que vão na lógica contrária de apenas entregas de brinquedos. No cotidiano das comunidades percebe-se a importância desses momentos, ao mesmo tempo que aliar esses eventos com uma intencionalidade política é sempre um desafio para os organizadores:

“Ao mesmo tempo a gente vai percebendo, a comunidade estava muito afim ali no caso de eventos culturais. É de eventos culturais e de festas assim, né? que era uma cultura que a comunidade já tinha, pasteladas, o Dia das Crianças teve muita, teve adesão, que o pessoal veio, participou, curtiu, né? [...] Mas também, né Ana, são muitas lutas. E acho que o objetivo maior é um processo de confiança da comunidade, consiga levar para a organização. Então acho que quem atua tem que ter a tranquilidade que algumas coisas a gente fica mesmo no imediato, cumpre um cronograma, para outras conseguir puxar um ponto forte de pauta para conseguir trazer para um avanço na consciência, né? Nem sempre conseguimos isso, né?” (Militante 1, 42 anos, 2023).

Estar em contato com a comunidade contribui para compreensão não somente das necessidades, mas também daquilo que ela está interessada. Uma prática importante na UMT é a realização de cadastro das famílias das áreas, principalmente na Vila Formosa, que é realizado com frequência pela Militante 6. Pois assim, é possível fazer um mapeamento da situação socioeconômica e manter o contato através de grupos de WhatsApp, esses cadastros são mais acessados em épocas de organização de eventos como dia das crianças, natal, entrega de materiais escolares, páscoa, entre outros, para ter um embasamento da necessidade da comunidade, verificar quantas crianças têm na região, em quais condições socioeconômicas vivem, para que as famílias possam ser melhor atendidas nas associações e pelo próprio movimento.

5.3 As associações de bairros

Retomaremos agora o primeiro dia de campo, pois desde o primeiro contato, já foi possível perceber as relações das associações no Bolsão, entre si e com o movimento. Após contribuir nas tarefas da cozinha, eu e outro estudante que estava presente, saímos de carro com o Militante 1 para conhecer um pouco das Vilas que fazem parte do Bolsão Formosa e o local da associação da Vila Canaã (que segue de portas fechadas). Nesta ocasião, o Militante nos contou que a UMT havia realizado um evento cultural no dia das crianças no espaço em frente àquela associação, ação que ele avaliou muito positiva. Mesmo havendo uma organização de Associações de Moradores nas diversas vilas, não havia atividades sendo executadas constantemente em todas. Dentre as cinco Vilas, há associações de moradores na Vila Uberlândia (que atende Maria e Uberlândia), na Vila Formosa, na Vila Canã e na Vila Leão. Quando a UMT surge, as associações da Formosa, Uberlândia e Maria, e da Vila Leão estavam executando atividades com diferentes graus de periodicidade e intensidade. No decorrer do ano de 2021, a vila Leão parou com as atividades.

As associações de bairro, como mostra a bibliografia sobre o tema, se caracterizam como coletivos socialmente heterogêneos que possuem uma base mais popular do que fabril. A heterogeneidade na inserção no processo produtivo e o policlassismo podem ser capazes de gerar interesses comuns frente às condições precárias de vida nas grandes cidades, gerando movimentos urbanos relevantes em termos de dinâmica e confronto político (KOWARICK, 2009). Esse tipo de organização

popular teve mais força e incidência na década de 1970, como citado no capítulo 2, inclusive as associações Formosa e AMAVMU, foram criadas no final dos anos 1970. Em seu germe, elas tinham como papel fundamental a luta pela ampliação da cidadania, reivindicações junto ao poder público dos direitos à cidade, à mobilidade, ao saneamento, à energia elétrica e regularização das moradias. Ao longo dos anos 1990, as associações sofrem um enfraquecimento e mudança de caráter, algumas passam a cumprir apenas o papel de capelas mortuárias para a realização de velórios. Vemos um caráter assistencialista bastante presente em suas práticas, com pouco debate e envolvimento comunitário.

“Quando você monta uma estrutura de associação de moradores a ideia central seria organizar os moradores para que eles pudessem juntos, né? Acessar direitos que são, de direito, né? Deles mesmo seria, se tem uma necessidade de saneamento, por exemplo, de energia, um morador fazendo um pedido é uma forma de pedir, né? Mais fácil do poder público descartar, mas quando você tem uma associação que organiza os moradores para poder fazer essa solicitação é mais fortalecido. (Militante 2, 48 anos, 2023).

Ainda vemos a criação de associação quando há a necessidade de fortalecimento da permanência nas ocupações urbanas, pois nelas se realizam os espaços de discussões e decisões desde as divisões e tamanhos dos terrenos, como também do que e como reivindicar. Contudo, quando atingidos os objetivos, essas organizações por vezes: se dissolvem, passam a ser figurativas, instrumentalizadas e/ou desapropriadas de suas funções.

O que a gente percebe que teve uma época que as nossas ações eram muito combativas e o poder público, foi poder público, né? O governo da ocasião⁹² foi cooptando, né? É chamando, dando algum tipo, algum cargo, alguma coisa assim ou algum tipo de benefício para quem é liderança, para que não organizasse mais a população, né? Não levantasse as necessidades, não questionasse a questão da falta, né? Do que que tá sendo necessário ali para a comunidade. E aí, quando você não tem esse, enfrentamento os moradores não veem muito retorno e aí preferem cuidar cada um da sua vida, porque já é difícil você, né? Quando consegue um trabalho que é, né? Com bastante dificuldade você tá organizado, associado, precisa ter um envolvimento também, né? E aí, se você já não tem vantagens, digamos assim, de estar na associação e ainda assim trabalha diurnamente, você não tem tempo para se dedicar pra aquela ação, né? Acaba, não adianta ir lá mesmo, né? Vou lá por quê? Vai esvaziando a associação” (Militante 2, 48 anos, 2023).

⁹² Aqui ela está se referindo ao governo petista.

Na fala da Militante 2 vemos diversos elementos que contribuem para desmobilização das associações, se desdobrando em diversas reflexões. A questão da percepção do resultado é bastante complexa, a cultura do imediatismo faz com que esperamos o atendimento urgente das necessidades, e quando isso não acontece, gera frustração. A globalização, o aceleração nos processos de informação e percepção do tempo intensificam essa cultura, gerando impaciências nos processos de luta, que acabam por desaguar no esvaziamento. A consciência coletiva do processo é capaz de inverter esta situação, possibilitando a persistência da organização, já que ela auxilia na visão dos frutos que a luta popular pode (ou não) colher. Outra questão bastante dificultosa para a organização popular é a exaustão física e mental gerada pelo trabalho associados aos discursos neoliberais de individualismo das demandas. Isso se coloca como um desafio para o próprio movimento social, que se não tiver objetivos, métodos de execução e visão a longo prazo bem definidos, se frustra e se esgota pelo caminho.

Quando ela coloca que o governo da ocasião foi cooptando, ela está se referindo ao governo do PT (2003 – 2016) de modo geral, que se aproximou das massas e lideranças comunitárias, trazendo-as para o meio institucional do governo e afastando, conseqüentemente do cotidiano do território.

Ainda sobre as fragilidades das associações:

“Daí as pessoas que entram na associação quer resolver as coisas práticas e está tudo certo assim, não digo que é um jeito errado de fazer as coisas né? Mas é um jeito limitador, é um jeito que pode resolver pra aquela comunidade um ponto específico, e daí é foda porque muitas vezes resolve ali as enchentes que rolam num lugar específico e daí as pessoas relacionam isso com um vereador, uma vereadora, tá ligado? Prefeito. Acham que foi ele que resolveu, muitas vezes foi, mas tipo com o intuito de ganhar voto, a gente não resolveu pra cidade o problema de enchente, o problema que a gente tem na cidade como um todo, sabe? Resolve localmente, daí isso eu vejo como um problema na associação, mas eu entendo que não é culpa das pessoas que tão lá agora assim, sabe? É cultural assim” (Militante 3, 20 anos, 2023).

A relação das associações com os partidos, se dá em via dupla, pois ao mesmo tempo que os partidos se favorecem para pleito eleitoral, elas estando mais próximas desses atores governamentais aumentam as possibilidades de alcançar demandas, sejam de interesses pessoais como de fato ascender em carreiras políticas, sejam de interesses coletivos como conseguir asfalto para as ruas do bairro. Sociologicamente vemos como uma relação um tanto problemática, pois reforça as

práticas clientelistas do Brasil Colônia, transformando em favores aquilo que é de direito da população. Há um papel legítimo do poder executivo no que tange a urbanização e execução das políticas sociais, no entanto, por vezes são executadas de forma deficitária como apontamos no tópico 3.2 deste trabalho.

As integrantes e os integrantes da UMT, já na sua criação, percebem essa fragilidade. Justamente é um dos motivos para se criar a União, que pretende como o nome diz “unir” essas associações, fortalecer os vínculos entre as ações executadas e proporcionar ferramentas jurídicas e burocráticas para que possam buscar recursos e reivindicações. Para concorrer a editais, emitir ofícios para arrecadações e atuar nas instâncias burocratizadas, a UMT criou um estatuto e um CNPJ, podendo ser utilizado tanto pelas associações como pelas pessoas não organizadas que façam parte do movimento. O propósito declarado pelas lideranças não é fazer em nome ou no lugar da associação ou assumir o papel das lideranças e presidências dessas organizações, mas sim realizar o debate e construção conjunta.

“E daí o objetivo maior nosso é unir essas organizações, associações de bairros, moradores e tudo mais, né? A união tá no nome, né? A União de Moradores Trabalhadores pra conseguir uma amplitude, né? Dimensionar mais as nossas pautas porque sabe que num território falta postinho de saúde, mas não é só ali que falta o postinho de saúde, né? Então essa é uma luta maior do que só do território, só da associação de bairro e daí a gente entende que isso faz com que sobrecarregue menos as associações, né? As pessoas que estão lideranças que às vezes nem sabem por onde ir, né? Qual caminho tomar pra solucionar os problemas? E a UMT vem com uma resposta de achar esses caminhos pela articulação que a gente tem mesmo com advogados, né? Tudo mais e até criando um CNPJ pra conseguir, enfim caminhar coisas burocráticas que sem CNPJ a gente não consegue né?” (Militante 3, 20 anos, 2023).

O movimento observa nas associações de bairros uma potência organizativa, que apesar de suas fragilidades nesse momento, pode ser bastante articuladora nos bairros, já que através dos atendimentos cotidianos, quando existem, é possível elaborar diagnósticos da região no que tange às necessidades da população local, visto que as associações são as referências concretas (suas sedes, por exemplo) para recorrerem em suas necessidades diárias. Devido essa característica, por muito tempo foram articuladas de modo clientelistas por políticos que em troca de votos atendiam algumas demandas que acabavam sendo vistas como “favores”. Não podemos dizer que o movimento rompe com essa lógica, mas procura exercitar

reflexões políticas para que, durante os processos eleitorais, os apoios que o movimento faz a determinados parlamentares tenham objetivos bem definidos. Realizando dessa forma, a disputa discursiva, ideológica e política com os elementos conservadores também presentes nas comunidades, como as igrejas neopentecostais e vereadores bolsonaristas, por exemplo. O que a UMT almeja é que as associações sejam espaços formativos e suscitadores de debates e aprendizado político. Mas como alcançar esse anseio é o grande desafio.

5.4 Algumas definições e ambiguidades

Em seu estatuto, a UMT está definida como “uma associação de direito privado, organização da sociedade civil – OSC sem fins lucrativos ou econômicos e de duração indeterminada”. Alguns de seus militantes a veem como uma “ferramenta de luta”, as voluntárias e lideranças das associações veem-na como um movimento social. Nós a entendemos enquanto um movimento social popular, dentro do que a literatura sociológica entende como os chamados Novos Movimentos Sociais, apresentado no capítulo 2. Ela tem uma organização burocratizada e territorial, abrangendo os bairros periféricos de Curitiba, buscando agora estender para aos demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba. O estatuto, o qual foi aprovado em cartório em setembro de 2023 (mesmo estando em formulação desde o ano de sua criação), formaliza a burocratização desse movimento, que busca reconhecimento e legitimidade tanto nas instancias institucionalizadas, quanto a base social junto as comunidades.

A UMT busca se inserir no cotidiano das comunidades e atua de forma organizada. É o exemplo da cozinha comunitária na AMAVMU, em que a partir de uma necessidade imediata, a exemplo da fome e da regularização fundiária – como apontado no capítulo 3 -, se insere trazendo para o cotidiano, a discussão maior sobre a transformação social e a consciência política da população, buscando realizar um projeto maior, o da transformação da sociedade.

Não assume uma rígida definição ideológica, para que assim possa aglutinar as diversidades de pensamentos, organizações e pessoas, portanto, não se propõe a ser homogênea, tampouco, homogeneizante. Contudo, na prática, essa idealização se torna contraditória, pois mesmo que não haja uma participação declarada dos partidos políticos e ideologias definidas, as militantes e os militantes que atuam nesse

movimento estão vinculados a outras instâncias de organização, como vimos no capítulo anterior. Então, o PT não faz parte da UMT enquanto entidade, mas tem um militante seu que a compõe; a consulta popular não faz parte declarada desse movimento, mas tem militantes seus que o compõem, como também é o caso PSOL, que tem militantes vinculados a corrente Revolução Socialista (organizada por esse partido). Quer os integrantes queiram, quer não, dentro do próprio movimento, há disputa ideológica através desses “sujeitos individuais”.

Levamos em consideração que este movimento existe há três anos e na fluidez com que as coisas acontecem, algumas definições ainda estão em construção.

“Mas me parece também que a UMT vai ser o nosso exercício realmente muito amplo. Realmente menos, talvez internacionalizado que um movimento e um partido, mas também não sendo um fórum do nada, com coisa nenhuma. eu acho que a UMT está num ponto e tem que se encontrar e eu gosto dessas coisas de encontrar coisas novas, encontrar um caminho nisso de organicidade. [...] O movimento comunitário tem outro ritmo. Movimento de bairro tem outro ritmo. É, eu acho que ela é um... Ela é uma ferramenta diferente. Eu vejo assim. É um, ela é um movimento popular, enfim, mas queremos fazer isso, mas diferente de um dos outros movimentos que estão aí né? Ser um espaço diferente” (Militante 1, 42 anos, 2023).

Percebemos que algumas concepções do que é ou não o movimento, estão pautadas em uma ideia marxista de luta e movimento social, mas que na prática se realiza de forma difusa, tendo a noção de autoidentificação ampla e diversa enquanto fator aglutinador, visto que a luta está posta para além das necessidades concretas e materiais. Não há o enfrentamento de classes de forma direta, mas uma organização a partir da dimensão micro da vida cotidiana.

“Na verdade, ela está inclusa no movimento social, mas como uma entidade, é uma organização que é de condução das lutas sociais, por quê? Porque ela vai, como eu já falei há pouco, organizar, reunir, pelos coletivos, ter, dar liberdade para as pessoas, dizer o que querem e como fazer, e ela consegue ter, né? No objetivo de conduzir essas lutas a gente consegue fazer bem, então acho que nesse contexto a UMT tem esse papel e consegue fazer isso” (Militante 5, 46 anos, 2023).

Doimo (1983) argumenta que muitas vezes a concepção do que é e como se articular, está no próprio seio do movimento, que ainda não se definiu de forma clara e concisa. A UMT estabelece uma relação de forças com o Estado, a partir de suas reivindicações e lutas pela garantia e alargamento dos direitos sociais. Contudo, também exerce essa relação através dos aparatos do próprio Estado, quando cria um

CNPJ para concorrer às políticas públicas e de governo. Então, ao mesmo tempo que a ela busca um enfrentamento, também está aberta a parcerias com instâncias governamentais. O estatuto normatiza cláusulas para que sejam realizados “contratos, convênios, parcerias com entidades civis organizadas e comerciais, bem como entidades paraestatais, de economia mista, autarquias, consórcios e associações, a fim de garantir os interesses dos representados(as) na sua área de abrangência” (ESTATUTO UMT, 2023).

Neste documento, também encontramos a formalização de uma direção, a qual responde formal e juridicamente por: presidência e vice-presidência, diretoria de administração e finanças e suplente, diretoria de comunicação, divulgação e imprensa e suplente, diretoria de assuntos jurídicos e movimentos populares e suplente⁹³, por fim, diretoria de cultura, raça, gênero, esporte e lazer e suplente.

No entanto, essa diretoria está mais no âmbito formal, pois na prática não exerce apenas atividades de acordo com as colocações, tampouco, toma decisões sozinhas, apesar de algumas vezes orientar algumas possibilidades como horizonte. “Na verdade, como a gente viu da necessidade, todos os órgãos, públicos ou privados hoje, só aceitam relações a partir de ofícios. A gente teve que fazer a regularização da UMT a partir do estatuto social, compondo uma diretoria” (Militante 5, 46 anos, 2023).

A proposta do movimento, é para que seja uma organização horizontal, sem hierarquização. Contudo, na prática as coisas não acontecem dessa forma, mesmo haja essa idealização no coletivo, a horizontalidade fica apenas no discurso. É possível ver essa contradição nas duas respostas a seguir, quando questionamos os entrevistados sobre como eles veem as tomadas de decisões na UMT:

“Basicamente eu acho que é o colegiado de todo mundo e atualmente não tem definido quem é, não tem uma hierarquia que diga, né? Que que a tal pessoa tem mais voz do que tal pessoa? Todos têm o mesmo direito de fala, o mesmo direito de opinião, então eu creio que tá bem democrático e sempre a gente vai no que a maioria, né? Sempre decide” (Liderança Comunitária, 32 anos, 2023).

⁹³ Posição que ocupo na direção da UMT. As áreas foram definidas conforme afinidade com o tema a ser tratado por diretoria. Apesar de não ser da área do Direito, fiquei encarregada desta responsabilidade.

Resposta 2:

“A gente tem 2 questões para resolver, a primeira que a UMT tem uma direção formal, por CNPJ. Daí entra a pergunta, se a UMT vai ter uma direção política militante, Né? A partir dessa direção formal. Me parece que para algumas questões, precisa ter, mas me parece também que a UMT vai ser o nosso exercício realmente muito amplo. (Militante 1, 43 anos, 2023).

Aqui o Militante 1 coloca como uma questão aberta, no entanto ele mesmo como membro do MTD, na data da realização da entrevista, tinha consciência de que a direção política militante que prevalecia até maio de 2023⁹⁴, era a do MTD. Quando Doimo (1983), analisa a relação dos movimentos sociais urbanos, mais especificamente o Movimento do Transporte Coletivo (MTC) de Vila Velha (movimento popular que foi o estudo de caso da sua dissertação), ela aponta que há uma relação com a Igreja Católica no plano decisório do MTC. Ou seja, por mais que os agentes pastorais, em nível discursivo, acentuassem que as decisões eram pautadas pelas diretrizes e perspectivas da base, a prática decisória concreta era deles, isto é, “a consulta às bases parecia funcionar muito mais como um aval às decisões previamente tomadas pela comissão que existia em paralelo à comissão geral do movimento do que propriamente retirar as decisões a partir da base” (DOIMO, 1983, p. 122).

Na UMT, percebemos uma prática semelhante, não ligada diretamente à Igreja ou agentes pastorais, apesar de estarem em parceria com o movimento desde sua construção, contribuindo com doações de alimentos em forma de cestas básicas, mas com o MTD. Mesmo com todas as pessoas entrevistadas apontando a tomada de decisões enquanto aberta, democrática, não hierarquizada, portanto, realizada nas instâncias plenárias, havia uma série de decisões que já chegaram “encabeçadas⁹⁵” nas reuniões. Essa organização prévia das decisões ou sugestões provinha do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direito, do qual sete dos militantes (a maioria) que faziam parte das tomadas de decisões participavam ativamente. Só consegui ter essa compreensão após entrar para o MTD enquanto integrante e participar das reuniões da direção.

⁹⁴ Aqui é importante destacar que depois do conflito que resultou na saída dos Militantes 1, 4 e 5, o MTD não exerceu mais essa prevalência.

⁹⁵ Este é um termo nativo para designar coisas, ideias, decisões que são elaboradas por determinado agente social.

Cara, eu acho que é bom assim, mas muito tempo a gente ficou naquele negócio, né? Daí a gente se conhecia, né? Já de outros carnavais, né? E daí inserir outras pessoas era é mais difícil com que a voz da pessoa seja... não escutada, né? A gente escuta, mas é, preponderante, dominante é a nossa articulação enquanto um movimento, né? Enquanto MTD, por exemplo, que é bem forte ali e daí até por ter iniciado a UMT, né? Tudo mais, a gente tá em maioria e daí acaba que a gente toma decisão nesse viés político macro, né? [...] Mas por enquanto tem pouca inserção das pessoas da comunidade mesmo, assim. Daí a gente leva em consideração das nossas tomadas de decisão a comunidade, né?” (Militante 3, 20 anos, 2023).

Além do campo discursivo, ela faz parte do campo ideal, daquilo que o movimento gostaria de ser, ou alcançar. Contudo, projetar a horizontalidade na realidade é um grande desafio, pois estamos inseridos no sistema capitalista e mesmo querendo rompê-lo, operamos nas regras da ordem vigente, a qual sobrevive às custas da hierarquia. Isso fica evidente, quando a Militante 3 diz que o movimento leva em consideração a comunidade na tomada de decisões, o que já pressupõe que a comunidade em si não está sendo um agente ativo nas decisões, nos debates. Outra evidência é a criação do CNPJ para atuação burocrática, nas próprias categorias de autoidentificação militante e voluntário, que pressupõem uma hierarquia no nível de atuação social. Visto que, os militantes por estarem articulados em outras esferas possuem acesso em rede à análise de conjuntura, ferramentas de articulação jurídica e popular, debates teóricos sobre organicidade, táticas, métodos de atuação, que as voluntárias que participam pontualmente de ações nas associações, talvez não tenham acesso.

A própria “experiência formativa” reflete essa “desigualdade”. Não tomamos essa distinção de forma moralizante, julgando qual experiência é mais ou menos válida ou eficaz, até porque, o alcance dos resultados depende de uma série de fatores que ultrapassam a esfera da intencionalidade, pois, por exemplo, essas voluntárias podem, e normalmente estão, mais próximas da comunidade, com vínculos de confiança e sociabilidade estabelecidos⁹⁶. Mas é inegável que pessoas que conseguem vincular outras esferas da vida, como o trabalho/profissão com a atuação nos movimentos sociais, como é o caso do Militante 1 e da Militante 3, possuem mais condições, inclusive de tempo de estar engajados na articulação popular.

⁹⁶ Inclusive esse é um dos motivos de serem fundamentais nos movimentos populares.

Para Doimo (1983), as decisões prévias dos agentes ecumênicos era uma forma de controle do Movimento pelo Transporte Coletivo. No nosso caso, vemos como um modo de orientar política e ideologicamente a União de Moradores e Trabalhadores, já que ela não se pauta por uma ideologia previamente definida enquanto critério de aglutinação, como ocorre em outros movimentos sociais e partidos políticos.

A UMT está aberta para associações, moradores, outras organizações e movimentos que desejam estar juntos na construção do movimento, como é o caso da Revolução Socialista, o MTD, as associações, e pessoas que participam das atividades, mas não compõe organizações políticas, como algumas voluntárias da cozinha que estão sempre presentes, pessoas que são filiadas a partidos, mas não entram no movimento representando os mesmos, há uma grande pluralidade no que diz respeito ao quadro participativo. Desde maio de 2023, realizou um percurso formativo itinerante de comunicação popular (que ainda está em curso), financiado pelo edital 01/2023⁹⁷ do Fórum Nacional da Reforma Urbana, o qual previa “apoio financeiro para possibilitar a realização de iniciativas populares voltadas para o fortalecimento das organizações locais e suas redes na defesa e promoção do direito à cidade e implementação dos ODSs” (FNUR, 2023). E a participação da data comemorativa do dia das crianças nas comunidades que participam da UMT. Contudo, atualmente, como o MTD não está mais “por trás” dos encaminhamentos da UMT, o movimento passa por uma crise de direcionamento, realizando hoje ações pontuais, e com bastante dificuldade de organização.

⁹⁷Disponível em:<https://forumreformaurbana.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Edital_N01_2023_corrigido.pdf>

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos na medida do possível, dentre os limites e possibilidades de uma dissertação, compreender como é realizada a articulação do movimento social urbano durante a pandemia, em territórios periféricos na cidade de Curitiba/PR, partindo da demanda alimentar e da pauta por moradia. E por que se cria um movimento popular em locais onde já existiam associações de bairro? Para tanto elegemos como objeto de estudo a UMT, por ser um movimento que nasce no período pandêmico em um território que vivencia as questões da fome e da falta de regularização fundiária. Nesse sentido, articulamos o capítulo três na tentativa de compreensão desse contexto, como e porque esses fenômenos ocorrem no meio urbano e se intensificam com a pandemia da Covid-19.

A resposta para a primeira é múltipla e está em aberto, visto que o fenômeno de organização do movimento privilegiado como objeto de estudo ainda está em construção, por se tratar de uma iniciativa recente, que iniciou no período pandêmico, traçamos nos dois últimos capítulos um mapeamento de quais e como foram articuladas suas ações no Bolsão Formosa.

A segunda pergunta, é um questionamento ligado as potências e fragilidades dessa ferramenta de organização que são as associações de bairros. Vemos a presença da UMT, como uma disputa e uma forma de aproximação com as comunidades onde estas associações estão inseridas, a tentativa de articulação em conjunta não deu certo em algumas vilas, como foi o caso da associação das Vilas Leão e Canaã.

Iniciamos a pesquisa já com alguns achados, os quais se reforçam no capítulo 3. Ao longo desse percurso investigativo, alcançamos nosso principal objetivo: compreender como se articulam ações de luta neste movimento aqui denominado preliminarmente como um novo movimento popular, a UMT, que passou a atuar na intersecção entre a comida e a moradia, diante da conjuntura de crise social, econômica, sanitária e alimentar, a partir da carência e não garantia do Estado desses direitos humanos fundamentais. Pois discutimos no último capítulo as diversas articulações que a UMT realizou no território para ampliar a organização popular presente no Bolsão, e até mesmo instigar novas práticas de articulação, como foi o caso da cozinha comunitária, a qual consideramos fundamental nesse processo. A articulação da cozinha, se mostrou como principal, pois possibilitou ação direta no

enfrentamento à fome, sendo esta uma pauta de sobrevivência. Permitiu: a aproximação e criação de referência junto à comunidade, sociabilidade dentro do que a Militante 3 chamou de “isolamento produtivo”, em um momento de fragilidade social fortaleceu os laços societários através da solidariedade e acolhimento e abriu portas para o desenvolvimento das demais ações.

Devido ao caminho percorrido pelo movimento, o qual não trilhou de forma linear, mas entre seus “altos e baixos”, é possível percebemos um grande potencial de articulação e organização social, capaz de resgatar e fortalecer a mobilização nas associações de bairros, em busca de unificar as diversas articulações em uma entidade social e jurídica, pois ao mesmo tempo que se constitui um sujeito coletivo popular, a UMT também se constitui um sujeito burocrático e jurídico, o que permite ampliar as possibilidades de reivindicação.

Por fim, entendemos que alguns temas ficam em aberto como sugestão para trabalhos futuros, como é o caso da relação de gênero presente nos movimentos sociais, nas lideranças comunitárias, nas militantes e voluntárias. Outro tema a ser abordado é a transversalidade da condição econômica que atravessa a composição do movimento e impacta diretamente na *experiência formativa*. A percepção da comunidade sobre essas manifestações coletivas (movimentos, associações, frentes populares, campanhas nacionais, dentre outras organizações) e a relação da UMT com a população em situação de rua, que em um primeiro momento é atendida com a distribuição de alimentos, mas com o fechamento da cozinha, segue desassistida.

Contudo, mais do que tentar responder às perguntas norteadoras, nosso intuito é contribuir para a reflexão no campo das Ciências Sociais sobre os movimentos sociais urbanos. Entendemos, através do aporte teórico e da pesquisa ação, que as experiências individuais e coletivas constituem chaves analíticas, portanto, tomamos como categorias de análise: experiência formativa; militante e voluntário. Visto que, a autoidentificação com as duas últimas categorias, está profundamente ligada a constituição da primeira, e as três juntas, formam as linhas de atuações das pessoas que compõem o movimento. Apontamos no decorrer do capítulo 5 as diversas contradições encontradas no seio do movimento, as quais dificultam, mas não impossibilitam o desenvolvimento do movimento. Pois, assim como tantas outras organizações coletivas, possui desafios e possibilidades em sua organicidade.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, P. Hablar de COVID-19: aportes a la construcción de una memoria colectiva de la sindemia desde la alimentación. In: **Salud Colectiva**, Universidad Nacional de Lanús, 2022. Disponível em: <*es (scielosp.org)>. Acessado em 15 de jul. 2023.
- ALBUQUERQUE, A. F. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade-modelo”**. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. 2007.
- ALKMIN, Fábio M. **Por uma Geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México**. São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ANDRADE, L. T.; SILVEIRA, L. S. Efeito Território: exploração em torno de um conceito sociológico. In: **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 381-402, Maio-Agosto, 2013.
- ANTUNES, A.; FROMER, M.; BRITTO, S. **Comida**. Rio de Janeiro: WEA. 1987. Música eletrônica disponível em:< [Comida - YouTube](#)>.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 25 de jul. de 2023.
- _____. **“Exportações do Agronegócio alcançam recorde de US\$ 8,8 bilhões em janeiro”**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Publicado em 12 de fev. de 2022. Disponível em:< [Exportações do Agronegócio alcançam recorde de US\\$ 8,8 bilhões em janeiro — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#)>. Acessado em: 29 de set. de 2022.
- _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.
- CARDOSO, R. Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008, p. 313-350.
- CARLOS, A. F. A (Coord.). “Introdução”; “A ‘revolução’ no cotidiano invadido pela pandemia”. In: **Covid-19 e a Crise Urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p.08 – 17.
- CASTRO, J. de. Geografia da **Fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

DOIMO, A. M. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. 193 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1983.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. FAO. P.144. 2022. Disponível em:<<https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc0639en>>. Acessado em 06 de fev. de 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 25ª ed. 1996.

GOHN, M. da G. **Ativismo no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis. Como impactam e por que importam?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Layola. 4ª ed. 2004.

_____. 500 Anos de Luta Social no Brasil: movimentos sociais, ONG's e terceiro setor. In: **Rev. Mediações**: Londrina:, v.5, n.1. jan.-jun. 2000, p. 11-40.

GOSS, K. P.; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. In: **UFSC: Em Tese**. v.2, n.1. Jan-jul. 2004. p. 75-91. Disponível em:<www.emtese.ufsc.br>.

GUIMARÃES, L. M. da S.; SOUZA, M. N. Vulnerabilidade social e exclusão digital em tempos de pandemia: uma análise da desigualdade de acesso à internet na periferia de Curitiba. In: **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 6 - N. Especial II – p. 284-302 (jun - out 2020): “Educação e Democracia em Tempos de Pandemia”. DOI: 10.12957/riae.2020.51097.

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? Segurança Alimentar e Nutricional. **Nota Técnica** Campinas, n. 21 v.1, p. 417-421, 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2004/2009**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf. Acesso em 26 de set. de 2020.

_____. **PNAD Contínua - Divulgação: Março de 2021** Trimestre: out-nov-dez/2020 2020. Disponível em: < [pnadc_202004_trimestre_quadrosintetico.pdf \(ibge.gov.br\)](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnadc_202004_trimestre_quadrosintetico.pdf)>. Acesso em 24 de mar. de 2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2013**. Rio de Janeiro, 2014.

_____. POF 2017-2018: proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004. **Agência IBGE Notícias**, 2020. Disponível em: <[POF 2017-2018: proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004 | Agência de Notícias \(ibge.gov.br\)](#)> . Acesso em 21 de mar. de 2021.

LEÃO, M.; MALUF, R. S. **A Construção Social de um Sistema Público de Segurança Alimentar e Nutricional: A Experiência Brasileira**. Brasília: ABRANDH. 2012.

MILLS, C. W. **Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LEFEBVRE, Henry. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4 e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início – fev. 2006.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2ª ed. 2009.

_____. Movimentos Urbanos No Brasil Contemporâneo: Uma Análise De Literatura. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 3, pp. 38-50, fev. 1986.

_____. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

MARQUES, C. Movimentos Populares e Sua Crise: Um Novo Arranjo Conceitual. In: **Cadernos de Campo: Resenhas**. Ano VI – nº 5 e 6. USP. São Paulo, 1997.

MATTOS, M.B. **A Classe Trabalhadora de Marx ao Nosso Tempo**. São Paulo: Boitempo. 2019.

OLIVEIRA, T. B. A Luta em Oaxaca: a auto-organização do cotidiano. In: **Rev. Em Debate**. n.6. Santa Catarina. Agosto/2011.

SARDINHA, L. M. V. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasil. 2014. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/escala-brasileira-de-inseguranca-alimentar-ebia-analise-psicometrica-de-uma-dimensao-da-seguranca-alimentar-e-nutricional/>>. Acessado em: maio/23.

PDUR - PESQUISA E EXTENSÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO URBANO. **Dez Meses de Covid-19 na Região Metropolitana de Curitiba: A Pandemia no Território e as Políticas**. Relatório de Pesquisa. Coord. Maria Tarcisa Silva Bega. UFPR, Curitiba, PR. 2021. Relatório Técnico.

PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. Coord. Renato S. Malluf. PENSSAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

PEREIRA, C.G.; SOUZA, C. A. **Movimentos Sociais**. Salvador: UFBA, Faculdade de Direito; Superintendência de Educação a Distância, 2022.

PINHEIRO, J. Novos Movimentos Sociais Classistas. In: **Aurora**: UNESP, ano Iv, nº6. Agosto de 2010. Disponível em: < www.marilia.unesp.br/aurora>. Acessado em Set. de 2023.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2010.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, S. P. A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, descontinuidades e Consolidação. IPEA, Rio de Janeiro, 2014.

TEIXEIRA, L. B. **Da lama ao caos: a urbanização de Curitiba vista do Bolsão Audi-União**. 286 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, UFPR, Curitiba, 2019.

TEXEIRA, A. G. **Urbanização de favelas no município de Curitiba: análise da abordagem das intervenções no Bolsão Formosa e as vilas União Ferroviária e Terra Santa**. 274 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Setor de Tecnologia. Universidade Federal do Paraná. 2022.

THIOLLENT. M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1988.

THOMPSON. E. P. **A Miséria Da Teoria Ou Um Planetário De Erros: Uma Crítica Ao Pensamento De Althusser**. RJ: Zahar Editores. 1981.

ANEXOS

ANEXO 1 – CARTA APRESENTADA AO GOVERNO FEDERAL PELA CAMPANHA DESPEJO ZERO

Propostas Despejo Zero para o Governo de Transição

As mais de 175 entidades reunidas na Campanha Despejo Zero, vem por meio deste, considerando a relevância e complexidade dos conflitos fundiários, sua natureza coletiva, a situação de vulnerabilidade das pessoas e famílias envolvidas, condição agravada pela situação de pobreza extrema, pela pandemia e pela própria situação de conflito, apresentar, ao Governo de Transição propostas de medidas urgentes e estruturais, para enfrentamento dos despejos e seus impactos no Brasil.

São mais de 1 milhão de pessoas ameaçadas em despejos coletivos no campo e na cidade, apenas entre as situações que foram mapeadas pela Campanha Despejo Zero.

As propostas abaixo visam contribuir com a adoção de medidas que garantam um Brasil e um governo Despejo Zero, e o fim da violação de direitos humanos em processos de remoção/reassentamento, que só podem ocorrer, como última alternativa, quando necessários à garantia da saúde e segurança das pessoas e famílias envolvidas e garantido o exercício de seus direitos políticos, sociais e econômicos.

Espera-se que o Governo Federal cumpra seu papel de articulador de uma política nacional de prevenção e mediação de conflitos fundiários articulando as diversas instâncias de governo (MCidades, Ministério da Justiça, Direitos Humanos, Desenvolvimento Agrário, SPU, etc.), o que deve ser feito com a participação da sociedade civil e a partir do acúmulo das experiências da sociedade e das diversas instâncias de governo envolvidas no processo.

Neste sentido, para além de uma adequada política urbana e habitacional participativa, construída em sintonia com a diversidade e as necessidades do povo, tendo como elemento central o tratamento adequado dos conflitos fundiários por meio da urbanização e regularização fundiária de assentamentos ocupados por população de baixa renda, apresentamos abaixo medidas específicas relacionadas

ao papel do Governo Federal para que cumpra seu papel no que diz respeito a urgente solução dos conflitos fundiários.

Medidas urgentes:

- Criação de (i) um fundo emergencial para solução de casos urgentes e/ou emblemáticos em que há ameaça de despejo coletivo, urbano ou rural, enquanto as políticas públicas de atendimento habitacional e reforma agrária são retomadas podendo por exemplo comprar áreas; e (ii) fundo para o atendimento das famílias atingidas por eventos climáticos no período das chuvas, como deslizamentos e enchentes, especialmente nesse primeiro ano de governo quando ainda não teremos ações de prevenção e mitigação implementadas para enfrentar esse problema.
- Fortalecer a articulação com as Bancadas na Câmara e no Senado pela aprovação do projeto de lei que garanta a proteção as vítimas de despejos e remoções forçadas, com a lei 14.216 que estabelece moratória sobre despejos.
- Suspensão imediata de despejo por inadimplência para famílias de baixa renda moradoras de imóveis com financiamento operado pela Caixa
- Suspensão imediata das reintegrações de posse e despejos de áreas públicas federais ocupadas.
- Suspensão imediata dos leilões, vendas e concessões de áreas de terras e imóveis pertencentes ao patrimônio da União.
- Incidência política urgente na implementação da decisão do Ministro Barroso na ADPF 828 (gestão junto ao CNJ para uma regulamentação adequada da decisão):
 - Demarcar caráter não transitório, mas permanente, de diversos dispositivos da decisão do Ministro Barroso;
 - Regulamentação da composição das comissões com participação dos governos municipais e estaduais, Defensoria Pública, Ministério Público, conselhos de direitos humanos e sociedade civil.
 - Exigência de um plano "gradual e escalonado" de mediação dos conflitos (transparente e com sua implementação fiscalizada pela sociedade e pelo próprio CNJ)
 - Regulamentação da audiência e do processo de mediação como um todo.
 - Definir critérios mínimos (quesitos) a serem observados nas inspeções judiciais
 - Estabelecer como princípios e diretrizes das comissões de mediação as regras da Resolução n. 10/2018 do CNDH.

- Quando absolutamente inviável a permanência das famílias na área, deverá ser garantido o reassentamento, com realocação das famílias para áreas alternativas às aquelas ocupadas.

Medidas estruturais:

- Articulação interministerial para tratamento dos conflitos fundiários com órgãos específicos e orçamento para realização da política de prevenção e mediação aos dos conflitos fundiários urbanos e rurais envolvendo ao menos Ministério da Justiça, MCidades, Direitos Humanos, Desenvolvimento Agrário, Ministério dos Povos Originários, Advocacia Geral da União, entre outros.
- Considerando a dimensão dos conflitos mapeados pela Campanha Despejo Zero que atinge hoje aproximadamente um milhão de pessoas em todo Brasil, propomos a criação de Ouvidoria Federal sobre Conflitos Urbanos e Agrários.
- Exigências de recurso e projeto de reassentamento com atendimento definitivo, para as famílias (no modelo 'chave a chave') no caso de obras financiadas pelo Governo Federal (saneamento, urbanização, mobilidade, etc.) que impliquem na necessidade de realocação de famílias. Tendo em vista que grande parte das remoções são ocasionadas por obras de infraestrutura financiadas pelo Governo Federal. Os projetos devem ser elaborados de forma participativa com os atingidos, evitando que as famílias que venham a ser removidas sejam realocadas em lugares distantes ou em condições inadequadas
- Retomada do Programa de Destinação do Patrimônio da Extinta RFFSA para Apoio ao Desenvolvimento Local para fins de implantação de programas, projetos e parcerias com Municípios, sobretudo com o objetivo de promover a regularização fundiária de assentamentos urbanos ou rurais instalados em terrenos lindeiros à via férrea e a destinação de demais imóveis subutilizados para outras iniciativas de habitação de interesse social.
- Criar no âmbito da política habitacional e urbana, políticas de urbanização, melhoria habitacional e ATHIS (assessoria técnica de habitação de interesse social).
- Trabalhar com os Municípios e Estados o atendimento a Resolução n. 10/2018 e n. 17 do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).
- Tendo como base a Resolução n. 10/2018 do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), retomar a implementação de uma política nacional de prevenção e mediação de conflitos fundiários coordenada pelo Governo Federal com a participação dos demais entes federativos e a sociedade civil.

- Atualizar e implementar a Resolução 87/2009 do MCidades, conforme alguns pontos abaixo:
 - elaborar e difundir um sistema integrado de monitoramento das situações de conflitos fundiários urbanos no território nacional, envolvendo todos os entes federados nas suas competências, com a participação dos conselhos das cidades e similares, coordenado pelo Governo Federal;
 - elaborar cadastro das áreas públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta, para verificação da viabilidade de sua utilização para fins de habitação de interesse social e regularização fundiária;
 - propugnar o aperfeiçoamento da legislação brasileira relativo à prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos;
 - coordenar o sistema integrado de monitoramento das situações de conflitos fundiários urbanos;
 - apoiar os Estados e Municípios na identificação e mapeamento dos casos de conflitos fundiários urbanos;
 - fomentar a criação de fóruns de monitoramento das situações de conflitos fundiários urbanos nos Estados, Distrito Federal e municípios;
 - constituir uma equipe especializada dentro do Ministério das Cidades, para atuar no apoio à prevenção de conflitos fundiários urbanos e na implementação da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos.
 - disponibilizar recursos orçamentários para intervir na propriedade urbana de modo a garantir sua função social.

Realizar um cadastro nacional dos conflitos no campo e na cidade, em parceria com a Campanha Despejo Zero, visando a possibilidade de desapropriação, aquisição e/ou regularização da posse e urbanização das áreas ou reforma das edificações atendendo as famílias atingidas.

ANEXO 2 – ESTATUTO UMT



UMT - ESTATUTO SOCIAL 18-09-2023_compressed.pdf